

FACULDADE DE ARQUITETURA
UNIVERSIDADE DE LISBOA

A RELAÇÃO ENTRE O ESPAÇO URBANO E O ESPAÇO NATURAL

O CASO DE ARMAÇÃO DE PÊRA



João Miguel Vaz dos Santos
(Mestre)

Projecto Final de mestrado para obtenção do Grau de Mestre em Arquitectura
com Especialização em Urbanismo

Elementos do júri:

Presidente: Professora, Doutora Maria Elizabete Ferreira Freire

Orientação Científica: Professora, Doutora Maria Manuela Afonso da Fonte

Vogal: Professor, Doutor Jorge Manuel Frazão Cancela

DOCUMENTO DEFINITIVO

Lisboa, Outubro 2016

RESUMO

O presente trabalho incide sobre a região do Algarve, mais especificamente sobre a Vila de Armação de Pêra, Ribeira de Alcantarilha e Lagoa dos Salgados. Destino turístico de sol e praia, este local não é conhecido devido ao valor da natureza e biodiversidade presente, não sendo abrangido por qualquer estatuto de protecção.

Armação de Pêra, privilegiada pela franca relação com o mar e pela grande extensão de praias, sofreu uma expansão urbana descontrolada, justificada pela crescente afluência de turistas durante os meses de verão. O estado de degradação deste território reflecte o que se passa em todo o Algarve, que depois dos anos 60 do séc. XX se tornou um destino turístico popular, mantendo-se assim até hoje. O espaço urbano não se relaciona com o espaço natural envolvente, à excepção das praias, devido à “muralha” edificada que se formou, bloqueando o seu acesso e usufruto.

A zona da ribeira e da lagoa é caracterizada pela falta de manutenção das infraestruturas existentes, por espaços com aspecto de abandono, degradados e com futuro incerto. Tem sido também frequentemente atacada e invadida pelos núcleos urbanos que a envolvem, representando estas ameaças que podem comprometer a existência e equilíbrio deste espaço num futuro próximo.

Este trabalho pretende mostrar a necessidade de travar e fazer recuar o espaço urbano, que em toda a região ameaça territórios de elevado valor ambiental, através de uma proposta que passa por estruturar, organizar e qualificar o território, criando uma franca relação entre o espaço urbano e natural, preparando-o para receber actividades ligadas à natureza tais como a observação de aves, actuando ao nível da organização de percursos e estruturas de apoio onde se incluem os observatórios, painéis informativos, abrigos e passadiços,

alojamento, e apoio para a realização de eventos, respondendo assim à necessidade de sensibilização ambiental, combatendo a sazonalidade.

Palavras-Chave: recuar urbano, turismo de natureza, sustentabilidade, ribeira, lagoa, observação de aves

ABSTRACT

This work focuses on the Algarve region, specifically about the place of Armação de Pêra, Ribeira de Alcantarilha and Lagoa dos Salgados. A tourist destination of sun and beach, this place is not known due to the existing nature and biodiversity, and is not covered by any protection status.

Armação de Pêra, privileged by an outspoken relationship with the sea and a great extension of beaches, suffered uncontrolled urban expansion, justified by the growing influx of tourists during the summer months. The state of degradation of this territory reflects what is happening in the Algarve, which after 1960, has become a popular tourist destination, remaining so to this day. The urban space is not related to the surrounding countryside, due to the "wall" formed by buildings that blocks its access and enjoyment.

The area of Ribeira de Alcantarilha and Lagoa dos Salgados is characterized by the lack of maintenance of existing infrastructures, abandoned areas with a degraded and uncertain future. It has also been frequently attacked and invaded by the surrounding urban areas, representing these, threats that could endanger the existence and balance of this space in the near future.

This work aims to show the need to stop and roll back the urban space, which throughout all the region threatens high environmental value areas, through a strategy that aims to structure, organize and qualify the territory, creating an open relationship between urban space and natural space, preparing it to receive activities related to nature such as bird watching, implementing paths and support structures which include observatories, information panels, shelters and gangways, accommodation, and support for the realization of events, thus responding to the need for environmental awareness, while combating seasonality.

Key-words: urban retreat, nature tourism, sustainability, creek, lagoon, birdwatching

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Professora Maria Manuela da Fonte, por todo o apoio, orientação e compreensão.

A todos os professores, colegas e amigos que nesta jornada me acompanharam.

À Leica e ao Martinho por animarem as longas horas de trabalho.

Ao Gonçalo, por todo o apoio, companhia e amizade.

À Carlota, por sempre acreditar em mim, pela motivação e dedicação incondicional.

Ao meu irmão pelo exemplo e referência que é para mim.

Ao meu pai por todo apoio e investimento. Pela visão e conselhos partilhados .

E à minha mãe, pela demonstração de força, carinho e coragem. Pelo interesse e orgulho, dedico-lhe este trabalho.

ÍNDICE

RESUMO	III
ABSTRACT	V
ÍNDICE	VII
ÍNDICE DE FIGURAS	XI
ÍNDICE DE ACRÓNIMOS.....	XV
1. INTRODUÇÃO	3
1.1 Contextualização do Problema e Objectivos do Trabalho	3
1.2 Metodologia	9
2. O TERRITÓRIO	11
2.1 Ordenamento do Território em Portugal.....	11
2.2 As Tentativas e os Fracassos	14
2.3 Prática Correcta de Planeamento Urbano e Territorial.....	17
2.4 Conclusão – Contribuição para um Uso Sustentável do Território	18
3. A REGIÃO	21
3.1 A Tragédia Urbanística do Algarve.....	21
3.2 “Very Typical”	23
3.3 Do Amor ao Ódio.....	25
3.4 Muralha “Betónica”	27
3.5 Batalhas Campais – Exemplos de Construção em Espaços Naturais.....	30
3.6 Conclusão	32
4. CONCEITOS RELEVANTES À INVESTIGAÇÃO.....	33
4.1 A Evolução Urbana e o Urbanismo Contemporâneo	33
4.2 A Relação entre o Espaço Urbano e o Espaço Natural	36
4.2.1 Sustentabilidade.....	37
4.2.2 Territórios em Transição	39

4.2.3 Recuar Urbano	41
4.3 A importância da componente natural urbana	43
4.3.1 Parques e jardins - recriar a natureza em meio urbano	43
4.3.2 Espaços verdes	46
5. ENQUADRAMENTO DA ÁREA DE ESTUDO.....	49
5.1 Enquadramento Histórico	49
5.2 Enquadramento do Meio Urbano.....	59
5.3 Enquadramento do Meio Natural.....	64
6. ESTRATÉGIA PARA O ESPAÇO URBANO E PARA O ESPAÇO NATURAL	71
6.1. Estratégia Urbana para Armação de Pêra.....	73
6.2. Estratégia para o Espaço Natural da Praia Grande.....	99
6.3. Proposta do Objecto Architectónico	112
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	125
7.1 Conclusão	125
8. BIBLIOGRAFIA	129
9. WEB-GRAFIA.....	133
10. FONTE DE FIGURAS	135
11. ANEXOS	139

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa da região do Algarve – valores de importância ecológica.....	4
Figura 2 - Localização da área em estudo.	5
Figura 3 - Armação de Pêra na primeira metade do século XX.....	50
Figura 4 - Casino em Armação de Pêra e hotel Garbe, 1958.....	51
Figura 5 - Armação de Pêra em 1960 e 2010.	52
Figura 6 - Frente marítima de Armação de Pêra em 1950 e 2010.	52
Figura 7 - Centro histórico de Armação de Pêra em 1950.	53
Figura 8 - Obra embargada e impacto da “muralha betónica”.	54
Figura 9 - Vista do sistema dunar da Praia Grande e dos campos agrícolas do espaço natural da Praia grande + Vista do Sapal da Ribeira de Alcantarilha.....	54
Figura 10 – O passado (1950) e o presente (2016) do território.	56
Figura 11 – Hipsometria da área de estudo.	57
Figura 12 – Análise do Sistema Húmido – Risco de Cheias.	58
Figura 13 – Análise Viária.	58
Figura 14 – Fases de evolução urbana na Vila de Armação de Pêra.....	59
Figura 15 - Análise das cérceas do edificado da Vila de Armação de Pêra.	61
Figura 16 – Análise da Incompatibilidade dos diversos planos em vigor: 1: Áreas de Risco de Cheias 2: REN 3: PROT – Sistemas Dunares 4: PROT - Corredor Ecológico 5: PDM (Amarelo Escuro - Áreas Urbanizáveis, Amarelo Claro – Espaços Naturais e Equilíbrio Natural) 6: Áreas dos Planos de Pormenor de Armação de Pêra e da Praia Grande.....	62
Figura 17 - Plano de Pormenor da Praia Grande – Planta de Implantação – Carta de Sensibilidade Patrimonial.....	65
Figura 18 – Análise da continuidade da malha urbana proposta.....	66
Figura 19 - Notícia da falência e desemprego da Herdade dos Salgados.....	67
Figura 20 - Notícia da falência e desemprego da Herdade dos Salgados.....	67

Figura 21 - “Selva” de palmeiras no empreendimento turístico da Herdade dos Salgados.	67
Figura 22 - Notícia da avaliação ambiental prévia ao empreendimento, ilustrado por uma fotografia, no Terreiro do Paço, de uma manifestação à construção deste. + Manifestação na Lagoa dos Salgados.	69
Figura 23 - Cidadãos removeram chorão das dunas da Lagoa dos Salgados.	70
Figura 24 - Planta da proposta geral.....	72
Figura 25 – Planta da Estratégia Urbana.....	73
Figura 26 – Indicação de vias de trânsito condicionado.	74
Figura 27 – O antigo casino de Armação de Pêra.	75
Figura 28 – Análise do Sistema de Vistas.	75
Figura 29 - Análise representativa da barreira edificada entre o espaço urbano e natural. ...	76
Figura 30 - Wetland London Centre.	77
Figura 31 - Red Ribbon Park, Qinhuangdao, China.....	77
Figura 32 - Tagus Linear Park,.....	78
Figura 33 – Planta da proposta para o parque urbano.	80
Figura 34 – Esquemas de transição de materialidade de pavimentos.	82
Figura 35 - Transição de Cérceas.	83
Figura 36 - Esquema da evolução da malha urbana e da intenção para o futuro.	84
Figura 37 – Intenção de uma menor densidade de construção na Av. do Rio.	84
Figura 38 – Ilustração da transição de sensações.	85
Figura 39 – Sombra projectada pela barreira edificada da Av. Do Rio.....	86
Figura 40 – Funções atribuídas às diferentes formas verdes.	87
Figura 41 – Desenho esquemático dos planos destinados a eventos.	87
Figura 42 – Esquema dos Acessos Verticais do Estacionamento Subterrâneo.....	88
Figura 43 – Planta do estacionamento subterrâneo.....	89
Figura 44 – Elemento circular que abraça a ribeira.	90
Figura 45 – Proposta de reestruturação para a Rua da Praia.....	92

Figura 46 - Assentos existentes ao longo da marginal de Armação de Pêra.....	93
Figura 47 - Objecto proposto – casos de estudo.....	93
Figura 48 – Diferentes formas de utilização: sentar, observar, proteger.....	95
Figura 49 – Avanço do espaço natural sobre o parque urbano.	96
Figura 50 – Perspectiva do parque urbano Sul-Norte.....	97
Figura 51 – Planta do Parque Urbano em 2 fases de cheia.....	97
Figura 52 – Planta esquemática do circuito de percursos urbanos.....	98
Figura 53 – Intensão de ligação dos polos urbanos através do espaço natural.	101
Figura 54 - Trilhos percorridos no espaço natural.	102
Figura 55 – Transformação do elemento orientador dos percursos.....	103
Figura 56 – Planta do percurso interpretativo.....	104
Figura 57 - Enquadramentos.	105
Figura 58 – O primeiro enquadramento – Observação dos Pescadores.....	106
Figura 59 – Segundo enquadramento – “tragédia urbanística do Algarve”.	107
Figura 60 – A muralha betónica vista do espaço Natural.....	107
Figura 61 – Terceiro enquadramento – Sistema dunar da Praia Grande	108
Figura 62 – Quarto enquadramento – Pinhal	108
Figura 63 – O quinto enquadramento – A vila de Pêra.....	109
Figura 64 – O sexto enquadramento – Os moinhos e campos agrícolas.....	109
Figura 65 – Enquadramento da lagoa através da ruína.....	110
Figura 66 – Composição e analogia ao movimento das asas de um pássaro.....	111
Figura 67 - EVOA.	111
Figura 68 - Pavilhões de Observação de Aves – Plant Architect	114
Figura 69 - Centro Interpretativo do Lago Takern.....	114
Figura 70 – Planta de Implantação dos Observatórios de Aves.....	116
Figura 71 – Os três observatórios de aves propostos ao longo da margem.	116
Figura 72 – Cortes e Esquemas da Lagoa e Observatórios.	117

Figura 73 – Desenho esquemático da permeabilidade visual dos Observatórios.	118
Figura 74 – Planta e perspectiva do Observatório N°1.	119
Figura 75 – Perspectiva do pátio do 1º Observatório de Aves.	120
Figura 76 - Planta e perspectiva do Observatório N°2.	121
Figura 77 – Desenhos esquemáticos do interior do Observatório N°2.	122
Figura 78 – Perspectiva do Observatório N°3.	123

LISTA DE ACRÓNIMOS

Arq. – Arquitecto

BPN – Banco Português de Negócios

CMS – Câmara Municipal de Silves

EM – Estrada Municipal

EN – Estrada Nacional

EVOA – Espaço de Visitação e Observação de Aves

IBA – Important Bird Area

PROT - Plano Regional de Ordenamento do Território

PROTAL - Plano Regional de Ordenamento do Território da Região do Algarve

PDM - Plano Director Municipal

PMOT - Plano Municipal de Ordenamento do Território

POOC - Plano de Ordenamento da Orla Costeira

QUERCUS – Associação Nacional de Conservação da Natureza

RAN - Rede Agrícola Nacional

REN - Rede Ecológica Nacional

RTA – Região de Turismo do Algarve

SLN – Sociedade Lusa de Negócios

SPEA – Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves

Séc. – Século

1. INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização do Problema e Objectivos do Trabalho

Situada no extremo sul de Portugal, a região do Algarve tem um contacto privilegiado com o Oceano Atlântico e tem um clima ameno e convidativo. Com 16 concelhos, a região é composta por três grandes zonas: a Serra (a Norte, de Este a Oeste), o Barrocal (a Sul da Serra) e o Litoral. É na Serra que existe uma paisagem muito verdejante, com densas manchas florestais. O Barrocal é a zona agrícola por eleição onde existem as famosas amendoeiras, alfarrobeiras, figueiras, oliveiras e laranjeiras do Algarve. O Litoral é a zona onde se concentra a grande parte dos turistas e população residente no Algarve, que engloba as praias, dunas, zonas húmidas e principais cidades.

De acordo com os Censos de 2011, o Algarve tem 451 006 habitantes, valor que registou um aumento de 14,1% face a 2001 (tendo sido a região do país que registou a maior taxa de crescimento a nível nacional). A população activa (15 anos ou mais) desta região é de 57,5% da população total. Os serviços, com principal destaque para o turismo, são as actividades estruturantes da economia algarvia, que se encontra em crescimento.

A região do Algarve, enquanto principal região turística de Portugal, registou em 2013 14,8 milhões de dormidas na hotelaria classificada (35,5% do total nacional) e 3,15 milhões de hóspedes (21,9% do total nacional).

Ao nível do valor de biodiversidade, cerca de 40% do território algarvio está integrado na *Rede Natura 2000* (uma rede de áreas designadas para conservar os habitats e as espécies

selvagens raras, ameaçadas ou vulneráveis na União Europeia) e a sua maioria é classificada como Zona Especial de Proteção para Aves e *Important Bird Area* (IBA - *Birdlife International*/SPEA - Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves). A lista de IBA's no Algarve inclui: Rio Guadiana, Castro Marim, Ria Formosa, Serra do Caldeirão, Caniçal de Vilamoura, Lagoa dos Salgados, Serra de Monchique, Costa Sudoeste, Leixão da Gaivota, Ponta da Piedade. Nesta região ocorrem quase 400 espécies diferentes ao longo do ano, entre inúmeras aves de rapina, marinhas, limícolas, patos, passeriformes, etc.

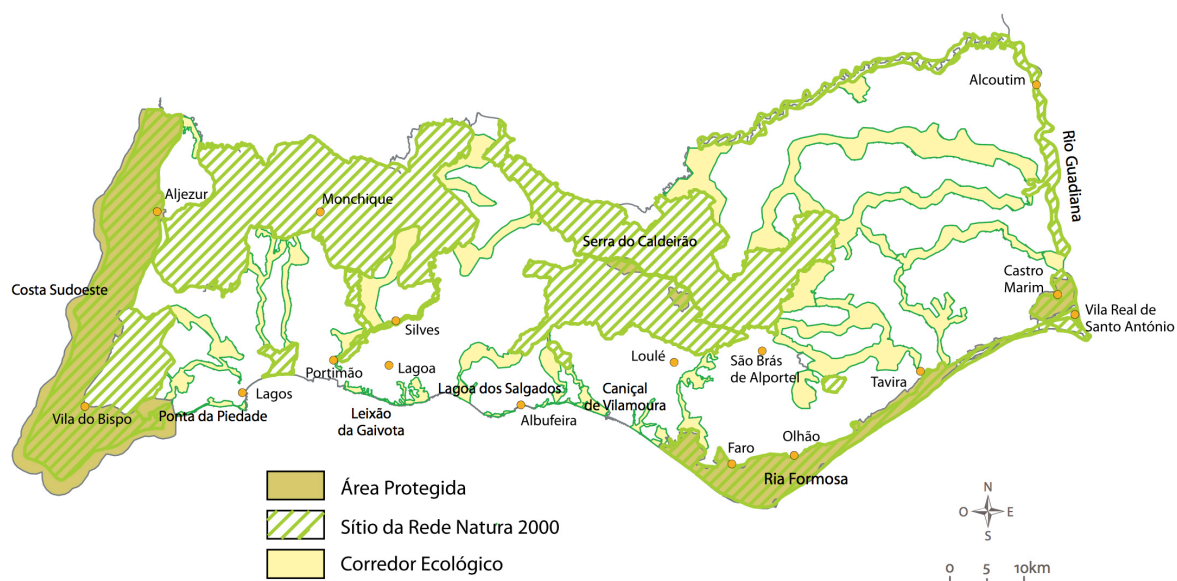


Figura 1 - Mapa da região do Algarve – valores de importância ecológica.

Esta rede integra espaços com diferentes características biofísicas, que se distribuem por toda a região, acumulando muitos deles, outros estatutos de proteção, nomeadamente: Parque Natural, Reserva Natural e Área de Paisagem Protegida Local. A importância destes espaços está expressa na existência de conjunto de elementos de fauna e flora muito particulares, incluindo diversos endemismos.

O Algarve é bem conhecido de todos como um destino turístico de excelência, principalmente de sol e praia, mas não devido ao valor da sua natureza e biodiversidade presente nas costas de areia, falésias, serras, zonas húmidas e paisagens mediterrânicas.

O presente trabalho incide sobre a zona Litoral numa zona IBA e de Corredor Ecológico, mais especificamente sobre a zona da Vila de Armação de Pêra, Ribeira de Alcantarilha e Lagoa dos Salgados (município de Silves e Albufeira), que não tem qualquer estatuto de protecção.



Figura 2 - Localização da área em estudo.

A Vila de Armação de Pêra, privilegiada pela franca relação com o mar e pela grande extensão de praias, sofreu uma expansão urbana descontrolada, justificada pela grande e crescente afluência de turistas durante os meses de verão. O estado de degradação deste território é o reflexo do que se passa em todo o Algarve, que depois dos anos 60 do séc. XX se tornou um destino popular de sol e praia, condição que se mantém até aos dias de hoje.

O espaço urbano pouco ou nada se relaciona com o espaço natural envolvente, devido à “muralha” edificada que se formou, bloqueando o seu acesso e usufruto.

Armação de Pêra depara-se também com um problema comum às várias vilas e cidades do Algarve, que sofreram com a explosão da malha urbana: verifica-se a inexistência de espaços verdes, espaços de lazer e recreio. No ano de 2009, com a intervenção urbanística promovida pelo *Programa Polis* (Programa que provém de uma sociedade entre o Estado e as Câmaras Municipais, cujo objectivo é objectivo intervir nas vertentes urbanísticas e ambientais das cidades aumentando a sua atractividade), pôde observar-se uma clara melhoria do espaço público e uma valorização da relação da vila com a sua frente costeira, no entanto, o espaço natural junto à Ribeira de Alcantarilha e Lagoa dos Salgados manteve-se esquecido.

A Ribeira de Alcantarilha e a Lagoa dos Salgados têm as suas margens revestidas por vegetação palustre, caniçais e juncais. Têm uma presença diversificada de aves aquáticas, (com maior frequência da Lagoa dos Salgados) encontram-se rodeadas de campos agrícolas - na sua maioria abandonados - e pastagens, estando protegidas do mar por um extenso cordão dunar. Este espaço é delimitado a Poente pela Vila de Armação de Pêra, a Norte pela vila de Pêra e a Nascente pelo campo de golfe da Herdade dos Salgados.

Apesar das suas características únicas, esta é uma zona caracterizada pela falta de manutenção das infraestruturas existentes, por espaços com aspecto de abandono, degradados e com futuro incerto. Tem sido também, durante as últimas décadas, atacado e invadido pelos núcleos urbanos que a envolvem, representando estas ameaças que podem comprometer a existência e equilíbrio deste espaço num futuro próximo.

Este trabalho pretende dar a conhecer e valorizar os atractivos naturais desta zona do território Algarvio que, conjugados com os bons acessos da região e com a oferta diversa de alojamento, apresentam o Algarve como um destino ideal para se praticar um turismo sustentável, de natureza, na antítese da vida de praia.

Pretende-se também mostrar a necessidade de travar e fazer recuar o espaço urbano, que em toda a região ameaça territórios de elevado valor ambiental, através de uma proposta que passa por estruturar, organizar e qualificar o território, criando uma franca relação entre o espaço urbano e o espaço natural, preparando-o para receber actividades ligadas à natureza tais como a observação de aves, actuando ao nível da organização de percursos e estruturas de apoio à atividade onde se incluem os observatórios, painéis informativos, abrigos e passadiços, ao nível do alojamento, e apoio para a realização de eventos, respondendo assim à necessidade de sensibilização ambiental junto da população residente, dos visitantes e dos profissionais.

Esta intenção justifica-se com o facto desta ser um tipo de actividade em grande ascensão, e impulsionadora de uma série de produtos e serviços que lhe estão associados. Tem um peso relevante na economia de alguns países e pode tornar-se um motor de desenvolvimento local e regional. Contribui também para trabalhar a imagem e a percepção do território e desenvolver actividades de recreio e lazer fora da época alta, atenuando a sazonalidade, característica desta zona do país.

Assim, surgem perguntas para as quais se pretende obter respostas através deste trabalho como:

- Como será transformado o território e quais as consequências?
- Aprendemos com os erros do passado?

- Qual é o limite da nossa intervenção enquanto transformadores de paisagem? Até que ponto será positiva a transformação?
- Qual a estratégia a tomar em direcção a um futuro sustentável?
- Qual a importância de uma relação sustentável entre o espaço urbano e o espaço natural?
- Qual a importância da componente natural?

Para atingir a desejada sustentabilidade urbana e ambiental definem-se os seguintes objectivos estratégicos:

- Ligar o espaço urbano e o espaço natural, dando ao último possibilidade de se expandir, e ao primeiro de recuar, criando uma relação sustentável entre os dois;
- Repensar a estratégia de turismo para o local de intervenção, combatendo a sazonalidade provocada pelo turismo de sol e praia, através da sua diversificação, apostando no turismo de natureza;
- Potenciar, valorizar e salvaguardar o património natural, paisagístico e cultural do local, através da sua reabilitação, respeitando o seu carácter particular;
- Promover a educação ambiental, através da organização de percursos e da implementação de estruturas que permitem a divulgação de informação sobre o local.

1.2 Metodologia

De forma a dar resposta ao problema que este trabalho pretende solucionar, foi realizada, numa primeira fase, consulta bibliográfica incidente nos conceitos teóricos relativos a este tema. Numa segunda fase, relativamente ao caso de estudo, procedeu-se à recolha de cartografia para uma melhor compreensão e análise da área em estudo, complementada com pesquisa bibliográfica e visitas ao local. Foi nesta fase que surgiram os maiores contratempos, já que apesar das inúmeras tentativas de obter cartografia e outros dados junto da Câmara Municipal de Silves, esta não se mostrou disponível, não tendo facultado qualquer tipo de informação.

Foram consultados e interpretados vários instrumentos de gestão e planeamento territorial, por forma a melhor compreender o território, identificando as suas oportunidades e dinâmicas, bem como condicionantes e carências. Com base na análise dos dados recolhidos, foi feita uma avaliação desta área, através da percepção dos seus problemas e potencialidades, contactando directamente com a população residente e com os visitantes, participando em reuniões, seminários, *workshops* e actividades promovidas por associações ambientais. Este contacto directo com população e com profissionais revelou-se indispensável à compreensão e reflexão do lugar, por forma a ser possível conceber uma estratégia enquadrada com a realidade que se apresenta.

Por último, procedeu-se à elaboração de uma estratégia de intervenção que indo ao encontro dos objectivos traçados, reflecte todo o processo de trabalho anteriormente desenvolvido. Resolvendo o espaço público urbano e o espaço natural, esta é posteriormente definida a nível arquitectónico sendo o espaço pensado e resolvido a uma escala que apresenta a uma maior atenção e sensibilidade ao detalhe.

2. O TERRITÓRIO

2.1 Ordenamento do Território em Portugal

O território representa um quadro complexo que incorpora espaços urbanos, espaços rurais e espaços naturais nos quais, de modo interativo, se desenvolve a vida humana. O uso continuado e acentuado, que se traduz em expansão urbana, por autoria da actividade humana, fragmenta o território e, dependendo de diversos factores tais como a sua localização, as condições económicas e sociais, o poder político ou a tecnologia, varia em termos de forma, extensão e intensidade.

Como Fadigas refere, o território representa uma realidade duradoura de qualificação do habitat humano caracterizada pela substituição progressiva dos materiais vivos dominantes nas paisagens rurais pelos materiais inertes com que se formam os conjuntos edificados, ou seja, pela progressiva substituição de ecossistemas naturais de elevada complexidade por ecossistemas humanizados de menor complexidade e reduzida biodiversidade.

A paisagem urbana resulta do processo de apropriação e uso do território segundo necessidades momentâneas por parte da sociedade, portanto, o processo de urbanização representa, em cada momento, a forma como as sociedades se relacionam diretamente com o território que ocupam e transformam. O resultado físico do processo de urbanização é derivado de uma intenção do momento e de uma diretriz para o futuro.

A paisagem, como conceito, segundo Richard T. Forman e Michael Gordon no livro *Landscape Ecology*, pressupõe a existência de um observador, porque a paisagem enquanto imagem é *definida pela visão, mas interpretada pela cultura*.

O desenvolvimento das cidades, a nível económico e social, transformou o território de forma acelerada, comprometendo as suas delimitações. Este efeito rápido e intenso verifica-se por exemplo nas periferias urbanas sujeitas a processos de urbanização rápidos e à criação de infraestruturas pesadas que dividem o território.

Um dos principais resultados deste desenvolvimento é o aumento da instalação de redes de infraestruturas viárias face à elevada necessidade da rápida expansão urbana e do crescimento da mobilidade. Este factor, que por um lado pode ser visto como negativo devido às alterações que provoca na paisagem, fragmentando-a, é indispensável para o exigente desenvolvimento económico e social das cidades contemporâneas.

Face a este desenvolvimento, e consequente evolução da paisagem, surge a necessidade de organizar e ordenar o território, dando assim origem aos primeiros passos do ordenamento do território.

Conforme o Prof. Leonel Fadigas refere no livro *Urbanismo e Território: As políticas públicas e o ordenamento do território* incluem o planeamento urbano e de sistemas de transportes e comunicações, o ordenamento e desenvolvimento integrado do espaço rural e a reestruturação ou reconversão da base produtiva das áreas rurais, a gestão racional dos recursos naturais, patrimoniais e históricos, a proteção e valorização de áreas protegidas e ecologicamente sensíveis, o planeamento estratégico do território, o urbanismo e os projetos urbanos e a regeneração urbana e ambiental. Portanto representa um processo cujo equilíbrio assenta em três pilares fundamentais: ambiente, sociedade e economia:

O ordenamento do território é um processo, que não se cinge à prática administrativa, de ajustamento entre os usos e as potencialidades do meio natural, do qual resulta a estruturação dos territórios, com o objetivo de gerar riqueza e bem-estar através de um desenvolvimento sustentável.

Sendo o ordenamento do território um processo de apropriação, regulação e transformação da paisagem, este aplicado em diferentes condições geográficas e ambientais, deu origem à diversidade territorial presente nas diferentes civilizações e momentos históricos.

Em Portugal reconhecem-se as consequências negativas da urbanização desorganizada e surgem no séc. XX as primeiras iniciativas de ordenamento do território à escala regional. Na década de 60 elabora-se o Plano Diretor da Região de Lisboa (1964), o estudo de Planeamento Urbanístico da Região do Algarve - coordenado pelo urbanista italiano Luigi Dodi (1965); o primeiro plano de ordenamento paisagístico do Algarve, elaborado pelos arquitetos paisagistas António Viana Barreto, Álvaro Ponce Dentinho e Albano Castelo Branco e por fim, a relevante Lei de Solos de 1970, que procurava controlar a expansão urbana desordenada, que se revelou um fracasso pois os loteamentos ilegais prosseguiram continuando assim a expansão da urbanização ilegal.

É também nesta mesma década que surgem dois factores cruciais que contribuíram para a situação que se vive nos dias de hoje. O aprovar de duas leis, a primeira diretamente relacionada com a alteração do método de financiamento das autarquias (estas passaram a depender financeiramente dos lucros dos licenciamentos e dos impostos sobre o imobiliário, o que levou consequentemente à construção indiscriminada pelo território) e a segunda que, por sua vez:

"(...) visava responder temporariamente à escassez de arquitetos no território, devido ao aumento crescente da procura, mas que se manteve em vigor até 2009 e que veio permitir a "qualquer" pessoa poder "brincar aos arquitetos". Ou seja, quase bastava fazer meia dúzia de traços, copiar umas coisas e, desde engenheiros civis, engenheiros de minas, desenhadores de construção civil, etc., todos lucraram com algo que foi o mais sério atropelo a uma profissão. O que,

juntamente com a alteração do financiamento das autarquias, foi o maior crime urbanístico alguma vez praticado em Portugal, porque prejudicou todo o País, de modo indiscriminado e continuado durante cerca de 35 anos.” (Grade, 2014, p.220, 221 - entrevista ao Arq. Miguel Caetano)

Apesar destas iniciativas, o Estado revelou uma incapacidade de adequar a sua vontade reguladora, por falta de eficácia dos planos e das ferramentas do ordenamento do território existentes. Esta realidade pôde constatar-se através de consequências urbanas negativas como o sobre-elevado aproveitamento de terrenos, cérceas inadequadas, densidades de ocupação desapropriadas, e pela diminuição de espaços verdes e espaço público de qualidade. Portanto, na década de 1980 o desordenamento urbanístico do território revelou ser uma realidade evidente. Foi nesta década que começaram a surgir as primeiras preocupações e questões ambientais e se deu o ponto de viragem na preocupação de tratar e transformar de forma sustentável o território. Como consequência foi criada a Lei de Bases do Ambiente e do Ordenamento do Território que consistia na criação de uma estrutura hierarquizada que visava organizar os diversos planos e interligar de forma coerente as diferentes escalas que estes representavam. Desta forma, um plano obedecia às regras impostas por aqueles que se encontravam acima na hierarquia e redigia as diretrizes para os planos que se seguiam a baixo de si.

2.2 As Tentativas e os Fracassos

A lei que visava a elaboração de planos regionais de ordenamento do território revelou-se essencial como instrumento de ordenamento do território. Em 1983 foram criadas a *Reserva Agrícola Nacional (RAN)*, com o intuito de criar uma reserva estratégica nacional e funcionar como instrumento de desenvolvimento agrícola, e a *Reserva Ecológica Nacional (REN)* com

o intuito de criar uma estrutura ecológica que vise a preservação dos ecossistemas nacionais. Em 1988 foi finalmente elaborado o primeiro Plano Regional de Ordenamento do Território, o *PROTAL (Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve)*. O facto de o Algarve ter sido a primeira região a ser submetida a este instrumento não foi aleatório, já que esta região foi reconhecida como o local que mais sofreu com a expansão urbana desordenada e a construção desenfreada, necessitando, portanto, de uma intervenção urgente. Mais tarde, em 2000, foi criado o *Programa Polis* com o intuito de melhorar a qualidade de vida nas cidades, agora importante na óptica de desenvolvimento regional económico, face aos presentes desafios da globalização que visavam uma maior competitividade entre cidades e regiões. Este tinha uma visão estratégica que não se cingia apenas à reabilitação, mas sim à revitalização global de cidades como num conjunto que pretendia integrar outras realidades como as vertentes económica e social. Esta regeneração urbana e ambiental, de áreas desvitalizadas, procurava criar condições que gerassem atractividade e desenvolvimento económico. Contudo, em 2008, o programa Polis extinguiu-se devido à crise económica e financeira que se fez sentir em Portugal. Obrigado a reduzir o investimento público, o Estado viu-se incapacitado de tratar o território de forma apropriada.

As consequências sociais, culturais e ambientais resultantes da incapacidade do estado impor a sua vontade reguladora em conjunto com a crise económica e a ineficiência dos instrumentos do ordenamento do território foram evidentes. O empobrecimento do país e as más condições de vida da população estiveram diretamente relacionadas com estas.

Outra razão, senão a mais importante, foi a falta de eficácia do urbanismo como instrumento de ordenamento do território. O urbanismo como conceito ordena os usos, articula a nível da paisagem os espaços ocupados e vazios, edificados e naturais, integrando componente natural que dá seguimento aos valores naturais nos meios urbanos.

A dificuldade em aplicar teoria à prática era visível, apesar das regras e legislação, a ausência de estratégias de desenvolvimento relacionadas com a transição regional/municipal reduzia, por vezes, o planeamento territorial a um conjunto de regras e peças desenhadas desajustadas com uma função praticamente nula quando postas em prática, sendo confundidas por vezes com um conjunto de peças coloridas de elaboração básica com manchas e cores indicativas.

Tal como o Prof. Leonel Fadigas refere no livro *Urbanismo e Território: As políticas públicas*, o atraso de decisões e de resposta das entidades públicas, locais e centrais, o facto de situações idênticas serem tratadas de modo desigual impuseram investimentos sem retorno, custos adicionais, perda de competitividade e respetivos territórios. Estas penalizações e desigualdades entravam diretamente em contradição com as questões básicas relativas ao ordenamento e ao urbanismo que se enquadram em questões de direitos, liberdades, garantias e de solidariedade intergeracional.

Portanto, numa óptica de sustentabilidade social e económica, a sociedade contemporânea não é compatível com estes factores que revelam ser um bloqueio ao desenvolvimento económico e que não atingem a desejada sustentabilidade ambiental.

2.3 Prática Correcta de Planeamento Urbano e Territorial

Partindo do princípio que o planeamento territorial urbano deve assegurar meios de ação rápidos e sustentáveis para que, através de uma gestão o mais vantajosa possível do território, sejam proporcionadas as melhores condições, sociais, económicas, culturais e ambientais, às pessoas.

Os instrumentos de ordenamento territorial, tal como refere o Prof. Leonel Fadigas, devem ter um carácter integrador que seja garantia de estratégias coerentes de salvaguarda de recursos e valores ambientais, naturais e paisagísticos, com o intuito de uma gestão racional dos recursos naturais, patrimoniais e históricos, a proteção e a valorização de áreas protegidas e ecologicamente sensíveis, tendo em conta o princípio da economia e da responsabilidade social no uso do solo e na gestão territorial e urbana. Assumindo assim que a *"(...) sustentabilidade não é uma simples perspectiva, nem um estado imutável, mas sim um processo criativo, local e equilibrado, alargado a todas as áreas da administração local."* (Carta de Alborg; 1994)

Visto que as questões e necessidades económicas e sociais estão relacionadas com as administrações as todas as escalas e não apenas à escala local, numa óptica de uma correta prática de planeamento territorial e urbano as administrações públicas, centrais e locais são eficazes nas decisões contribuindo então, para uma sustentabilidade ambiental e territorial e uma melhor qualidade de vida das populações. Por esse motivo, a prática de um planeamento integrado requer uma estreita ligação entre a administração central e local, aplicando as mesmas metodologias contribuindo assim para um funcionamento eficaz e correto.

2.4 Conclusão – Contribuição para um Uso Sustentável do Território

Para um uso sustentável do território, do ponto de vista ambiental, social e económico, os planos urbanísticos em vigor devem sofrer uma profunda revisão em conjunto com as estratégias integradoras destes.

Tal como o Prof. Leonel Fadigas refere no seu livro *Urbanismo e Natureza - Os Desafios*, existem sete importantes factores para uma aplicação mais eficaz dos instrumentos de ordenamento do território:

- **Em primeiro lugar** uma avaliação criteriosa e pormenorizada dos planos em vigor, do impacto económico, físico, social e ambiental, dos níveis de sustentabilidade, dos níveis de desenvolvimento e não apenas do ponto de vista cartográfico, registo de evolução de manchas edificadas;
- **Em segundo lugar** a definição de uma estratégia de desenvolvimento sustentável que integre as vertentes sociais, ambientais e económicas de modo a garantir um uso equilibrado e sustentável do solo e território uma actividade económica continuada e um crescimento na qualidade de vida da população;
- **Em terceiro lugar** criar mecanismos de participação alargada de todas as partes interessadas no processo de planeamento, incluindo assim populações, agentes económicos, administração local e central;
- **Em quarto lugar** a gestão do território não pode entrar em conflito entre áreas disciplinares ou técnicas, entre serviços ou entre organismos de administração pública e local nem entre estratégias de desenvolvimento. As duas decisões têm de ser rápidas e eficazes e a cima de tudo imparciais;
- **Em quinto lugar** clarificação e simplificação das regras e regulamentos para que a interpretação destas seja clara e eficaz, e não complexa e sinuosa levando a um processo prolongado e ineficiente prejudicando, assim, quem a estas recorre;

- **Em sexto lugar** diminuir o tempo de resposta do actual sistema instrumental, que se revela demasiado lento e complexo, e tomar decisões justas, para, através de uma decisão rápida e eficaz promover-se assim a economia e desenvolvimento, e não prejudicar investimentos reduzindo assim a criação de riqueza;
- **Em sétimo lugar** rever os instrumentos de planeamento urbano e territorial, visando uma estratégia coerente e interligada entre as diferentes propostas e planos concentrando esforços sob uma direção comum para então resultar num desenvolvimento físico, económico e social sustentável.

Por fim, considera-se inconcebível o facto de as alterações climáticas e a influência que podem ter no território ainda não fazerem parte das principais questões dos instrumentos e do planeamento territorial e urbano. Esta ausência está diretamente relacionada com o facto do ordenamento do território não considerar ainda altamente prioritário a preservação e proteção de todas as áreas ambientalmente sensíveis constituídas por ecossistemas de elevado valor e importância. Principalmente aquelas que, por se encontrarem em áreas de grande interesse económico e turístico, são de uma natureza mais instável e de risco mais elevado e sensível.

3. A REGIÃO

3.1 A Tragédia Urbanística do Algarve

Os fracassos referidos no capítulo anterior foram um contributo para a destruição da paisagem algarvia ao longo dos anos, devido à pressão urbanística, à construção desenfreada e à explosão descontrolada do turismo dos anos 60-80:

“(...) na fase imediatamente a seguir (1960), foram realizados vários estudos ou planos para prever e enquadrar a explosão do turismo que atempadamente se previa. Infelizmente, esta produção encomendada a autores credenciados, foi totalmente desprezada no acompanhamento do processo urbano dos 20 anos seguintes, dando origem à chamada “tragédia urbanística” do Algarve, dos anos de 1960-1980, da qual ainda hoje todo aquele território se ressentir.” (Fernandes e Janeiro, 2005, p.28-29)

Assim se verifica que a “tragédia urbanística” ocorrida no Algarve, não se deveu tanto quanto se pensa à ausência de medidas institucionais. Os estudos foram realizados, as intenções ponderadas, no entanto, os conhecimentos que estes produziram, não tiveram a desejada aplicação prática, com as consequências que se conhecem para a região.

Toda esta transformação foi motivada por uma simples fórmula que consiste na aposta do turismo para um crescimento económico. Fórmula esta que viria a revelar-se insustentável a nível económico, social e ambiental. Esta ideologia irrealista foi apoiada por economistas e estudos como se pode verificar nos dados estatísticos lançados pela *United Nations World Tourism Organization* (UNWTO) que afirmam que Portugal passará a ser visitado por 16 milhões de pessoas em 2020. Tal estudo baseia-se na premissa de um crescimento

económico infinito, tendo em conta que a sociedade sustenta-se na utilização desregrada dos recursos do planeta (que são finitos). Obstante à realidade de grande parte dos economistas ignorarem os factos, a presente crise declarou-se.

Esta aposta no turismo resultou num crescimento urbano elevado e desorganizado levando atrás de si um rasto de destruição ambiental e cultural sem precedentes que leva a pensar numa estratégia de capacidade e qualidade de acolhimento da região.

É urgente repensar a região do Algarve. Como será transformado o território? Qual a estratégia futura? Quais as consequências? É necessário determinar qual será a postura, ativa ou passiva, determinando assim se aprendemos com os erros do passado, e caminhamos em direção a um futuro sustentável, ou se iremos continuar na direção actual destruindo o pouco que resta da região.

Dada a proporção do crescimento do turismo no Algarve e a expansão da malha urbana, é crucial não só a participação ativa das populações na tomada de decisões, como uma especial atenção à evolução do espaço urbano visando não só os interesses turísticos mas também as necessidades da população local e do património cultural e ambiental.

Portanto, tal como o Arq. Miguel Caetano refere, uma vez que a transformação urbana no nosso território é inevitável, revela-se pertinente que a população algarvia em geral seja sensibilizada e informada através de um discurso claro sobre as estratégias para o desenvolvimento da região. Em contrapartida, os algarvios deveriam intervir e participar em algo que afinal influenciará diretamente as suas vidas no presente e no futuro.

Actualmente o Algarve recebe por ano mais de 12 milhões de turistas de todo o mundo. O Algarve é responsável por 16.4 milhões de dormidas, ou seja 36% do total nacional, que

representam uma receita de 5 mil milhões de euros por ano. O turismo é a actividade mais importante do Algarve e é responsável por mais de 60% de todos os empregos da região. De acordo com o turismo de Portugal, dados estatísticos revelam que a natureza e as actividades relacionadas com a mesma constituem 69% dos motivos pelos quais os turistas visitam o Algarve. (fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=bcoY4OaQM40>; consultado em Agosto 2016)

“Em 2006, ainda Faro e o Algarve viviam em função de duas dinâmicas, que se prolongavam desde fins dos anos 70 de século passado: o turismo de massas e a construção civil. E fundamentalmente, ninguém punha em causa estas duas vacas sagradas, designadamente a população em geral e a totalidade dos autarcas.” (Grade, 2014, p.16)

3.2 “Very Typical”

Very Typical, a frase pelo qual o Algarve fora conhecido, em tempos. Tempos anteriores, obviamente, ao presente turismo de massas, baseado apenas em praia, sol, e copos. Esta imagem de marca fora atribuída por volta dos anos 60 do séc. XX, quando as vilas e cidades do Algarve ainda eram associadas a conceitos como o pitoresco e o “tipicamente português”. Esta definição fora atribuída pois, quem visitava o Algarve, deparava-se com o valor do ambiente natural e vivia a experiência do convívio, da interação social, da cultura popular, da arquitetura vernácula e da relação harmoniosa da vila ou cidade com a envolvente, para não falar das falésias e praias imaculadas. Toda esta riqueza constituía um património natural, que, aliado ao património histórico constituía uma das mais belas paisagens mundiais. A chave estava na forma como a população vivia em sintonia com a envolvente numa cúmplice e respeitosa relação, que permitia usufruir na totalidade da

paisagem sem desta subtrair as suas mais valias. O Algarve é uma região que possui uma série de características diferenciados como: clima e luz, história e cultura, mar e água, natureza e biodiversidade, gastronomia e vinhos. É a soma de todos estes aspectos que tornam esta zona tão atractiva para ser visitada.

Infelizmente, foram estas mais-valias que despertaram interesse na exploração excessiva do território. Conjugam a construção urbana com a paisagem algarvia parecia ser a oportunidade perfeita para o desenvolvimento económico brutal. O único problema foram as consequências ambientais e sociais cuja resolução foi, no entanto, simples: ignorar até não dar mais. Esta conjugação resultou, na maior parte dos casos, numa arquitectura pouco qualificada que, actualmente, podemos encontrar ao longo de toda a costa Algarvia, e no turismo de massas de fraca qualidade que a acompanha. Portanto, nos dias de hoje, quando se fala em turismo de qualidade, que aluda a equilíbrio e serenidade, provém da fama do Algarve “very typical” anterior à invasão do betão por parte da tirânica construção civil.

O turismo que actualmente se pratica no Algarve, é o tipo de turismo que, em conjunto com o respetivo destino, é nomeado, como se sucedeu em 2005, pela *National Geographic Magazine* como um dos piores destinos turísticos do mundo. O Algarve conseguiu ficar no ranking, a par de destinos como Benidorm. A revista *National Geographic* teve como critérios de avaliação para esta nomeação os seguintes: a qualidade ecológica e ambiental; integridade sociocultural; conservação dos edifícios históricos e existência de sítios arqueológicos; qualidade organizacional do turismo; visão de futuro e atrativos estéticos. Tendo em conta o esplendor cultural e ambiental que o Algarve possuía e que actualmente falha redondamente, os seis factores referidos; urge a necessidade de repensar o tipo de turismo que queremos para o futuro desta região. A cultura deve, indiscutivelmente, integrar o turismo, e os factores ambientais devem, obviamente, ser uma prioridade, não apenas do ponto de vista da preservação e proteção destes, mas porque a natureza no Algarve

representa um potencial de valor subestimado que, por interesses económicos, foi convenientemente esquecido. De acordo com os dados do *Turismo de Portugal*, não seria a natureza e as actividades relacionada com a mesma, 69%, dos motivos pelos quais os turistas visitam o Algarve.

Portanto, face ao crescimento da procura global de turismo cultural e de qualidade, do interesse pela natureza e respetivas actividades nesta região e fixação permanente de população estrangeira no Algarve, verifica-se um decrescimento na sazonalidade, e face a esta realidade, não só é pertinente como é também uma oportunidade de, pelo menos, remediar os erros passados. E na perspetiva desta nova intenção é necessária uma drástica mudança nos alicerces do que é o actual sistema de princípios de urbanismo, economia, turismo, sociedade e ambiente do Algarve. Resumindo, para uma maior sustentabilidade, começar por apostar num turismo que apoie em igualdade os factores sociais e ambientais como a actual aposta nos factores económicos, seria o primeiro de muitos passos a dar rumo ao Algarve “very typical” de qual tanto nos orgulhamos.

3.3 Do Amor ao Ódio

“(...) batalhas sucessivamente perdidas- ontem por uma praia, hoje por um rio, amanhã por uma lagoa” (Miguel Sousa Tavares, 2008)

O Algarve caracterizava-se pela rara qualidade da sua paisagem, a forma como as populações absorveram o território e numa cúmplice ligação o enriqueceram arquitetonicamente. A região era vista como uma mais-valia, tratada com respeito, onde o espaço urbano e a natureza eram um só.

Actualmente pouco resta deste icónico Algarve: onde reinou a harmonia e o carinho entre a paisagem e quem o habitava, agora prevalece a desarmonia, o caos, a descaraterização e a desfiguração.

Tal como Miguel Sousa Tavares afirma, “(...) *de Vila Real de Santo António a Sagres não vai ficar traço algum do Algarve genuíno.*”. (in Grade, 2014) Desvaneceram-se as falésias imaculadas e cidades típicas do Algarve, pois assim o cobiçaram os empreiteiros e promotores imobiliários, assim o visionaram os autarcas, assim o consentiram os Algarvios.

O pior de tudo, não é apenas a situação que se vive no presente. Este “atropelo” cultural e ambiental em curso continuará, afectando gerações futuras. As gerações vindouras terão de viver nestes espaços descaraterizados e desconfortáveis, construídos por nós, por décadas, por séculos. Optou-se pela selva de betão, adulterámos o nosso modo de vida, perdendo entre muitas coisas a interação social e o equilíbrio com a natureza, destruimos o património e as nossas raízes renegando a história e a cultura, resumindo, perdemos qualidade de vida.

Como Fernando Távora exemplifica no livro *Da Organização do Espaço*: todo o homem cria formas, todo o homem organiza o espaço e se as formas são condicionadas pela circunstância, elas criam igualmente circunstância, ou ainda, a organização do espaço sendo condicionada é também condicionante.

Deparamo-nos com um território devastado e selvaticamente explorado, onde reinam as urbanizações deploráveis, de densidade extrema e de cércas descontextualizadas, construções em espaços naturais, lagoas, arribas e dunas, e um turismo exclusivamente de sol e praia, praias estas que cada vez mais estão sobrelotadas.

Outrora, o Algarve desenvolvia-se em relação com o meio ambiente, um estreita e cúmplice ligação, que originou a excepcional cultura e arquitetura que se traduzia num modo de vida único e exclusivo. Esta exclusividade não deriva apenas desta região, por todo o mundo podemos encontrar diversas culturas numa variedade de territórios e ambientes, excepcionais e únicos, pela forma específica como se adaptaram ao seu meio. E é esta relação e adaptação única que enriquece um local, uma cultura, uma região. Perdendo esta inter-relação, o carácter do espaço não é nada mais que vulgar.

Actualmente, o turismo do Algarve contribui para a economia nacional, no entanto, perto de zero contribui para a cultura e desenvolvimento sustentável e de qualidade. O turismo desta região avança vertiginosamente para um turismo estandardizado e de fraca qualidade, em que factores como a preservação e valorização ambiental, respeito e ligação para com o território, está no fim da lista de prioridades. Nos dias de hoje, a maioria das cidades e vilas algarvias definem-se por ambientes infortáveis que se traduzem num caos de uso abusivo por parte de veículos automóveis, escassez de espaços verdes, espaço público negligenciado, fraca capacidade de adaptação à sazonalidade e urbanizações de elevada densidade de construção. Estes ambientes descaraterizados não só contribuem para um mau quadro de qualidade de vida da população, como também enclausurará as gerações futuras.

3.4 Muralha "Betónica"

A construção desenfreada e caótica na região do Algarve sobrepôs-se e praticamente extinguiu a genuína arquitetura, vivência e cultura Algarvia. Construções de edifícios com cêrceas exageradamente elevadas em plena frente marítima e em centros históricos, densidades de construção elevadas, espaços públicos de fraca qualidade, ausência de

espaços verdes e jardins, desrespeito e desvalorização de espaços naturais vizinhos à urbanização, são apenas alguns dos principais factores que contribuíram para a referida extinção. Tal se pode verificar em diversas cidades como por exemplo em Faro:

“Em tempos tínhamos uma avenida com amplos passeios para peões, ajardinados e com belas moradias dos dois lados, mais especialmente a norte. Hoje temos um caos urbanístico feito de caixotes enfiados no céu, as moradias que restam estão esmagadas pelas leis da cércea e do bom senso, e nos passeios dificilmente cabe o pé de algum peão, porque sobre eles estão três ou quatro filas de carros, em todas as posições possíveis para que não sobre 1 ou 2 metros livres.... Fico envergonhado quando vejo esta realidade. Julgo que qualquer algarvio de bom senso sentirá o mesmo.” Poderiam pensar que o texto descrito foi elaborado por mim ou por algum “ambientalista”, mas o autor do texto é tão-só o presidente da Junta Metropolitana do Algarve, Eng. Macário Correia. (Grade, 2014, p.39 e 40)

Este desenvolvimento urbanístico na região do Algarve, potencializado por uma construção civil que sacrifica todas as outras realidades, e que, aliada ao turismo de massas deixa um rasto de destruição e desrespeito ambiental, caracteriza-se por construções em espaços naturais, históricos e ilegais não respeitando a envolvente, espaços descaraterizados a nível social, espaços públicos deploráveis e por fim destrói a qualidade de vida das populações em conjunto com a sua identidade, cultura e património.

Desta forma, em nome de um desenvolvimento económico baseado única e exclusivamente em imperativos económicos, visando o turismo de massas, perde-se nos centros históricos, a relação próxima com a história e a interação social, o convívio e a escala humana; e com a envolvente, o equilíbrio natural obtido ao longo de séculos, uma entidade que por natureza

é única e dificilmente recuperável. Estes factores estão estreitamente ligados, pois, actualmente, a desejada sustentabilidade de um local ou região só é alcançada quando as suas três componentes, económica, social e ambiental, se potencializam e valorizam de forma semelhante.

Apesar do ímpeto económico e desenvolvimento global e nacional, não será, com certeza, através da construção de urbanizações em espaços naturais como lagoas e dunas, nem de torres nos centros históricos e à beira de falésias, obtida a desejada sustentabilidade ambiental e social futura. As consequências desta construção sem limites arrasando ecossistemas será uma fatura a pagar pelas gerações futuras, pois este atropelo à natureza trará a curto e longo prazo consequências ambientais que contribuem para catástrofes naturais e alterações climáticas.

Esta despreocupação pelo impacto ambiental e social revelada pela construção civil desenfreada e despreocupada coincide com o argumento de Jorge Mangorrinha, especialista em turismo, que, numa entrevista no livro *O Algarve Tal como o Destruímos*, descreve que urge pensar os novos territórios, salvaguardando-os do turismo autofágico, que acabar por subtrair, desses mesmos territórios, os recursos que estimularam a sua ocupação. E depois de tornar insuportável o atrativo, os seus responsáveis saem à procura de outros lugares para darem início ao mesmo processo, e o país corre o risco de ir perdendo a capacidade competitiva no turismo.

"A ditadura do betão é a monarquia absoluta do nosso tempo. A grande desgraça e miséria deste país é termos vindo a ser governados, de há muito, por um rei ignorante, tosco, especulador e tirânico, um rei que, empoleirado numa grua, não é mais do que um pato. Um pato-bravo!" (Grade, 2014, p.58)

3.5 Batalhas Campais – Exemplos de Construção em Espaços Naturais

“No Algarve, enquanto houver um palmo de solo com vista para o mar ou para a serra (numa 2ª fase), a carnificina vai continuar!” (Grade, 2014, p.96)

E como os planos de ordenamento são incapazes, por si só, de regular o território de forma sustentável, nem as questões ambientais são, para já, prioritárias em relação aos interesses económicos, a realidade actual da maioria dos casos é a construção em espaços naturais, e a destruição dos ecossistemas destes.

O corredor ecológico do Algarve, ao ritmo que é subtraído ao longo dos últimos anos, não daqui a muito tempo, passará a ser a “linha ecológica do Algarve”. Este encontra-se diariamente em “batalha” com o avanço urbano, desnaturado e irresponsável, que avança e invade sem piedade, conquistando mais um metro quadrado aqui, mais um metro quadrado ali. Não é ao acaso que, segundo Sérgio Freire no artigo *Urbanization and Land use/Land cover change in Portugal - the influence of coastline and coastal urban centres* do jornal *Coastal Research*, Portugal é o país europeu com a taxa de aumento de áreas costeiras artificializadas mais elevada, com um aumento de 46% entre 1986 e 2006. Esta evolução traduz-se na impermeabilização do solo em virtude da expansão do tecido urbano descontínuo.

Um dos mais mediáticos exemplos desta “batalha” é o caso da Lagoa dos Salgados (Silves, Algarve) e sua envolvente cujo espaço natural envolvente, que inclui o cordão dunar da Praia Grande, o sapal de Alcantarilha, e os terrenos agrícolas da várzea, compreendida entre Armação de Pêra e a herdade dos Salgados, constitui uma área de elevado valor natural que apesar de pertencer ao corredor ecológico do Algarve, referenciado no PROTAL, não detém

qualquer estatuto legal de proteção. Dada a situação, esta área é considerada um espaço natural de risco devido à pressão urbanística. De um lado, Armação de Pêra, avança com inúmeras tentativas de urbanização sobre o espaço natural, nomeadamente na área do sapal de Alcantarilha. Do outro, empresas de cariz turístico e hoteleiro esventram o coração deste espaço propondo a construção de um mega empreendimento.

Em simultâneo na ria do Alvor (Portimão, Algarve), a pressão urbanística faz-se sentir novamente através de construção junto ao sapal. O mesmo se sucede na Ria Formosa e no Parque Natural da Costa Vicentina, onde a construção em pleno espaço natural é uma realidade.

Por fim, como último exemplo, a irrealista situação do *empreendimento Almada de Ouro Golf e Country Club* que prevê construção numa área natural de *Rede Natura 2000* em pleno rio Guadiana. Neste caso a legislação não é contornada, é "atropelada".

Em suma, a pressão urbanística está presente em todos os troços que constituem o corredor ecológico do Algarve. Se esta inconsequente construção em espaço natural se materializar, como será a futura designação para "corredor ecológico"?

3.6 Conclusão

Face à quase extinção das mais-valias ambientais, patrimoniais e culturais do Algarve provocada pelo ciclo “construir e seguir para o próximo”, o Algarve apresenta, actualmente um carácter que há muito perdeu a sua nobreza.

Este desordenamento urbanístico em grande parte ganhou forma a partir da revolução de 25 de Abril de 1974, que deu novas oportunidades e perspectivas de vida a grande parte da população que trocou, em massa, o meio rural pelo meio urbano, dando origem ao desenvolvimento económico baseado na construção civil, e nesta região em específico, na exploração do turismo de massas. Aliado ao loteamento e licenciamento indiscriminado por parte das câmaras municipais, forçadas pela lei do financiamento referida anteriormente, construiu-se inconsequente e descontroladamente.

A região transformou-se, num curto espaço de tempo, numa selva de betão que arrasou cidades e vilas inteiras, como Albufeira, Quarteira, Portimão ou Armação de Pêra. Resta agora pensar se é este o caminho que queremos seguir, ou, se aprendemos com os erros do passado tomando um novo percurso rumo a um território mais sustentável do ponto de vista social e ambiental.

4. CONCEITOS RELEVANTES À INVESTIGAÇÃO

Para o desenvolvimento dos seguintes capítulos, considerou-se importante refletir sobre um grave problema derivado do turismo de massas e especulação imobiliária que afectou a região do Algarve: a inexistência da componente natural no espaço urbano, traduzindo-se na falta de espaços verdes integrados e numa relação, ora abusiva ora inexistente, entre o espaço urbano e o meio natural que o envolve.

4.1 A Evolução Urbana e o Urbanismo Contemporâneo

“As cidades correspondem a formas de vida em sociedade e à formalização de estruturas sociais a que a arquitetura e a engenharia dão corpo, e a cultura dos seus residentes molde de acordo com o tempo e a história.” (Fadigas, 2010, p.8)

A identidade de uma sociedade e de um território é diretamente influenciada pela evolução urbana desta. Evolução essa que representa uma resposta ao percurso e desenvolvimento económico, social e cultural das cidades e à relação geográfica e ambiental com o território envolvente. Esta evolução coloca as cidades sob pressão de um desenvolvimento que não comprometa a qualidade social, cultura e ambiental.

A nível territorial e regional o desenvolvimento e evolução das urbes teve impactos ambientais devido a situações como o atravessamento e separação de espaços naturais por infraestruturas pesadas que dividem o território. A nível urbano o crescimento rápido e desequilibrado, com imperativos principalmente económicos, liderados pelo lucro e especulação, tentando dar resposta de igual forma a todas as necessidades, deu origem a problemáticas como a carência de equipamentos, inexistência ou falta de espaços verdes

urbanos, de segurança no espaço público e uma débil ou inexistente relação entre o meio urbano e natural. O crescimento urbano desorganizado e as necessidades sociais e ambientais, consequentes deste, revelaram a ineficácia do urbanismo como instrumento de ordenamento urbano e territorial.

Conceito que, como Bonnet Correra relata no livro *Las Claves del Urbanismo*, surgiu no final do século XIX, para o estudo, organização e intervenção no espaço urbano, como prática das transformações necessárias à realidade caótica das condições de habitação e salubridade em que viviam os habitantes de grandes cidades europeias, na época da revolução industrial.

Sendo o urbanismo, segundo Alfred Agache, um *"(...) conjunto de regras aplicadas ao melhoramento das edificações, do arruamento, da circulação e do descongestionamento das artérias públicas (...) a remodelação, a extensão e o embelezamento de uma cidade, levados a efeito, mediante um estudo metódico da geografia humana e da topografia urbana sem descuidar as soluções financeiras (...)"* estabelecendo relações entre o construído e o vazio, transformando os territórios em lugares sustentáveis e confortáveis, revela a sua ineficácia tendo em conta as transformações, ou, melhor, transfigurações visíveis actualmente no nosso território.

Com o surgir da modernização das sociedades ocidentais, face à ineficiência do urbanismo, são produzidas (...) mudanças profundas nas formas de concepção, implementação e gestão das cidades. A evolução das necessidades, das formas de pensar e agir, dos vínculos sociais, o desenvolvimento de novas ciências e tecnologias, a mudança da natureza e de escala dos desafios coletivos, são lugar, progressivamente, a um novo urbanismo." (Ascher, 2010, p.81)

Assim surge, um novo urbanismo, o urbanismo contemporâneo:

“Enfrentando demandas cada vez mais elevadas, e múltiplas formas de concorrência entre espaços, tenta oferecer, em lugares públicos e espaços externos, uma qualidade equivalente à dos espaços privados e de espaços internos. (...) O desenho multissensorial das cidades permite criar ambientes diversificados, mais atraentes e mais confortáveis (...)” (Ascher, 2010, p.95).

A massificação urbana desperta nos indivíduos a procura da componente natural na cidade. Nos dias de hoje, e devido ao crescimento urbano descontrolado, os espaços verdes são uma exigência na qualificação da vida das cidades, tornando-se elementos nucleares do planeamento urbano. A cultura ambiental emergente dá origem à necessidade e à indispensabilidade da organização de áreas livres e verdes destinadas ao recreio e à ocupação de tempos livres, e à qualificação arquitectónica e paisagística das cidades.

Tendo em conta que as cidades, como habitats humanos, estão interligadas com a natureza, as premissas ambientais estão diretamente relacionadas com a organização, funcionamento e crescimento destas. Portanto, a sustentabilidade urbana decorre também do equilíbrio entre a componente social e ambiental.

Sendo o urbanismo um instrumento regulador e transformador de ordenamento do território que tem como base da sua fundamentação o equilíbrio ambiental inserido na evolução urbana e transformação do território, este é um instrumento indispensável para a sustentabilidade urbana e territorial. Tendo em conta que a cidade é o nosso habitat, a sustentabilidade do meio urbano é indispensável para a nossa existência e futuro.

4.2 A Relação entre o Espaço Urbano e o Espaço Natural

As cidades resultam de uma evolução social, económica e cultural que, *"(...) no tempo e no espaço, é um processo dinâmico e interativo semelhante ao dos sistemas naturais; as paisagens daí resultantes são, por isso, paisagens marcadas pela ação do homem e a reação do meio."* (Fadigas, 2010, p.22).

Portanto, o meio urbano traduz-se num processo histórico, através das formas, ritmos, estruturas e materialidades, da relação entre o meio urbano, e a sua população, e o meio natural com que se relacionam, articulam e apropriam, resultando então a paisagem.

Contudo, a existência inata, desta relação, não significa que esta seja equilibrada, positiva ou sustentável, apenas garantindo a sua inevitável existência, tendo em conta que ao urbanizar estamos, obrigatoriamente, a apropriarmo-nos do meio natural e envolvente. Surgem assim, na maioria dos casos, relações que se traduzem em incompatibilidade entre zonas urbanas de elevado desenvolvimento económico e zonas naturais protegidas (ou que o deveriam ser).

Exemplo desta situação é a região do Algarve. Tal como o Arq. Fausto Nascimento descreve a situação "pré histórica" de *"(...) ora dá cá esse espaçozinho para urbanizar, ora chega para lá, que isto é reserva ecológica; de um lado os autarcas, do outro os ambientalistas; de um lado os interesses dos promotores imobiliários, do outro a salvaguarda da preservação dos espaços ecológicos. Esta guerra continuada (ressalve-se o facto de as vitórias serem consecutivas (...) do lado dos desbravadores do "progresso") é de um activismo confrangedor."* (Nascimento, 2003)

Esta relação insustentável, do ponto de vista ambiental, não pode ser alicerçada na base de um progresso económico que apenas é possível destruindo o espaço natural e consequentemente os seus ecossistemas. O homem deve integrar a sua actividade na natureza sem a destruir, através de uma relação afectiva e não materialista e invasiva.

4.2.1 Sustentabilidade

“A relação entre a arquitetura e natureza (...) repousa em um imperativo moral determinado pela actual crise ambiental que, como em uma tragédia grega, põe em cena a finitude dos recursos naturais contra o ciclo infinito e deplorável da produção e do consumo humano.” (Mostafavi, M e Doherty, G, 2014, p.136)

A sustentabilidade, como o professor de humanidades da Universidade de Havard, Homi K. Bhabha explica no seu artigo Mumbai em Minha Mente: reflexões sobre sustentabilidade, resulta de um “equilíbrio momentâneo” entre os factores social, económico e ambiental. Em busca da sustentabilidade territorial estão a ser desenvolvidos modelos urbanos com uma nova perspectiva, com o intuito de criar espaços de qualidade superior aos modelos praticados actualmente, tendo em conta que *“(...) a qualidade de nosso ambiente é diretamente proporcional à qualidade de nossas vidas. É uma equação tão simples quanto irresistível.”* (Mostafavi, M e Doherty, G, 2014, p.471). Para atingir a excelência e qualidade, é necessário integrar a componente natural no ordenamento do território e no planeamento urbanístico.

“O processo de crescimento urbano e de avanço dos territórios urbanos sobre a periferia rural significa, na maior parte dos casos, redução dos fluxos energéticos e, consequentemente, a degradação do potencial biológico e da diversidade

essenciais ao funcionamento ambientalmente equilibrado dos espaços urbanos. Quando tal acontece, as cidades ficam menos complexas e mais monótonas. Mais pobres, portanto.” (Fadigas, 2010, p.46,47)

Para garantir um desenvolvimento sustentável do meio urbano é necessário o respeito e integração da componente natural neste, quer no interior da massificada malha urbana quer na periferia nos territórios, meio urbanos meio rurais, de transição. Não é coincidência que *“(...) as cidades que investiram na inovação e na mudança para melhorar o seu ambiente são as mais bem sucedidas em termos de desenvolvimento económico e social, o que reforça a sua sustentabilidade.” (OECD, 1996).*

A região do Algarve não é exemplo. Está a sofrer, e no futuro sofrerá de forma mais acentuada, com as alterações climáticas. Para além disso, tem vindo a decorrer, nos últimos anos, uma mudança radical na flora Algarvia: a alfarrobeira, a amendoeira, a figueira, a azinheira e o sobreiro, estão a ser substituídas por laranjeiras, pinheiros, eucaliptos e palmeiras. E quando não são substituídas por outras espécies são substituídas por urbanizações. Esta situação traduz-se num superior consumo de água por parte das espécies introduzidas: os pinheiros e as palmeiras são espécies excessivamente usadas nas urbanizações megalómanas e o eucalipto oferece um elevado retorno monetário num menor espaço de tempo. Um dos exemplos de insustentabilidade da importação da palmeira, para “forrar” resorts, campos de golfe, marinas e outros espaços turísticos, foi a epidemia do escaravelho-da-palmeira. Os recursos gastos para controlar e combater esta inevitável epidemia (que não teria ocorrido com as espécies autóctones) foram elevadíssimos.

Esta situação verifica-se na *Herdade da Lagoa dos Salgados*, área de estudo deste trabalho. Para além do claro “atropelo” do espaço natural vizinho, construção imatura e

inconsequente em cima das dunas e da *Lagoa dos Salgados*, este projeto megalómano invadiu o espaço de palmeiras e construiu um campo de golfe, não perto, não ao lado, mas em cima da Lagoa dos Salgados. Ora, apesar de todas as promessas e certificações, por parte das empresas privadas envolvidas neste projeto, em que não existiriam consequências para o ecossistema vizinho, o necessário elevado consumo de água por parte do campo de golfe e das palmeiras levou, literalmente, à seca da Lagoa. Mais tarde, segundo responsáveis da SPEA, veio a verificar-se que a *Herdade dos Salgados* abastecia-se de água directamente da lagoa para satisfazer algumas das necessidades do seu empreendimento.

Concluindo, em nome do desenvolvimento com imperativos apenas económicos e de turismo de massas, ou, por outras palavras, em nome de um desenvolvimento insustentável para o meio urbano e para o ambiente, o território do Algarve foi revestido por uma “selva” de betão e palmeiras.

4.2.2 Territórios em Transição

“Os territórios de transição entre a cidade e as suas envolventes rurais são instáveis do ponto de vista da sua composição, organização funcional, estrutura e morfologia; quanto mais frágeis, mais susceptíveis de sofrer incontroladamente os processos de urbanização que definitivamente os transformam em urbanos.”

(Fadigas, 2010, p.29)

A capacidade de resistência dos territórios naturais e rurais no limite dos urbanos, à pressão da evolução urbana depende da intensidade e velocidade desta, e dos usos alternativos, como produção agrícola ou actividades recreativas de lazer ao ar livre, ou protecção legal concedida devido a um elevado valor natural. Portanto aqui entra a importância e eficácia do ordenamento do território e da componente ambiental que este deve integrar, pois

apenas através de medidas administrativas ou legais e de um uso racional do solo se poderá obter o desejado equilíbrio entre o espaço urbano e o espaço natural e a salvaguarda deste.

A transformação de uma paisagem natural/rural para urbana é uma situação relevante pois quando esta transformação ocorre, inevitavelmente, sucede-se uma ruptura nos sistemas naturais que não modifica apenas o aspeto visual, como o equilíbrio e estabilidade do funcionamento do ecossistema em causa. Por esse motivo, à medida que o meio urbano avança sobre o meio natural/rural, é indispensável a reposição dos equilíbrios desregulados, através de intervenções e medidas que restaurem o equilíbrio da paisagem envolvente e do ambiente do meio natural em causa, evitando assim o aumento da frequência de catástrofes “naturais”.

Tendo também em conta que, por norma, os tecidos urbanos, ao contrário dos naturais ou rurais não são ou são pouco permeáveis, apresentam consequências negativas como o elevado risco de cheias. É por isso que a urbanização, como processo de transformação do meio natural/rural em meio urbano tem de ter a capacidade de integrar neste espaços verdes ou espaços pré-existent da paisagem envolvente, proporcionando não só uma sustentabilidade urbana e ambiental, como também dando continuidade cultural, e uma identidade às cidades relativamente à ligação e origens do território que ocupam.

Concluindo, revela-se importante criar “limites” entre o espaço urbano e o espaço natural através de territórios híbridos, meio urbanos meio rurais, representados por perímetros permeáveis, *“(…) de modo a criar uma textura urbana onde a diferença entre áreas internas e externas (...) tenda a desaparecer, criando um território integrado sem especializações.”* (Branzi, 2014).

Estes não só têm como função criar uma transição e relação entre a cidade e a paisagem, como simultaneamente a sua presença executa naturalmente a função de zona-tampão ao avanço urbano, muitas vezes descontrolado e desorganizado. *“Os elementos naturais desempenham o papel essencial de ligar entre si as partes construídas, tanto as novas como as preexistentes, e de fundir o campo e a cidade num território o mais unitário possível”*. (Benevolo, 1987).

4.2.3 Recuar Urbano

Apesar de o Homem ter a necessidade ou tendência de manter a natureza “sob controlo”, os tempos que se avizinham revelam a necessidade de um recuar urbano, dando à natureza o seu espaço e autonomia, não permitindo que seja constantemente arrasada, controlada ou influenciada.

“Devemos pensar em aceitar a relação com a natureza em termos iguais nas cidades, assegurando que tenha sua própria autonomia e não seja constantemente influenciada pelas necessidades do homem. Devemos começar a antever espaços para uma natureza que é próxima de nós, mas que não é controlada, atenuada ou artificializada. Em outras palavras, devemos começar a conceber a possibilidade de territórios, às vezes até mesmo próximos a áreas habitadas, onde não estaremos mais no controlo.” (Mostafavi, M e Doherty, G, 2014, p.446, 447)

Face a tal avanço e expansão urbana, consequentemente, em direção e sobre o espaço natural/rural seria de calcular que tal evidência é originada por uma necessidade essencial, mas, na maioria dos casos, não o é. Basta constatar a “desertificação” urbana actual. Apesar

de existirem “mais casas que pessoas”, continuamos a construir mais, mais alto e a dispersar as nossas cidades pelo território.

“Em Roma, de 1,715 milhão de residências, 245 mil (uma em sete) estão inabitadas. Em Milão, de 1,640 milhão de apartamentos, mais de oitenta mil estão vazios, e quase novecentos mil metros quadrados de espaços de escritório, o equivalente a trinta arranha-céus Pirelli, estão desocupados.”
(Mostafavi, M e Doherty, G, 2014, p.449)

Outra questão nuclear e não menos importante é a pressão e erosão nas zonas costeiras, de origem natural mas agravada por causas de origem humana. Segundo a presidente da *Liga para a Proteção da Natureza*, Alexandra Cunha, a erosão costeira é agravada por actividades do homem como a retenção de sedimentos em rios devidos a barragens, a extração de areias dos rios e de zonas costeiras, a subida do nível do mar e ao aumento da gravidade das tempestades marítimas. Mas o principal problema é a sobre utilização das zonas costeiras pelo homem. *“Ninguém se importaria com a erosão costeira se não tivéssemos as actividades económicas, como as habitações, as unidades hoteleiras, as piscinas, os restaurantes, os portos, as marinas, os parques de campismo a competir com a erosão pelo espaço.”* (in Grade, 2014, p.230)

Como referido anteriormente, o conflito descrito espelha a situação presente no Algarve onde territórios constituídos por habitats costeiros representam não só um grande valor ambiental a ser preservado como servem de zona-tampão à erosão costeira e onde são feitas construções, literalmente em cima de falésias, dunas, lagoas e rias, contra, na maior parte dos casos, a legislação e senso comum.

O mais acertado, em relação à área do presente trabalho, face à erosão costeira, será recuar. Este tipo de abordagem, segundo Charlie Peel no livro *Facing up to Rising Sea-Levels: Retreat? Defend? Attack?*, consiste em evitar cenários potencialmente catastróficos, recuando e colocando as principais infraestruturas e núcleos urbanos em cotas de segurança de modo a aceitar e permitir que a água avance e ao entrar em espaço urbano sejam atenuados os riscos de inundação.

Tal como Maria João Alcoforado explica no livro *Alterações Climáticas e Desenvolvimento Urbano*, este tipo de estratégia já é praticada em alguns países que começaram a preparar-se para reagir aos impactos das alterações climáticas, visto que uma preparação antecipada constitui custo menor quando comparada aos custos de reparação de danos.

Concluindo, o percurso ideal a tomar seria um *"(...) desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração actual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades, significa possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e económico e realização humana e cultural, fazendo ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os habitats naturais."* (Oxford University Press, 1987).

4.3 A importância da componente natural urbana

4.3.1 Parques e jardins - recriar a natureza em meio urbano

Face aos problemas sociais e culturais decorrentes do tipo de urbanismo que não os tratava de modo integrado, originando situações de segregação social e espaço público negligenciado, e em paralelo a uma nova corrente ecológica, surge a componente

ambiental como elemento relevante da acção de planeamento urbano. A introdução da componente ambiental como um dos principais objetivos do novo urbanismo, leva ao emprego do conceito de zonamento e à “(...) *separação em zonas urbanas, zonas industriais e zonas ambientalmente sensíveis.*” (Fidelis, 2001, p.68). É notória a preocupação de âmbito ambiental, num tempo de mudança em que o próprio processo de planeamento urbano evolui numa tentativa de dar resposta às necessidades de um melhor quadro de vida das populações e um desenvolvimento mais sustentável.

A componente natural urbana assume um papel importante uma vez que amplia a relação entre os espaços preenchidos e os espaços vazios, o espaços edificados e os espaços abertos, aumenta a qualidade e disponibilidade dos espaços de recreio e lazer, melhora a qualidade ambiental do meio urbano, e previne catástrofes naturais. É também um resultado da procura da relação perdida com a envolvente natural, sendo assim visível, na sua forma física, como espaços destinados a zonas verdes de enquadramento ou lazer e espaços que recriam a natureza, com o objetivo de recuperar equilíbrios e elementos naturais outrora perdidos.

Como Fadigas explica no livro *Urbanismo e Natureza - Os Desafios*, o efeitos negativos de da Revolução Industrial, nomeadamente má qualidade de vida, doenças, insegurança e instabilidade física e psicológica da população, levou ao desejo, a partir do século XIX, de recriar em meio urbano situações próprias da vida no campo, ou apenas de nele introduzir expressões e referências de recriação da natureza, deu origem a movimentos de reflexão e a propostas de modelos de cidade inteiramente inovadores.

No século XIX, o jardim ou parque público surge como um elemento integrante da cidade, parte de um desenho prévio e intencional com uma entidade autónoma. Visto que o ritmo a que a densa malha urbana se expandia, era bastante superior à construção de infraestruturas

gerais e de saneamento, a necessidade de parques e jardins como elementos urbanos, gerou um novo desafio para os órgãos administrativos municipais: os custos e encargos permanentes. Tal desafio foi superado pelo sector privado ao compreender que os espaços verdes qualificados como parques e jardins representavam uma mais-valia ao valorizar os edifícios habitacionais e terrenos vizinhos. Este rapidamente percebeu que *"(...) numa sociedade onde a actividade económica determinava, por si, o crescimento das áreas urbanas e o aumento de funções e serviços ali instalados, a presença de espaços qualificados, como eram parques e jardins, cedo começou a representar algo mais do que expressões da natureza ou locais de embelezamento e recreio."* (Conway, 1991).

Mais tarde, a integração de funções, veio revolucionar totalmente o conceito de parque e jardim urbano. Este já não representava apenas uma superfície arborizada com o intuito de reproduzir a natureza, passando a incorporar uma diversidade de funções, actividades e finalidades de lazer e recreio em resposta a uma diversidade de solicitações por parte da sociedade. A nível ambiental contribuía para uma maior purificação do ar e aumento de áreas permeáveis em meio urbano; a nível social a natureza era *"(...) entendida como uma fonte de inspiração para a realização pessoal. (...) os parques participavam (...) sendo fonte de saúde, moralidade e beleza para os trabalhadores, pressupunha-se que aumentavam a sua produtividade, graças aos benéficos efeitos destas qualidades."* (Fadigas, 2010, p.109). Porque, tal como Ian Laurie descreve no livro *Nature in Cities*, se os trabalhadores tivessem a oportunidade de contemplar a natureza, isso poderia aperfeiçoar a sua estabilidade mental e trar-lhes-ia convicções que se fortaleceriam gradualmente através do seu trabalho, substituindo o esquecimento dos problemas que buscavam nas tabernas.

Quando pensamos em natureza, pensamos em tranquilidade, serenidade e harmonia. Não foi ao acaso que à medida que a sociedade evoluiu surgiu a necessidade de reproduzir dentro das cidades espaços que esta ilustrassem. Sendo o homem integrante da natureza,

quando esta está ausente, é inato o conseqüente sentimento de insatisfação, depressão e tensão.

4.3.2 Espaços verdes

“Os elementos naturais desempenham o papel essencial de ligar entre si as partes construídas, tanto as novas como as preexistentes, e de fundir o campo e a cidade num território o mais unitário possível.” (Benevolo, 1987).

O conceito de espaços verdes é muitas vezes entendido como sinónimo de parques e jardins urbanos. Na verdade, este conceito representa um conceito muito mais amplo.

Segundo Leonel Fadigas no livro *Urbanismo e Natureza: Os Desafios*, os espaços verdes são o conjunto de áreas livres, ordenadas ou não, revestidas de vegetação, que desempenham funções urbanas de protecção ambiental, de integração paisagística ou arquitectónica, ou de recreio. Incluem, por isso, os parques e jardins urbanos, públicos e privados; as áreas de integração paisagística e de protecção ambiental de vias e outras infraestruturas urbanas; os taludes e as encostas revestidos de vegetação; a vegetação marginal dos cursos de água e de lagos; as sebes e cortinas de protecção contra o vento ou contra a poluição sonora; as zonas verdes cemiteriais; e as zonas agrícolas e florestais residuais no interior dos espaços urbanos ou urbanizáveis.

Devido à sua natureza difusa e variada, não representam, obrigatoriamente, uma forma ou função. O que todos têm em comum é o valor natural que representam e, obrigatoriamente, um grau de impermeabilização do solo reduzido, desempenhando funções ambientais sociais e económicas que contribuem para uma sustentabilidade urbana e ambiental:

- A nível ambiental, de acordo com Per Bolund e Sven Hunhammar, os espaços verdes urbanos regulam o clima local e, conforme David J. Nowak e Sisinni, atenuam a concentração de gases nocivos para os humanos, e contribuem decisivamente para a biodiversidade constituindo habitats para flora e fauna em meio urbano;
- A nível social, tal como os autores Nadja Kabisch e Haase confirmam, estes são indispensáveis para a qualidade de vida humana, saúde e bem-estar da população proporcionando espaços de lazer, recreação, sendo assim possível desfrutar da natureza em meio urbano. Num âmbito mais cultural, os espaços verdes revelam-se fundamentais ao estimular a população urbana a interagir com os processos naturais;
- A nível económico, segundo Swanwick, os espaços verdes urbanos são por vezes erradamente encarados, uma vez que os benefícios proporcionados são de natureza menos evidente, sendo estes atingidos a longo prazo;

Os espaços verdes têm um valor natural urbano inquestionável como elementos de recuperação e reintegração da natureza nas cidades e sua envolvente contribuindo para um acréscimo de qualidade ambiental para as populações, como também para a redução dos factores de risco ambiental como as catástrofes naturais e alterações climáticas. A componente urbana e a componente natural necessitam de se encontrar numa relação de interdependência e complementaridade.

O Algarve

Apesar dos esforços e tendências contemporâneas de incorporar a componente natural em meio urbano, a região do Algarve, é, mais uma vez, exemplo da escassez desta. Descreve-

se, em seguida, a situação de Faro, a maior cidade do Algarve, face à escassez de espaços verdes:

"O facto extraordinário é que, pese embora a situação descrita, não se constrói em Faro uma zona verde, digna desse nome, há cem anos (os canteiros e as rotundas não contam) (...) A população de Faro vive condenada a uma cidade que lhes nega a possibilidade de contacto com o seu principal elo ancestral e estrutural: a natureza. Os jardins... ajudam a retemperar e tranquilizar. São lugares de beleza e fruição. Promovem o convívio entre as pessoas e também o contacto com os animais e as plantas. São factores decisivos na qualidade de vida e consequentemente na qualidade humana. Eles ajudam-nos, ao fim e ao cabo, a sermos mais felizes." (Grade, 2014, p.62)

A situação acima descrita não se trata de uma excepção, sendo exemplo da situação que espelha a maioria das cidades e vilas algarvias, não fugindo à regra a vila de Armação de Pêra, área de estudo do presente trabalho.

5. ENQUADRAMENTO DA ÁREA DE ESTUDO

5.1 Enquadramento Histórico

A vila de Armação de Pêra, teve origem numa pequena comunidade piscatória. A sua primeira referência, segundo a obra *Corografia do Reino do Algarve* de Fr. João de São José, remonta 1577: “(...) ua fermosa praia da banda do sul, na qual está ua armação de atuns que se chama a armação de Pêra .” (Frei João de São José, 1983, p.58).

É assim possível deduzir que, no final do século XV, existiria uma pequena comunidade de pescadores ali fixados sazonalmente pois este era um local vulnerável a ataques de piratas “mouros”. Não sendo possível afirmar com exatidão, por motivos demográficos, económicos ou devido aos ataques e saques dos piratas, construiu-se uma pequena fortaleza em 1661. Com a construção desta foi possível e mais seguro a fixação humana no local. Em 1747, Armação de Pêra já era referida como aldeia, e, em 1758, segundo as memórias paroquiais, já era uma “ (...) povoação de 456 vizinhos”. Em 1755 são relatados os trágicos efeitos do terramoto e maremoto que também se fez sentir em Armação de Pêra: 84 mortes, representando grande número para a população residente.

Entre 1790 e 1841 Armação de Pêra passa de um agrupamento de cabanas para uma aldeia de casas de alvenaria, o que indica um aumento no poder económico e qualidade de vida. A malha urbana consistia num núcleo situado no sopé de um terreno mais elevado, no topo do qual se erguia a fortaleza, e do qual se estendia em direção ao dois eixos estruturantes desta pequena urbanização: o mar a sul e a ribeira de Alcantarilha prosseguida pelo espaço natural da praia grande a este. Esta possuía, assim, uma localização privilegiada e panorâmica.

"(...) Contavam-se no ano de 1790 cento e cinquenta pescadores (...) tem tido aumento a pescaria nesta costa; porque no ano de 1790 contavam-se oito barcos, quando em outro tempo somente havia quatro. Também tinha crescido o número dos pescadores, e xávegas." (Lobo, 1754, p.82,83,113)

Por volta de 1841 o cenário de Armação de Pêra era de desenvolvimento e de praias já com banhistas. Poucas décadas depois, na estação do verão, a população flutuante era igual à permanente. Em 1923 o turismo nasce oficialmente, com a criação da *Comissão de Iniciativa e Turismo de Armação de Pêra*. Uma década depois, com a intensificação do crescimento urbano, aumento da população e poder económico, a relevância de Armação de Pêra aumenta no concelho e assim é criada Freguesia de Armação de Pêra.



Figura 3 - Armação de Pêra na primeira metade do século XX.

Até à revolução de Abril, em 1974, a evolução urbanística era controlada, regida por critérios racionais e de qualidade, a avenida principal, à beira mar, era ainda ladeada de chalés e outros tipos arquitectónicos enquadrados com o existente.

Foi neste seguimento que foram edificados o casino de Armação de Pêra e o hotel Garbe¹, com o intuito de gerar uma maior dinamização na vila mas de forma equilibrada e controlada.

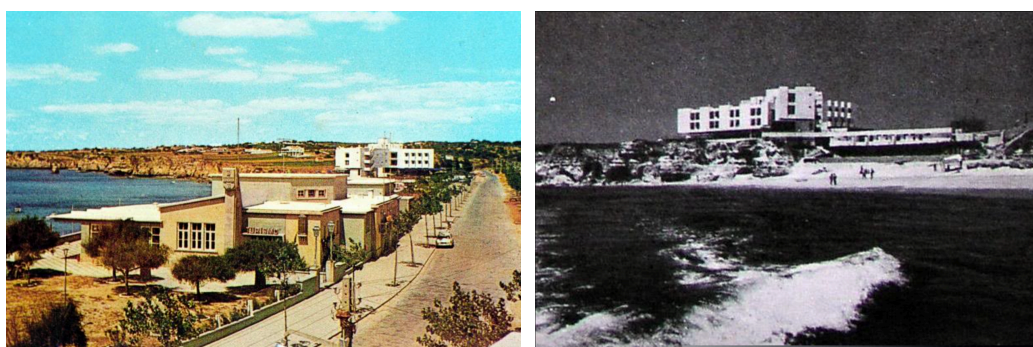


Figura 4 - Casino em Armação de Pêra e hotel Garbe, 1958.

A preocupação da Junta de Turismo de Armação de Pêra em preservar o turismo de qualidade ali praticado, as suas praias e a relação com a envolvente natural, sofre um percalço com a revolução de 1974 já que as câmaras municipais recuperaram a autonomia administrativa, outrora perdida para a *Região de Turismo do Algarve* (RTA) e assim começa a descida, a pique, para a tragédia urbanística visível nos dias de hoje. As autarquias, que

¹ Autoria dos arquitectos Jorge Ferreira Chaves e Frederico Sant'Ana. Fonte: Lobo, Susana (2007) A colonização da linha de costa: da marginal ao "resort" in *Jornal de arquitectos* n°. 227 (Abril-Junho 2007), Lisboa. Pp. 18-25. ver no sitio <http://cilpes.blogspot.pt/2009/05/hotel-garbe-algumas-consideracoes.html>

dependiam financeiramente dos loteamentos e licenciamentos, incentivaram o crescimento do turismo, que era sinónimo de crescimento urbanístico.



Figura 5 - Armação de Pêra em 1960 e 2010.

O resultado físico, foi espelho do modelo de desenvolvimento urbano. Como se pode observar na figura 5, a evolução de malha urbana horizontal e vertical. Na figura 6 pode verificar-se a transformação da frente marítima da vila. O histórico chalé que residia nas imaculadas falésias em 1950, rodeado em 2010 pela “selva betónica”.



Figura 6 - Frente marítima de Armação de Pêra em 1950 e 2010.

A “selva de betão” varreu por completo Armação de Pêra, soterrou a arquitetura Algarvia e edifícios de valor patrimonial que no seu caminho se atravessaram. A descaraterização de Armação de Pêra, no entanto, não se ficou pelo atropelo à identidade edificada, já que avançou até aos limites demográfico permitidos pelo território. Assim se ergueram

autênticas “muralhas betónicas”, das falésias ao espaço natural junto à ribeira de Alcantarilha

A outrora entidade histórica e cultural da relação desta vila com o território perdeu-se. A relação entre o espaço urbano e o espaço natural, nomeadamente a relação do centro histórico com a ribeira de Alcantarilha, foi completamente arrasada. O espaço natural não só sofreu uma invasão horizontal urbana sem precedentes, como verticalmente foi formada uma autêntica muralha. O urbanismo praticado em Armação de Pêra “betonizou” com sucesso as falésias, e onde estas não existiam, encarregava-se de edificar falésias de betão. Como se pode verificar na figura 7, Armação de Pêra em 1950, num último suspiro, enquanto o centro histórico da vila, pitoresco e com vista panorâmica, ainda se relacionava de forma sustentável com o mar e com o espaço natural vizinho da Praia Grande.



Figura 7 - Centro histórico de Armação de Pêra em 1950.

A interação com a ribeira de Alcantarilha e o espaço natural foi totalmente extinta, quando por volta de 2010 se iniciou a urbanização do último troço na margem poente da ribeira. Este não só se encontra numa zona classificada como de risco de cheias pela REN, como a obra ficou embargada, e desta forma, mantendo até aos dias de hoje a estrutura inacabada e os taipais de delimitação de obra. Esta situação resultou numa barreira física e visual entre o espaço urbano e natural sendo que a única forma possível de aceder à ribeira é pela praia ou por um estreito caminho de terra batida.



Figura 8 - Obra embargada e impacto da "muralha betónica".

O impacto que esta barreira, formada por edifícios de cérceas exageradas e desenquadradas, tem no espaço natural é, observável, de todo o espaço natural:



Figura 9 - Vista do sistema dunar da Praia Grande e dos campos agrícolas do espaço natural da Praia grande +
Vista do Sapal da Ribeira de Alcantarilha.

A tragédia urbanística, que afectou tanto Armação de Pêra como todo o Algarve, traduziu-se:

- Num crescimento urbano irregular e desorganizado, através da construção de edifícios descontextualizados pela sua forma, com cérceas muito elevadas comparativamente com os demais edifícios existentes;
- No surgimento de um espaço público negligenciado e descuidado, acusando a inexistência de componente natural urbana, espaços verdes, parques urbanos ou de uma relação sustentável, física ou visual com o envolvente natural vizinha;
- Na construção insustentável e inconsequente em áreas de elevado valor natural;
- Na desvalorização histórica e cultural da vila e seu centro histórico;
- No desenvolvimento visando apenas imperativos económicos relacionados com o turismo de massas;

E como a tragédia urbanística tem como base uma evolução da malha urbana a um ritmo elevado, esta necessita, conseqüentemente, de espaço para se expandir. O espaço natural vizinho da Praia Grande, constituído pela Lagoa dos Salgados, sistema dunar, campos agrícolas, várzea e sapal da Ribeira de Alcantarilha, foram muito afectados com este crescimento. Situando-se na baía de Armação de Pêra e delimitada pela Ribeira de Alcantarilha e a Ribeira de Espiche, este território tem características ecológicas muito particulares, face à situação de interface entre a terra e o mar, águas doces e salgadas. A variedade de ambientes traduz-se numa diversidade de habitats que constituem uma fauna e flora a conservar. Estando compreendido entre dois polos urbanos - Armação de Pêra e Galé – este é um território instável e vulnerável à urbanização. Neste espaço assistiu-se a um dos maiores atropelos urbanísticos sobre o meio natural: a nascente, do lado da Galé, a Herdade dos Salgados, e a poente, do lado de Armação de Pêra, a Herdade das Garças.

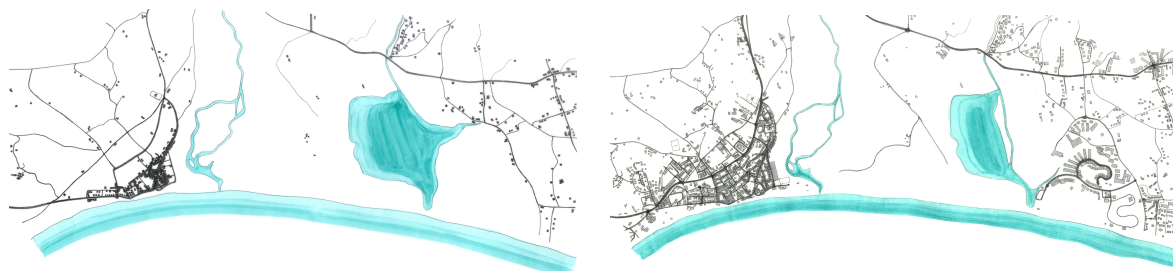


Figura 10 – O passado (1950) e o presente (2016) do território.

O sistema dunar que contém fosséis de elevado valor geológico, que se formaram há cerca de 4000 anos durante o período Holocénico, a Lagoa dos Salgados, que alberga mais de 5.000 aves aquáticas e é classificada pela IBA como área relevante a nível não só nacional como também europeu devido à comunidade de aves de origem migratória, oriundas do norte de África que viajam em direção ao norte da Europa e espécies ameaçadas em Portugal e na União Europeia, constituem, em conjunto com a envolvente natural, um importante papel a nível ecológico, contribuindo assim para o equilíbrio da biodiversidade local. Representa um dos locais mais populares para observação de aves do Algarve, sendo visitada anualmente por milhares de cidadãos nacionais e estrangeiros e divulgada a nível internacional como um local imprescindível para o turismo de natureza. É um troço relevante no corredor ecológico do Algarve, ficando situado entre duas zonas húmidas de grande importância internacional, a Ria do Alvor e Ria Formosa.

Apesar do seu elevado potencial e valor ambiental, este território não possui qualquer estatuto de proteção, encontrando-se assim numa situação de iminente urbanização. Num cenário de consolidação da malha urbana entre os polos de Armação de Pêra e Galé as consequências ambientais serão gravíssimas.

Segundo os dados dos Censos de 2011, a freguesia de Armação de Pêra tem uma população de 4 867 habitantes e uma área de 9,15km², o que revela uma densidade

populacional de 531,9 habitantes por km². Em relação às últimas duas décadas, verificou-se uma média de crescimento de 29% de habitantes por década.

Como se pode observar na figura 11, o território não urbanizado é predominantemente plano, à excepção do sistema dunar e do pinhal junto ao sapal da ribeira de Alcantarilha, e em toda a envolvente verifica-se um relevo mais acentuado.

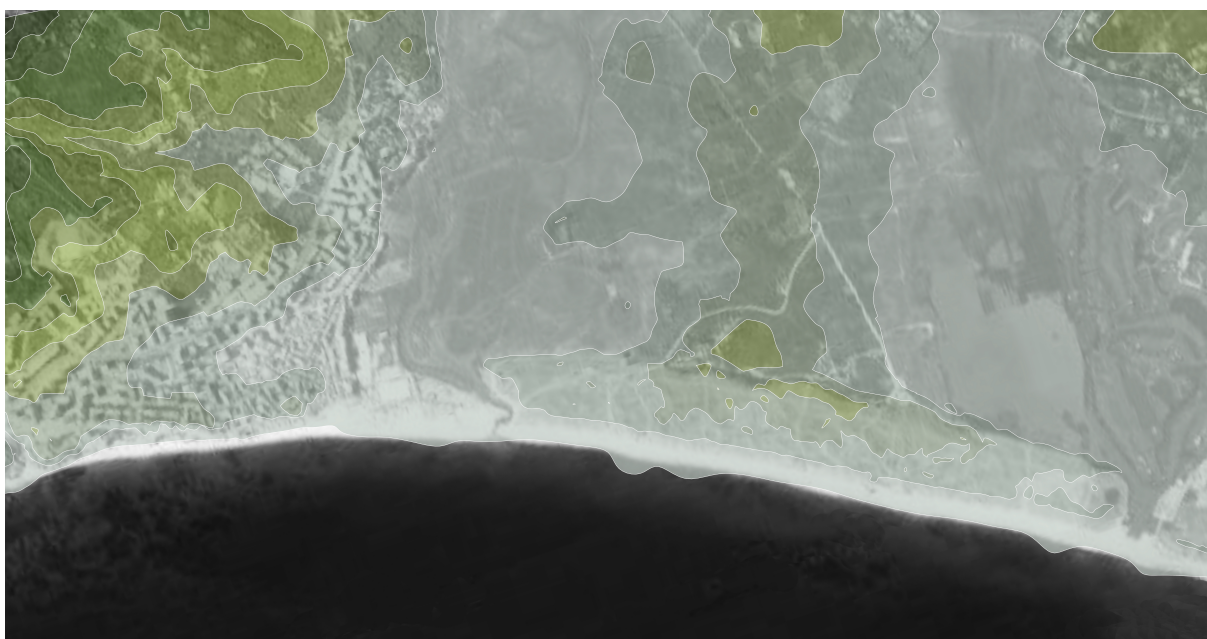


Figura 11 – Hipsometria da área de estudo.

Consequentemente, como se pode observar na seguinte análise do sistema húmido, as zonas classificadas como de alto risco de inundação encontram-se na Ribeira de Alcantarilha e Lagoa dos Salgados.



Figura 12 – Análise do Sistema Húmido – Risco de Cheias.

O espaço natural ficou confinado entre os polos urbanos sendo este delimitado por quatro eixos estruturantes, a Ribeira de Alcantarilha a oeste, a Lagoa dos Salgados a este, a EM M526 a norte e o mar atlântico a sul.



Figura 13 – Análise Viária.

5.2 Enquadramento do Meio Urbano

No caso específico de Armação de Pêra, como se pode observar na figura 14, são claras as motivações para a evolução e disposição da malha urbana:



Figura 14 – Fases de evolução urbana na Vila de Armação de Pêra.

É possível constatar como a partir do centro histórico a malha urbana evoluiu nas seguintes fases:

- Numa primeira fase ao longo da costa, tendo em conta o interesse nas praias e mar;

- Após estar totalmente edificada a zona junto à frente marítima, surgiu um novo aglomerado, a norte da malha existente, e a Sul do eixo viário que percorre toda a extensão da vila;
- Por último está a densificar-se e a malha urbana num terceiro nível, também paralelo ao mar, ao longo da malha existente, mas a Norte do eixo viário.

É possível concluir que após estar completamente lotada a frente marítima, de maior interesse para edificação urbana, a malha continua a evoluir noutras direcções. São notáveis as tentativas de expansão urbana em direcção ao espaço natural vizinho, que apesar da legislação apontar para uma necessidade de preservação, não assegurou a sua salvaguarda, permitindo um avanço urbano inconsequente que apesar de contido e tímido, é visível.

A análise seguinte tem como objectivo mostrar como através da construção desenfreada de edifícios descontextualizados a nível de cérceas, foi edificada uma “muralha de betão” em torno do centro histórico que quebrou completamente a sua relação com a envolvente natural, existindo apenas uma relação com a marginal e a praia.

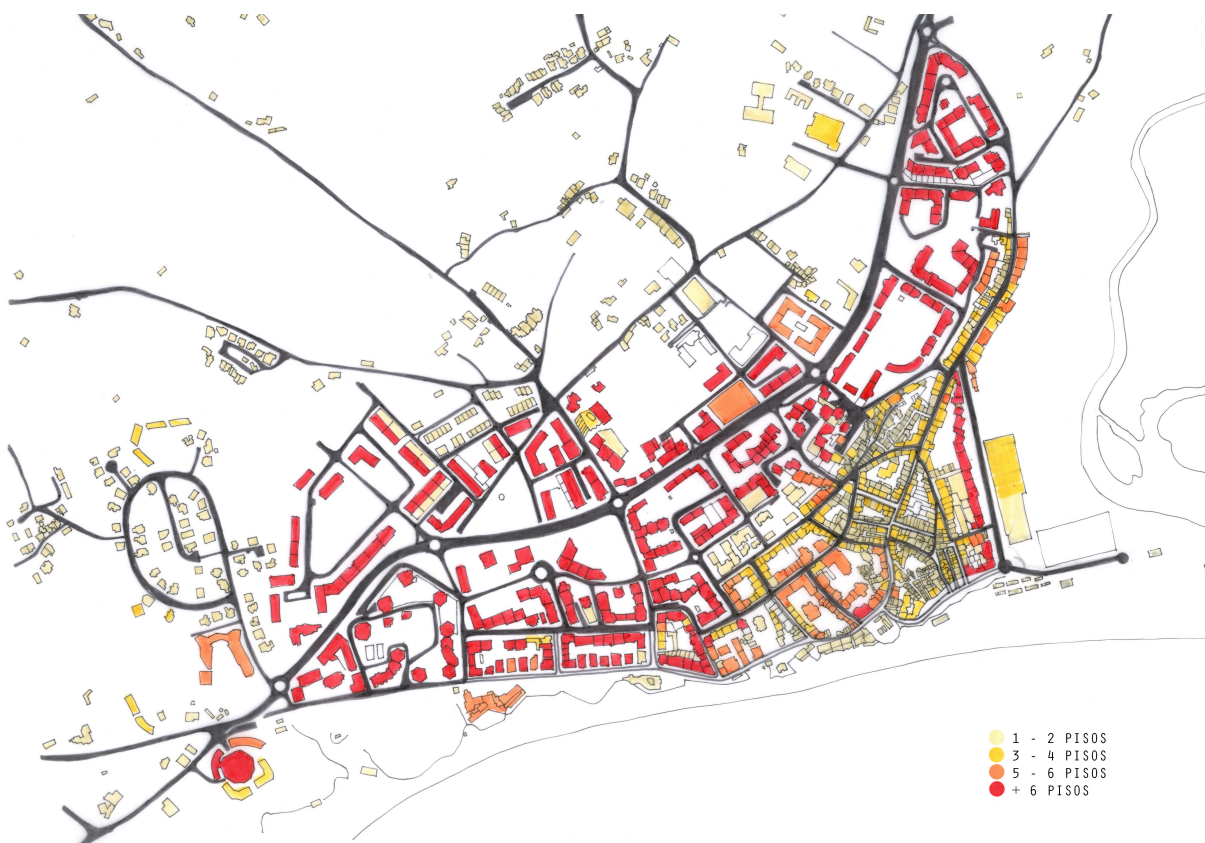


Figura 15 - Análise das cercas do edificado da Vila de Armação de Pêra.

A nível cultural e social, esta não só destrói a identidade da vila que outrora tinha uma relação de proximidade com a envolvente natural e a Ribeira de Alcantarilha, como também, para além de não incorporar componente natural urbana, priva a população da procura desta no espaço natural vizinho.

Após uma detalhada interpretação dos planos em vigor, é possível verificar a incompatibilidade e contradição de informação, condicionantes e diretrizes que os mesmos apresentam:

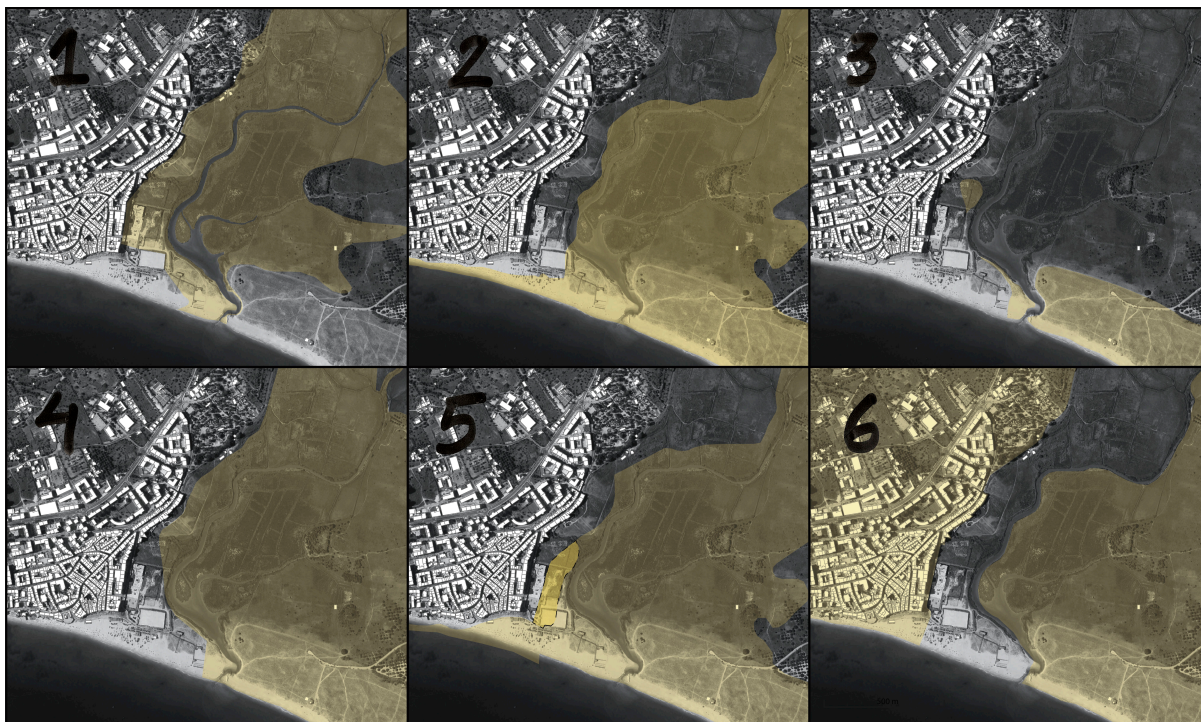


Figura 16 – Análise da Incompatibilidade dos diversos planos em vigor: **1:** Áreas de Risco de Cheias **2:** REN **3:** PROT – Sistemas Dunares **4:** PROT - Corredor Ecológico **5:** PDM (Amarelo Escuro - Áreas Urbanizáveis, Amarelo Claro – Espaços Naturais e Equilíbrio Natural) **6:** Áreas dos Planos de Pormenor de Armação de Pêra e da Praia Grande.

Verifica-se que o limite do Plano de Pormenor da Praia Grande e do Plano de Pormenor de Armação de Pêra, não coincidem, e entre estes sobra uma faixa, “terra de ninguém”, que coincide exactamente com a área de transição entre o espaço urbano e o espaço natural, acima referida. Estes territórios, pela sua natureza de instabilidade e susceptibilidade à pressão da evolução urbana, são territórios que necessitam de maior atenção e legislação preventiva. É possível analisar a estranha classificação geral dos planos como não urbanizável ou áreas a preservar em toda a margem poente da Ribeira de Alcantarilha, à excepção da pequena área que foi urbanizada em espaço natural, para lá da Avenida do Rio em direção à ribeira:

- O PROT considera de grau máximo de conservação toda a margem nascente da Ribeira de Alcantarilha, pois esta coincide, segundo a REN, com o sistema húmido e zona de risco de cheias, no entanto a margem poente é toda ela também considerada, retirando uma pequena faixa, onde se localiza a Herdade das Garças. Este considera ainda como unidades ecológicas o sistema dunar a sul e a norte da herdade; no entanto, entre estas áreas de classificação nada lhe é atribuído. Por fim, considera como área integrante e relevante ao *Corredor Ecológico do Algarve* toda a área do espaço natural da Praia Grande incluindo as duas margens da Ribeira de Alcantarilha, excluindo, mais uma vez, a área ocupada pela construção.
- Os Planos de Pormenor da Praia Grande e de Armação de Pêra não abrangem exatamente esta área em transição, não prevendo assim como área urbanizável a área a Este da Avenida do Rio;
- O PDM considera urbanizável apenas a área onde se localiza, mais um vez, a herdade, e classifica ainda toda a área das duas margens da ribeira como “espaços naturais e equilíbrio ambiental”, excluindo a referida área urbanizável;
- Por fim, a RAN e REN consideram como reserva, agrícola ou ecológica, toda a área de praia e das margens da Ribeira de Alcantarilha subtraindo apenas, novamente, a área construída pela Herdade das Garças. Por sua vez a REN classifica como áreas de risco de cheias toda a área das margens da ribeira, incluindo a área edificada.

Conclui-se que a área urbana para lá da Avenida do Rio, nomeadamente a que avançou inconsequentemente sobre o espaço natural, é considerada pelo PDM como urbanizável, como uma zona de risco de cheias pela REN, enquanto que todos os outros planos atuam sempre à sua volta.

5.3 Enquadramento do Meio Natural

A expansão urbana inconsequente não afetou apenas as áreas da periferia do edificado. Esta atingiu, e pretende ainda atingir, o “coração” do espaço natural da Praia Grande. Este ecossistema suporta uma enorme diversidade de espécies vegetais e animais, constituindo o habitat de inúmeras espécies de aves, crustáceos, bivalves, peixes e pequenos mamíferos. Tem também uma grande importância a nível hidrológico, desempenhando um papel regulador actuando como reservatório em situações de cheias e inundações.

Numa primeira análise à figura 17 que ilustra os diferentes graus de proteção e as suas respetivas áreas, não é coerente, representado a azul claro na ilustração, a atribuição do grau de proteção mínima a todo o cordão dunar e área central do espaço natural da Praia Grande. Quando estas áreas são consideradas por outros planos como integrantes do corredor ecológico do Algarve, da reserva ecológica e agrícola nacional e área de espaços naturais e equilíbrio ambiental. Contudo, após uma análise mais detalhada, é possível compreender tal incoerência entre informação e a razão pela qual lhe foi atribuído o grau de proteção mínima: a proposta de um mega empreendimento turístico.

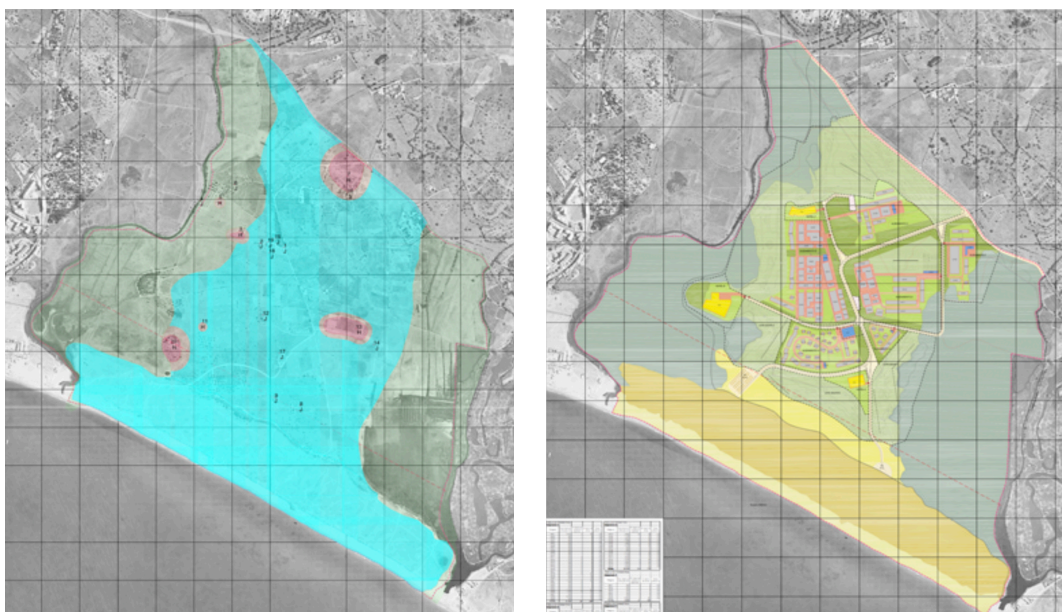


Figura 17 - Plano de Pormenor da Praia Grande – Planta de Implantação – Carta de Sensibilidade Patrimonial.

A inviabilidade do mega projeto é notória. Este projeto surge por iniciativa do grupo *Galilei*, ex-*Sociedade Lusa de Negócios* (SLN), que está associada aos escândalos do *Banco Português de Negócios* (BPN), que mudando o nome e apenas alguns órgãos administrativos, escapou praticamente ileso a quaisquer sanções do pesado passado, e agora, em forma de *Galilei*, continua a sua busca de desenvolvimento insustentável.

O mega empreendimento turístico desenvolve-se em 359 hectares e prevê 919 camas (373 nas unidades hoteleiras e 546 nos seis aldeamentos turísticos) e por fim um campo de golfe de 18 buracos na zona envolvente à área de residência. Segundo os seus promotores, não há quaisquer consequências de impacto ambiental para o espaço natural, pois a construção será feita “apenas” até às margens da ribeira e da lagoa. No entanto, como já foi referido, todo o espaço natural funciona como um ecossistema conjunto, sendo de igual relevância os espaços envolventes à lagoa, ribeira e dunas.

Um comunicado da SPEA, numa petição ao Ministério do Ambiente, refere que *"foram alegados benefícios para a economia e para o desenvolvimento regional com a criação de postos de trabalho, mas não existe nenhuma fundamentação da viabilidade económica que demonstre a sustentabilidade do que se afirma."* Aliando a este facto, a SPEA explica que o conhecido empreendimento *Herdade dos Salgados*, situado ao lado do local destinado a este novo projeto, e pensado para a mesma gama de clientes, está na falência. Todo este investimento representa um ativo tóxico do BPN.



Figura 18 – Análise da continuidade da malha urbana proposta.

Previsivelmente, este tipo de urbanização e construção, tem somente imperativos económicos e turísticos, pondo de parte a sustentabilidade social, ambiental e cultural, contudo, neste caso em específico, nem a própria sustentabilidade económica é viável.

ECONOMIA

Dívidas à banca fecham Resort: 1.000 no desemprego

Want To Go Out For Dinner? Check Out These Amazing "Unusual" Restaurants .. BuzzWok (Buzzwok)

Herdade dos Salgados, em Albufeira, espera melhores dias até que largos milhões de euros sejam pagos

Figura 19 - Notícia da falência e desemprego da Herdade dos Salgados.

Salgados ao abandono com as dívidas de Carlos Saraiva

Domingo, 20 Janeiro 2013 20:28 Expresso

PARTILHAR



Já funcionou como um destino turístico de cinco estrelas, mas agora a Herdade dos Salgados, no Algarve, é um empreendimento fantasma e a imagem da degradação. O complexo com mais de 2600 camas lançado pelo empresário Carlos Saraiva continua encerrado à espera que se resolva a situação da dívida dos **HOTÉIS CS**, que ascende a €1116 milhões. Entregue aos bancos, o complexo CS na Herdade dos Salgados continua encerrado, com palmeiras secas, lixo e entulho. Um Algarve de terceiro mundo.

Blocos sucessivos de apartamentos vazios, milhares de palmeiras secas à volta, lixeiras a céu aberto, entulhos e construção inacabada é a visão que oferece agora a Herdade dos Salgados, perto de Armação de Pera.

Figura 20 - Notícia da falência e desemprego da Herdade dos Salgados.

Seguindo o exemplo da *Herdade dos Salgados*, é possível observar a insustentabilidade ambiental provocada pela construção em espaço natural e a substituição de flora local por outras espécies exógenas. Especificamente, neste caso, ao estilo da maioria dos empreendimentos turísticos, plantaram uma “selva” de palmeiras:



Figura 21 - “Selva” de palmeiras no empreendimento turístico da Herdade dos Salgados.

Como exemplo prático da insustentabilidade e consequência ambiental desta ação, é possível verificar que, num passado recente, a Lagoa dos Salgados secou praticamente na totalidade, pois o empreendimento utilizava água desta para ter capacidade de resposta à manutenção das palmeiras e campos de golfe.

Como Jorge Brenner, José Jiménez, Rafael Sardá e Alvar Garola explicam no artigo *Ocean & Coastal Management*, o funcionamento dos ecossistemas, na sua totalidade, são de extrema importância uma vez que oferecem benefícios para as gerações actuais e para as gerações futuras, sendo necessária a sua gestão de forma sustentável e protegida. Luisa Martinez no livro *The coast of our world: ecological, economic and social importance*, reforça a ideia clarificando que os ecossistemas costeiros, assim como os ecossistemas em geral, possuem um elevado valor, quer ao nível ecológico, quer económico ou social.

Na sequência desta proposta urbanística, as associações e entidades do Ambiente e Natureza têm como prioridade, através de reuniões, workshops, actividades e petições, provar ao Estado que aquele espaço natural não só deve ser preservado, como também tem um elevado potencial de turismo da natureza, em grande parte através da observação de aves. Apesar de a Lagoa dos Salgados e toda a sua envolvente natural ser actualmente visitada por muitos turistas e residentes da região com o intuito de usufruir da qualidade paisagística e ambiental do espaço, bem como das actividades da natureza a este associadas, e apesar de todos os argumentos apresentados, suficientes noutros casos para ser concedido o estatuto de proteção do espaço, estes são ignorados pelo Ministério do Ambiente já que não é do seu interesse contrariar as intenções das mega e influentes empresas responsáveis pela construção de empreendimentos turísticos.

A primeira “vitória” das entidades e associações ambientalistas aconteceu através de uma petição aliada a uma queixa, pressionando o Ministério do Ambiente a submeter o mega

empreendimento a um estudo de impacto ambiental. Este foi efetuado, no entanto, as empresas responsáveis pela construção deste empreendimento, rápida e facilmente deram a volta à questão: segundo a legislação, um empreendimento turístico que integre um campo de golfe com 18 buracos necessita de ser submetido a uma avaliação ambiental prévia, portanto, a solução, que representa um contorno à justiça e legislação, foi tornar este campo de golfe em dois de 9 buracos, sendo estes divididos apenas por uma mera estrada de acesso secundário.



Figura 22 - Notícia da avaliação ambiental prévia ao empreendimento, ilustrado por uma fotografia, no Terreiro do Paço, de uma manifestação à construção deste. + Manifestação na Lagoa dos Salgados.

Contudo, as associações e entidades não desistem, e continuam na luta por este espaço natural, através de reuniões, ações e actividades que promovam o interesse e salvaguarda do espaço como por exemplo a actividade de remover um chorão das dunas da Praia Grande (onde o autor participou). Esta espécie proveniente do Norte de África representa uma ameaça à flora existente tendo em conta que se sobrepõe e elimina as espécies predominantes no local.

Cidadãos removeram chorão das dunas da Lagoa dos Salgados

If You Want To Loose 10 Pounds Without Workout, Try These 8 Tips. (The Daily Western)

POR ELISABETE RODRIGUES • 16 DE MARÇO DE 2015 • 11:01

Gosto Partilhar 192 Tweet 5 8+1 0

Um grupo de cidadãos, ligados à Plataforma dos Amigos da Lagoa dos Salgados, removeu na manhã de domingo centenas de quilos de chorão (*Carpobrotus edulis*), espécie invasora já abundante na margem sul da lagoa e no sistema dunar.

A atividade foi promovida pela SPEA, Quercus e A Rocha, com a colaboração de membros das outras associações e empresas que compõem a plataforma.

Parte dos chorões removidos à mão – «isto fez-me transpirar mais que uma manhã no ginásio», comentou um dos participantes – foi acondicionada em sacos de lixo, para ser transportada depois pelas viaturas da Câmara de Silves para o aterro sanitário.

Outra parte, talvez a maioria, foi acumulada num local, para secar, visto que a dezena e meia de participantes na operação de arranque do chorão não tinha meios – nem forças – para proceder ao seu transporte.

À tarde, decorreu uma atividade de observação de aves naquela zona húmida, situada quase à beira mar, na *fronteira* entre os concelhos de Silves e Albufeira.

No dia anterior, a *Polícia Marítima* apreendeu, no interior da Lagoa dos Salgados, mais de 30 armadilhas ilegais para captura de enguias, peixe e camarões. No seu interior, além de dezenas de quilos de enguias mortas, havia também cágados, sapos, camarões e até uma ave marinha mortos.



Ver Mais

Figura 23 - Cidadãos removeram chorão das dunas da Lagoa dos Salgados.

Apesar deste espaço natural, no qual está pensada a construção do mega empreendimento turístico, constituir uma área natural de conservação prioritária e de equilíbrio ambiental segundo o PDM, uma área integrante ao corredor ecológico do Algarve segundo o PROT e ser um local, indiscutivelmente dos melhores do país, para observação de aves e turismo da natureza pelas suas paisagens e trilhos, constituindo assim um papel estratégico do ponto de vista turístico e ecológico do Algarve, todo ele permanece sem qualquer estatuto legal de proteção. Mantém-se assim à beira de uma iminente e inconsequente urbanização, que não seria nada mais nada menos do que um dos maiores atropelos ambientais da região do Algarve.

6. ESTRATÉGIA PARA O ESPAÇO URBANO E PARA O ESPAÇO NATURAL

“É necessário tornar a obra humana solidária com a obra natural. A natureza fornece-nos ensinamentos ilimitados. A vida revela-se nela: a biologia congrega as suas regras. Tudo nela é nascimento, crescimento, desenvolvimento, definimento. O próprio comportamento dos homens provém de movimentos análogos. A arquitectura e o urbanismo, que são os meios através dos quais os homens fornecem à sua própria vida o seu enquadramento útil, exprimem, no mais alto grau, os valores materiais e morais de uma sociedade”. (Corbusier, 1969).

A proposta apresentada neste trabalho tem como objetivo preservar, valorizar e o espaço natural, seguindo o princípio de qualificar para salvaguardar. Este princípio traduz-se na valorização do espaço natural da Praia Grande através de pontuais intervenções com o intuito de dinamizá-lo, promovendo a presença da população neste espaço, sensibilizando-a para a necessidade de preservação deste.

Pretende-se que as intervenções arquitectónicas respeitem a linguagem orgânica e natural, características da sua envolvente, tendo o menor impacto possível na paisagem a nível visual, material e ambiental.

A dinamização da paisagem e do espaço é proposta pelos seguintes elementos:

- Criar transições e relações entre o espaço urbano e o espaço natural nas periferias em conflito através de um espaço verde em transição numa linguagem que se expressa através das formas, sensações, cores, flora e cércias. Este espaço torna-se num território híbrido que colmata a inexistência de espaços verdes na vila, que não foram projectados ao mesmo ritmo que a componente edificada;

- Percursos interpretativos da paisagem do meio natural, unindo os polos urbanos, criando um eixo de distribuição para as praias;
- Observatórios de aves, cuidadosamente dispostos na Lagoa dos Salgados com o objetivo de monitorizar, dinamizar e valorizar o espaço.

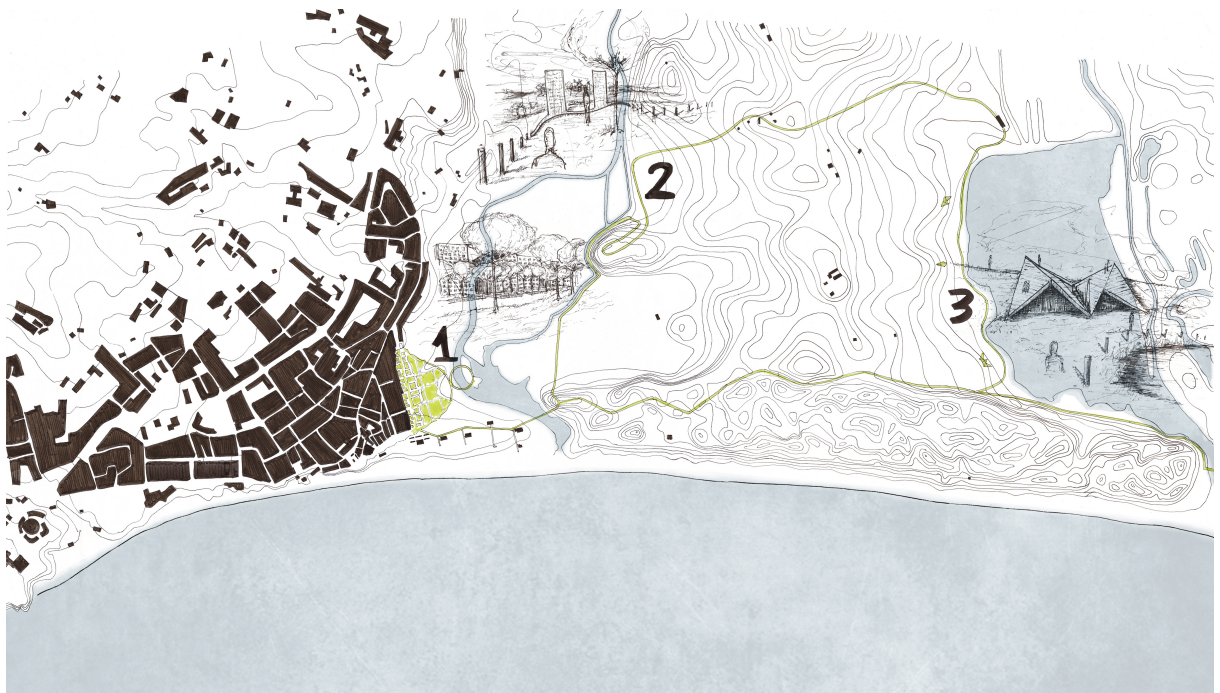


Figura 24 - Planta da proposta geral.

Esta nova dinâmica e valorização do espaço natural, contribui para diminuir a sazonalidade da região, através de um turismo mais diversificado, e não apenas de massas. Desta forma, a componente ambiental não só é salvaguardada como também contribui para sustentabilidade urbana. Este diálogo coerente e intrínseco entre o espaço urbano e o espaço natural traduz-se, à mesma, na ligação pretendida entre os polos urbanos de Armação de Pêra e Galé, mas visa a preservação do espaço natural compreendido entre eles, possuindo assim esta solução uma maior sustentabilidade e viabilidade, do que a proposta actual de uma malha urbana contínua.

6.1. Estratégia Urbana para Armação de Pêra



Figura 25 – Planta da Estratégia Urbana.

A estratégia urbana de Armação de Pêra assenta na premissa de reaproximar o espaço urbano ao espaço natural, nomeadamente devolver ao centro histórico a relação com o espaço natural vizinho, diluindo a barreira urbana existente entre estes, e devolver a frente ribeirinha à população. Numa óptica geral para contribuir para um espaço público de maior qualidade, pretende-se colmatar as falhas existentes através:

- Zonas protegidas, ao longo de toda a frente mar da vila, que permitam à população em dias de muito calor ou frio, permanecer convenientemente abrigada (consultar figura 29);
- Reforçar as zonas de trânsito condicionado;



Figura 26 – Indicação de vias de trânsito condicionado.

- Reabilitar e explorar o edifício do antigo Casino de Armação de Pêra;



Figura 27 – O antigo casino de Armação de Pêra.

- Reforçar a componente natural urbana, colocando árvores ao longo de toda a frente mar, e criar um espaço verde na área de transição entre o meio urbano e o natural, com a função de parque urbano (Consultar figura 25);

A longo de toda a frente mar, encontramos-nos a uma cota mais elevada e deparamo-nos pontualmente com lugares nos quais é possível a relação visual com o mar, constituindo quase todos miradouros. Quando chegamos ao centro histórico, não só atingimos a cota da praia e do mar como a relação visual deixa de ser pontual, e passa a ser total. Seguindo este princípio é indispensável a valorização panorâmica a partir deste ponto com vista total sobre o mar, a praia e a ribeira, reforçando e revitalizando assim a relação da vila com as componentes naturais estruturantes desta.



Figura 28 – Análise do Sistema de Vistas.

Como é possível observar na figura 29, os edifícios da Avenida do Rio constituem uma barreira física e visual, à ligação com a ribeira. Aliado a este obstáculo estão os alicerces (de uma obra embargada) da Herdade das Garças, entre a avenida e a ribeira, em pleno espaço natural.

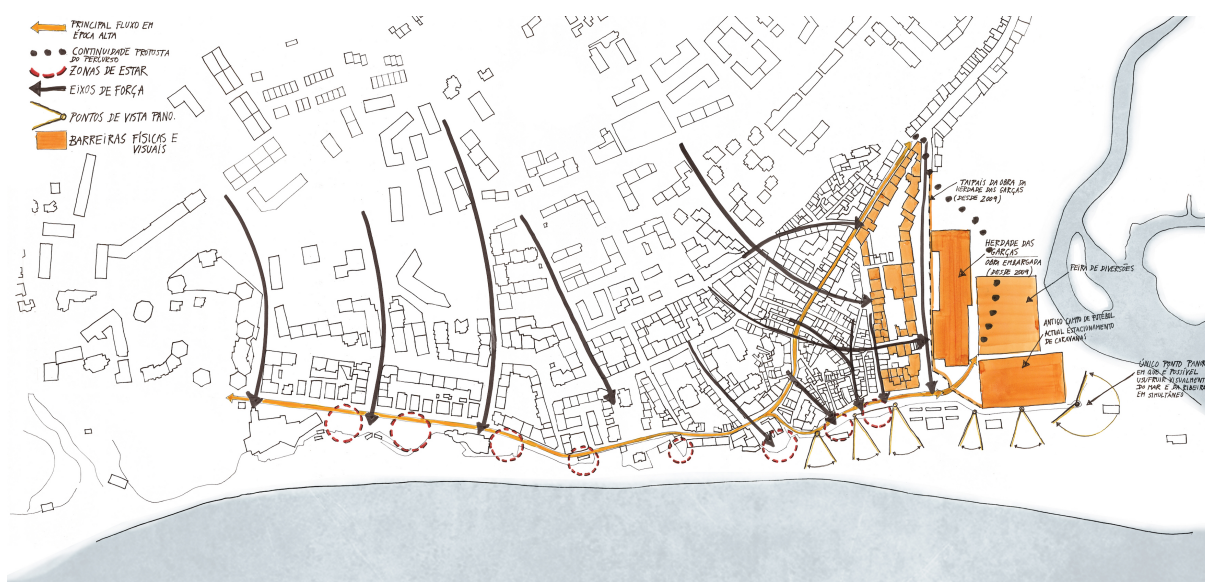


Figura 29 - Análise representativa da barreira edificada entre o espaço urbano e natural.

Antes de apresentar a proposta, é relevante exemplificar como uma área de semelhante conflito entre o meio urbano e o meio natural foi resolvida. Esta encontrava-se desaproveitada e desqualificada, e classificada como área de risco vulnerável à urbanização tendo em conta a extrema proximidade desta ao meio urbano. Contudo foi dinamizada e valorizada através de uma intervenção leve e cuidadosa tendo sido resgatados e transformados 42 hectares de meio natural: O *Wetland London Centre* (WWT). Actualmente representa dos locais europeus mais relevantes à observação da flora e aves migratórias, e em 2012 foi a mais votada como a "*Britain's Favourite Nature Reserve*" através da revista BBC nos *Countryfile Magazine Awards*: (fonte: <https://www.wwt.org.uk/news/all->

news/2012/08/wwt-london-news/britains-favourite-nature-reserve, consultado em: Agosto 2016).



Figura 30 - Wetland London Centre.

O seguinte projeto vai ao encontro do projecto apresentado anteriormente. Tendo uma solução mais elementar, não deixa de ser única: no *Red Ribbon Park*, em Qinhuangdao, China, é possível comprovar como uma solução minimalista e direta não é sinónimo de pobreza arquitectónica. Pelo contrário, esta demonstra como apesar da sua simplicidade e impacto ambiental mínimo, pode constituir uma melhoria muito significativa para a paisagem. O atelier *Turenscape* concebeu um elemento que se estende ao longo de 500 metros, integrando funções como iluminar, sentar, interpretar e guiar. Este elemento assume-se como uma forma maioritariamente rectangular, contínua a todo o percurso, de materialidade translúcida e vermelha, iluminando-se à noite.



Figura 31 - Red Ribbon Park, Qinhuangdao, China

O local de intervenção assemelha-se ao do presente trabalho, tendo em conta que esta era uma área desvitalizada da frente ribeirinha de uma cidade de praia, albergando uma diversidade de vegetação e habitats de elevado valor ecológico, apresentando problemas de acessibilidade e segurança, e que se encontra sobre eminente pressão urbanística uma vez que o resto do corredor verde da frente ribeirinha está urbanizado e as suas margens são compostas por aterros para prevenir cheias. A premissa de todo o projeto assentou numa intervenção ímpar mas subtil, que enriquece o meio natural em que se insere respeitando e preservando ao máximo o mesmo.

Por último é analisada uma intervenção em território nacional, o *Tagus Linear Park*, situado na Póvoa de Santa Iria, Portugal, onde o atelier *Topiaris Landscape Architecture* repensou uma área de conflito, urbano, natural e industrial, e projetou um espaço de lazer à beira-rio.



Figura 32 - Tagus Linear Park,

A intervenção pode ser dividida em dois espaços: um parque polivalente e um percurso que se estende pela paisagem natural. O primeiro agrega funções como plataformas de pesca, abrigos, áreas destinadas a piquenique e lazer, campo de voleibol, parque infantil, uma estrutura de observação de aves e por fim o elemento gerador deste espaço, um centro interpretativo do ambiente e paisagem no qual é possível realizar exposições e eventos temporários. O segundo, assumindo-se como um percurso, materializa-se em forma de

trilhos, aterros, e passadiços de madeira. É clara a linha de pensamento seguida no projeto, ao projetar um parque que mantenha a essência natural do local. Tal é perceptível pela forma como o parque estabelece e relaciona diferentes espaços de forma não intrusiva em relação à sua envolvente, cobre a sua superfície de flora e elementos presentes na paisagem circundante em detrimento de artificiais e exógenos e visa a salvaguarda dos ecossistemas locais.

Na proposta deste trabalho, propõe-se manter o piso subterrâneo da edificação embargada existente a Nascente da Av. Do Rio, interpretando-a como uma mais valia, aproveitando o estacionamento subterrâneo desta, sendo que à superfície se propõe um espaço verde com a função de parque urbano. Desta forma consolida-se o tecido urbano que na situação actual se encontra fragmentado entre o centro histórico e a ribeira. Sendo a permeabilidade desta zona crucial para o funcionamento da transição entre o meio urbano e o meio natural, o parque urbano proposto exerce, em simultâneo, a função de zona-tampão ao avanço urbano, pondo assim um ponto final ao conflito da invasão urbana.

Dada a potencialidade do espaço natural vizinho à vila, não é imperativa a necessidade de um espaço verde artificial característico de uma malha urbana densa como um parque ou jardim, que por força dos elementos artificiais usados na sua elaboração, representam por norma um conceito que mais se aproxima de espaço urbano que natural. Neste caso é proposto um espaço verde que faz a ponte com o espaço natural vizinho, potenciando e incentivando o interesse e visitação deste. O carácter orgânico desta intervenção é atingido através da permeabilidade do solo, autonomia e liberdade da natureza, preservação desta utilizando a flora local, impacto mínimo na paisagem e da melhor relação possível com a paisagem. Desta forma, a envolvente natural é tida como uma mais valia e não como um obstáculo a transformar e artificializar.

Tendo em conta que os espaços verdes necessitam de manutenção frequente, a proposta, que se esforça por manter este lugar no seu estado mais natural, faz com que a sua manutenção e encargos seja menor.

A forma e linguagem deste espaço pretende fortalecer o alinhamento do centro histórico em direção ao meio natural, forçando assim a permeabilidade entre os dois.



Figura 33 – Planta da proposta para o parque urbano.

Como é possível observar na figura 33, tentou fazer-se uma transição na estrutura do espaço verde, traduzindo-se num desenho mais retilíneo junto à malha urbana e transformando-se gradualmente em formas mais orgânicas ao aproximar-se do espaço natural. A orientação e

linguagem da estrutura do parque urbano tem como objetivo promover a permeabilidade entre o meio urbano e o natural, promovendo e dando continuidade aos enfiamentos visuais provenientes do centro histórico.

Um dos conceitos base imperativos dos espaços verdes é a permeabilidade do solo. O pavimento de todo o espaço verde proposto é permeável, já que esta é uma área de risco de cheias. No caso da Av. do Rio, em que a sua pavimentação é inevitável, é proposta uma pedra perfurada que não constitui uma obstrução à infiltração da água. É assim perceptível uma total permeabilidade do solo em espaço urbano, nomeadamente no centro histórico, uma quebra gradual na Av. do Rio, e finalmente, em pleno parque urbano no limite com o espaço natural, a permeabilidade é total.

No seguimento da intenção da transformação da materialidade na proposta, no percurso principal ao longo do perímetro do parque urbano, que dá continuidade ao actual percurso da R. da Praia, quando este se aproxima da ribeira, transforma-se, e a sua materialidade passa de pedra a madeira, diminuindo assim o impacto ambiental e visual nesta zona frágil. Quando o percurso retoma a direção ao espaço urbano, transforma-se novamente retomando a sua materialidade original. Desta forma é possível promover o contacto com espaço natural, mesmo para quem não tem capacidade de o visitar. A regra seguida é a de promover a natureza e os materiais orgânicos nas áreas que mais se aproximam à ribeira. Estas áreas coincidem com a área de risco de cheias e por esse motivo o percurso, quando materializado em madeira, é elevado em relação ao solo, tendo assim a função de ponte em caso de cheia e avanço da água da ribeira, não comprometendo as funções ou segurança do parque urbano e dos seus utilizadores.

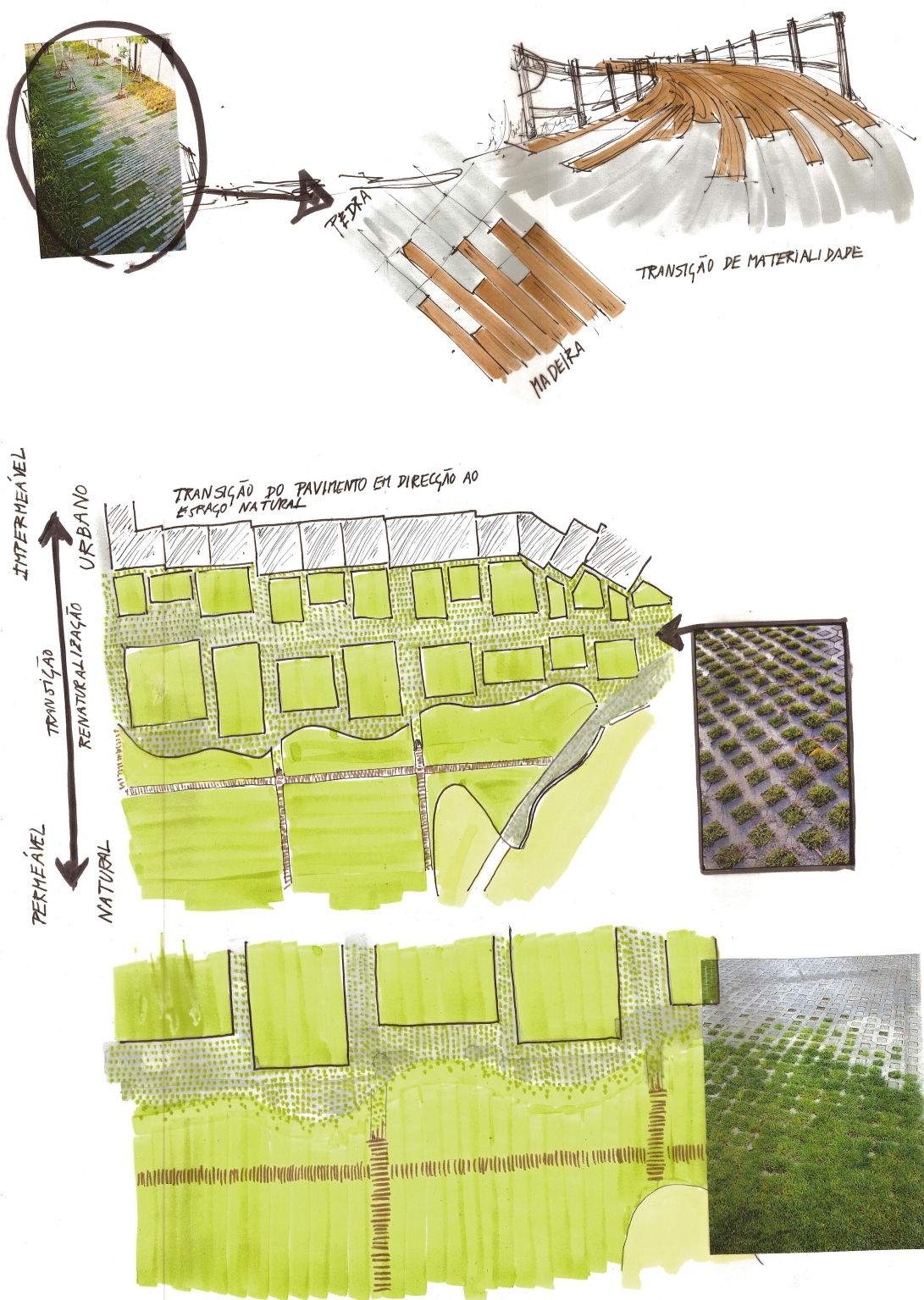


Figura 34 – Esquemas de transição de materialidade de pavimentos.

A nível de flora esta também se transforma, sendo predominantemente artificial (mais cómoda à permanência da população) junto à malha urbana, mas à medida que esta se aproxima do espaço natural, passa a ser a predominantemente característica deste lugar, sendo-lhe assim atribuída uma maior "independência" e liberdade.

A transição entre o meio urbano e o natural é também realizada a nível de cérceas, sendo visível na proposta a intenção de atenuar gradualmente a linguagem vertical à medida que se aproxima da ribeira.

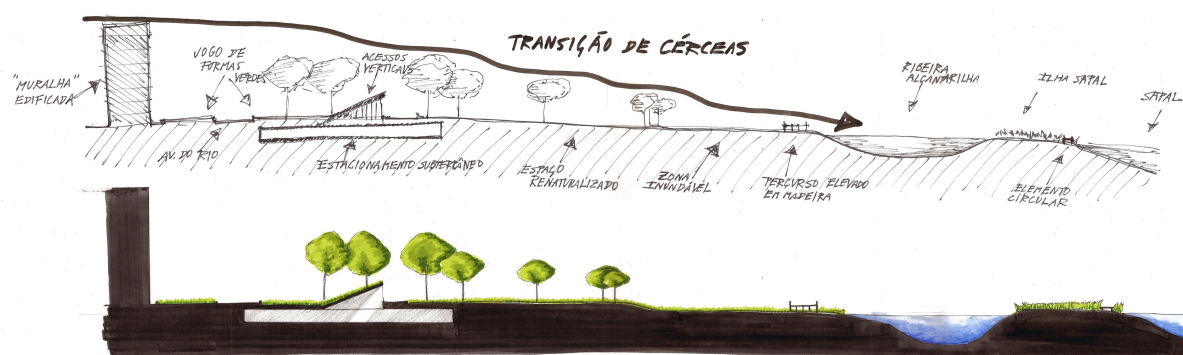


Figura 35 - Transição de Cérceas.

Numa fase actual, a proposta tem com objetivo atenuar as cérceas desproporcionais dos edifícios da Av. do Rio, e num cenário futuro, numa óptica de independência ambiental e de recuar urbano, os edifícios da Av. do Rio deveriam ser substituídos por outros mais baixos e nalguns prazos suprimidos. Passando a ser a frente urbana constituída por edifícios de cérceas mais baixas e equilibradas, funcionaria na plenitude a intenção da proposta ao gradualmente diminuir em direção ao espaço natural.



Figura 36 - Esquema da evolução da malha urbana e da intenção para o futuro.



Figura 37 - Intenção de uma menor densidade de construção na Av. do Rio.

A transição é, também, feita através das sensações. Numa primeira fase, no perímetro do centro histórico, o espaço é fisicamente delimitado por dois extensos planos verticais, de materialidade inorgânica - os edifícios. Ao avançar em direção ao parque é possível verificar uma parcial liberdade uma vez que, o espaço, é delimitado novamente por dois planos, mas desta vez inclinados e de materialidade orgânica – os taludes propostos que se podem observar na figura 38. Por fim, numa última fase, ao transpor o parque urbano e alcançar o espaço natural, a sensação transmitida é de total liberdade dado que o espaço nesta fase não é delimitado por planos ou impedimentos verticais e é, por si só, de uma natureza genuína e plana, oferecendo uma vista contínua e panorâmica de todo o espaço natural que à sua frente se desenrola.



Figura 38 – Ilustração da transição de sensações.

Um dos espaços estruturantes do proposto parque urbano é a Av. do Rio que nesta proposta assume uma linguagem mais orgânica, indireta, e menos sólida ao invés do papel actual que se assume como excessivamente estruturante e frio na estrutura viária e na malha urbana tornando-se num obstáculo que envolve o centro histórico, a Nascente.

Como se pode observar na figura 26, a Av. do Rio passa a integrar o conjunto de vias perpendiculares à Rua da Praia, de carácter condicionado ao acesso automóvel. Nesta é proposto um jogo de formas, de avanços e recuos que resultam de uma natureza de

conciliação entre o espaço público, os edifícios e o parque urbano. Este jogo resulta de uma analogia à sombra projectada que os edifícios da Av. do Rio produzem.



Figura 39 – Sombra projectada pela barreira edificada da Av. Do Rio.

Tendo, à primeira vista, a clara intenção de não permitir um percurso directo, monótono e inerte, como actualmente sucede, é traduzida num percurso de ritmos variados que promovem a interação com as diferentes atracções, formas e sensações que a envolvente oferece ao mesmo tempo que permite acomodar diversas funções: enquadramento, acessos verticais ao estacionamento, estruturas de apoio para eventos auditório ao ar livre, espaços destinados à prática de desporto, etc. Desta forma é também diluído o forte carácter viário da actual Av. do Rio.

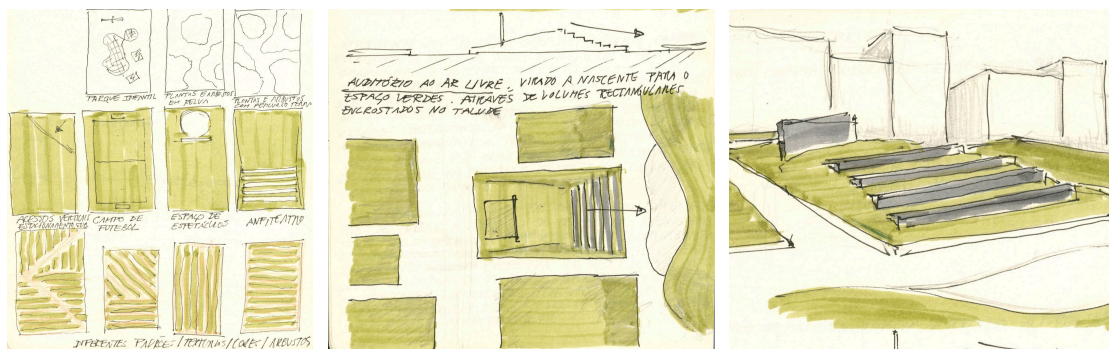


Figura 40 – Funções atribuídas às diferentes formas verdes.

Os espaços destinados a eventos são constituídos por dois planos: um vertical, e outro rebatido, horizontal. Como se pode observar na figura 41, o conjunto dos diversos planos verticais, ao longo da Avenida do Rio, das áreas destinadas a eventos, representam uma analogia à presença vertical de um alçado edificado que se traduz no ritmo positivo/negativo de um quarteirão.

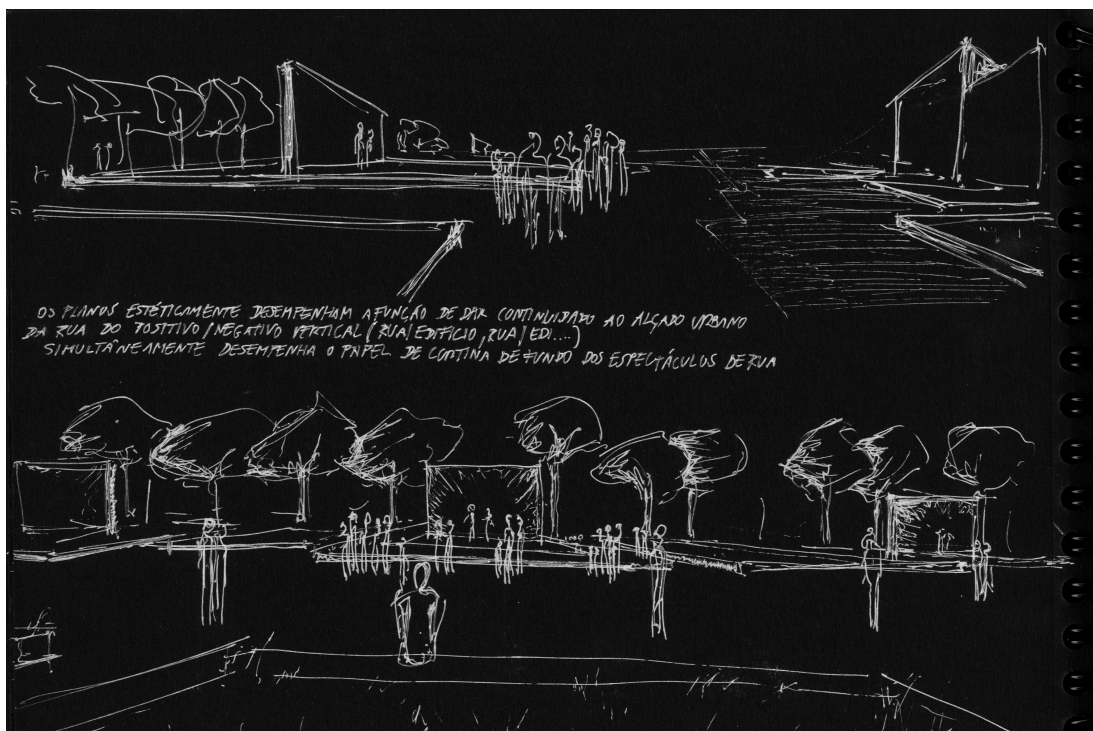


Figura 41 – Desenho esquemático dos planos destinados a eventos.

Tendo atenção à procura de estacionamento especialmente na época alta de verão, é mantido o piso subterrâneo do edifício existente neste espaço. Desta forma o parque urbano soterra o edifício, mantendo e beneficiando da mais valia deste. Numa fase posterior à concepção do espaço verde surgem os acessos verticais à superfície, da seguinte forma:

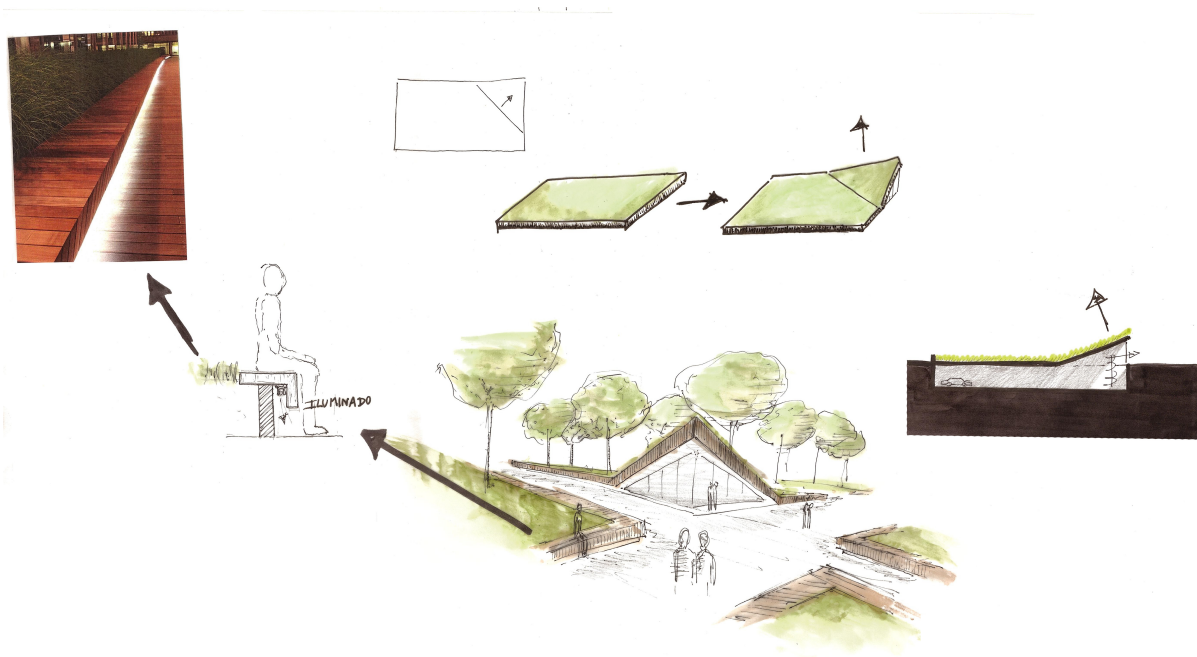


Figura 42 – Esquema dos Acessos Verticais do Estacionamento Subterrâneo.

Transmitindo uma linguagem que se exprime numa tentativa de sobreposição do espaço urbano ao natural, esta representa uma analogia ao recuar urbano. É notória a elevada importância atribuída à superfície verde em detrimento do parque de estacionamento subterrâneo.



Figura 43 – Planta do estacionamento subterrâneo.

Como se pode observar na figura 44, é notável o elemento circular presente na ribeira, distinto de toda a intervenção mas no entanto de carácter orgânico e funcional. Este é o elemento chave na ligação humana à natureza. Duas realidades distintas, ligadas por um só objecto. Este elemento reforça, também, a linguagem de continuidade e agregação do parque urbano ao espaço natural.

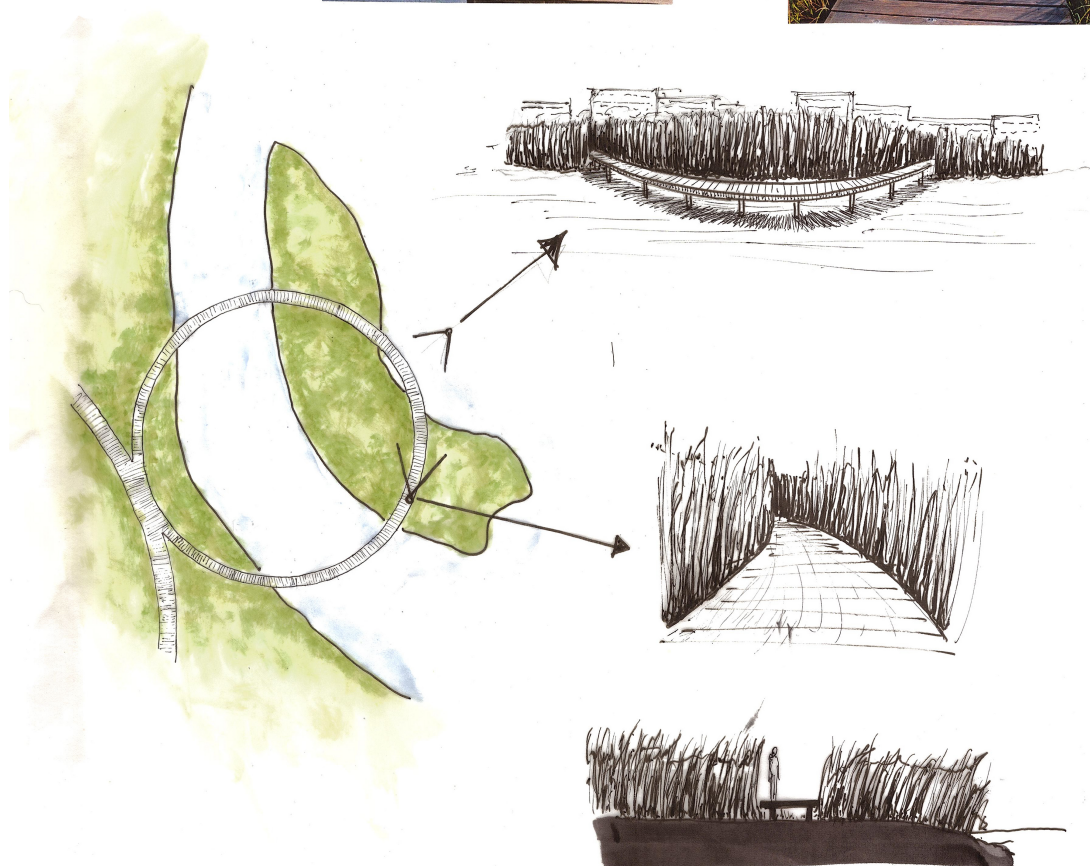
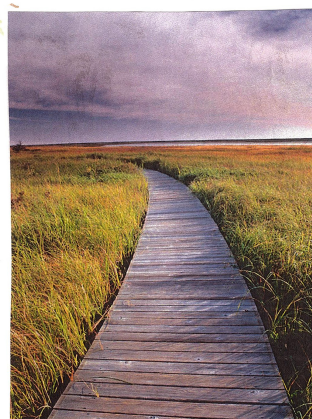


Figura 44 – Elemento circular que abraça a ribeira.

Esta forma que abraça a ribeira e uma ilha do sapal, possibilita um contacto próximo com a natureza. Desta forma, não só é possível experienciar o meio natural por quem não tem a

capacidade de se deslocar ao núcleo deste, como é possível captar o interesse dos utilizadores do parque urbano e despertar a curiosidade e o desejo de visitá-lo.

A linguagem da peça assenta na premissa de possibilitar ao utilizador uma perspectiva contrária à que é oferecida no parque urbano, já que a observação é feita sobre o meio natural, com ponto de partida no mesmo. Esta solução é conseguida através da barreira que a flora presente na ilha do sapal constitui, que por ser de natureza densa e elevada estatura, bloqueia as perturbações sonoras e visuais provenientes do meio urbano. O utilizador está, por momentos, em pleno espaço natural.

Revelou-se também necessário repensar a frente mar do centro histórico, nomeadamente na R. da Praia. É proposta a sua reestruturação considerando o actual carácter frio e inerte que esta possui, que pode ser confirmado pela inexistência de árvores ou componente natural urbana, pela desproporcionalidade apresentada, desconforto na sua utilização, e pela ausência de relação que esta deveria gerar entre o centro histórico e o mar.

Para colmatar as falhas enumeradas anteriormente foi alterado o perfil de rua, proposta a colocação de componente natural, transformado e acrescentado mobiliário urbano, contribuindo para uma melhoria da qualidade do espaço público, fornecendo uma maior confortabilidade à população eliminando o carácter frio e inerte actual. Na alteração ao perfil da rua, tendo em conta a sua largura excessiva, é proposta a redução da dimensão desta, e concebida uma melhor divisão dos espaços de permanência, e de passagem da mesma.

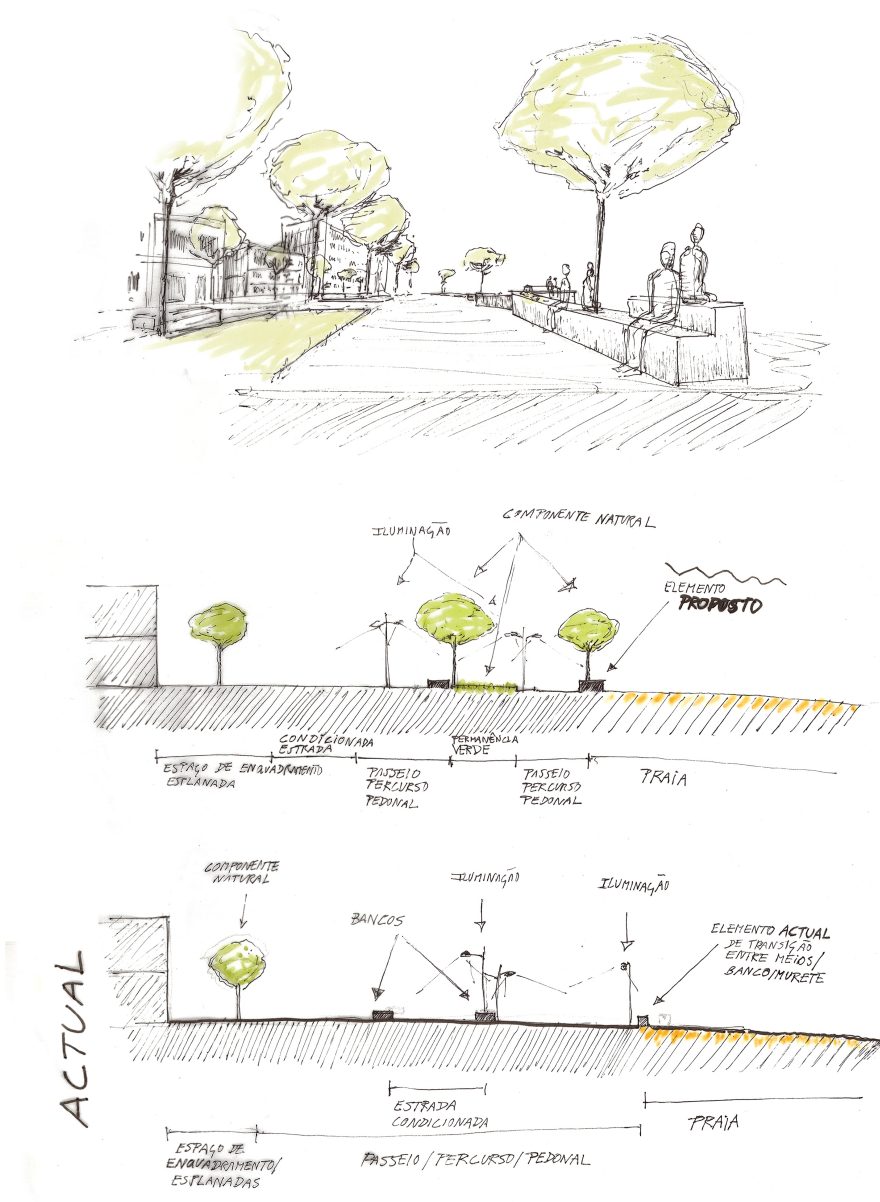


Figura 45 – Proposta de reestruturação para a Rua da Praia.

Com o intuito de ligar física e visualmente o proposto ao existente, e de transmitir continuidade à R. da Praia, é proposto um objecto contínuo a todo este percurso que parte do elemento pré-existente que actualmente delimita a zona urbana em relação à praia, tendo este a múltipla função de murete e assento.



Figura 46 - Assentos existentes ao longo da marginal de Armação de Pêra.

Uma vez que elemento existente, presente em meio urbano, tem uma linguagem rectilínea e sinuosa, ao ser proposta a sua continuidade delimitando também o parque urbano, à medida que se aproxima do meio natural transforma-se, assumindo gradualmente uma forma orgânica e curvilínea.

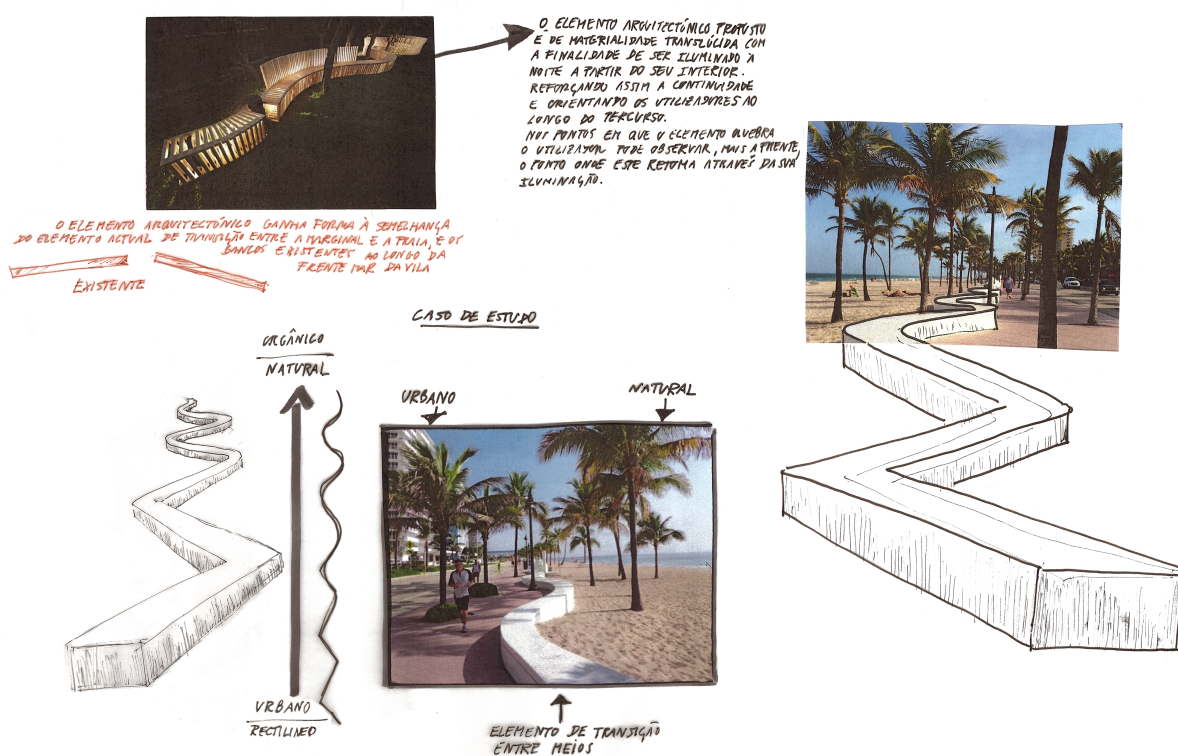


Figura 47 – Objecto proposto – casos de estudo.

Desenrola-se ao longo de toda a intervenção, sofrendo transformações pontuais na sua forma, adaptando-se às necessidades momentâneas de quem o percorre, oferece uma versatilidade de funções como sentar, proteger, delimitar, orientar e observar. Este elemento assume-se como objecto de transição entre a intervenção urbana e o meio natural, sendo quebrado pontualmente, criando permeabilidade entre os vários ambientes. Não se pretende que o objeto constitua uma barreira física ou visual entre os meios já que a sua linguagem será simplificada promovendo a continuidade do percurso sem criar um impacto negativo na paisagem.

A disposição e diversidade de formas que o elemento assume, oferece uma variedade de configurações ao utilizador ao nível da permanência, proteção e observação. Sendo integrada componente natural no elemento, em forma de arbustos e árvores, confere protecção do vento e sombra. Ao assumir diferentes cotas, cria pontualmente, situações em que são enquadrados troços da paisagem à semelhança do que acontece ao longo de toda a frente marítima como será exposto no próximo capítulo.

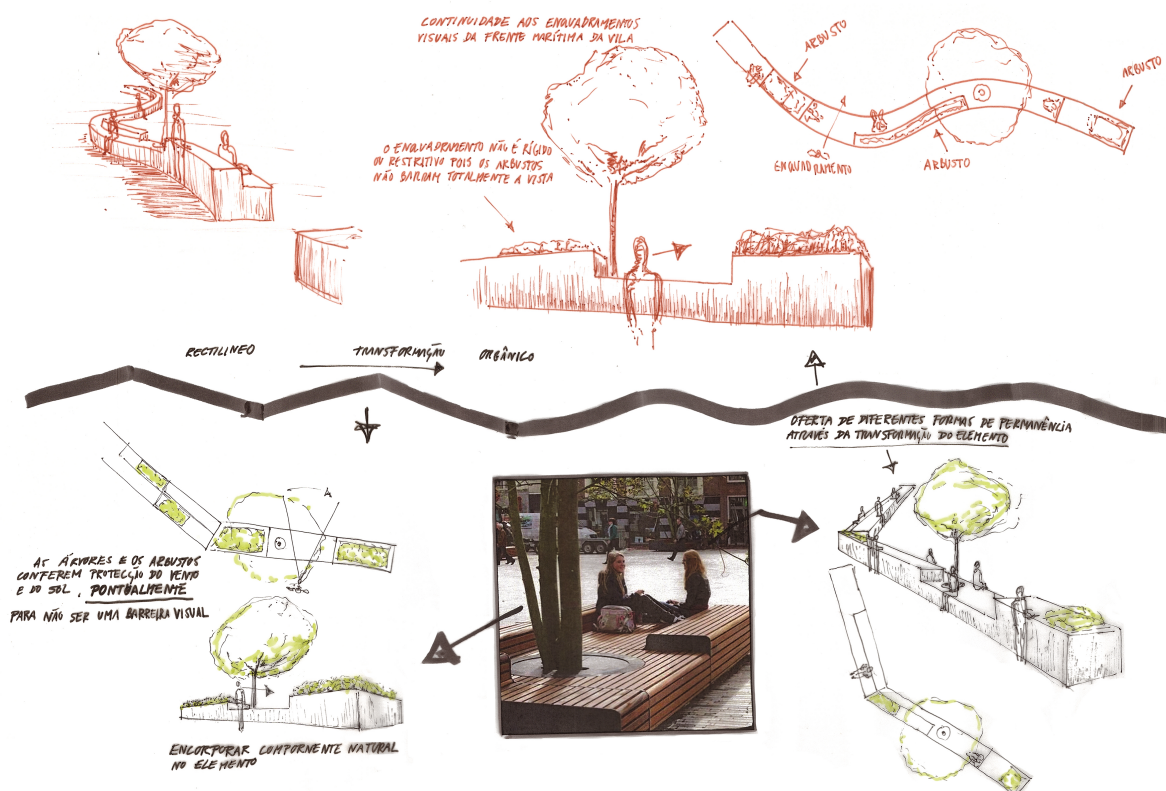


Figura 48 – Diferentes formas de utilização: sentar, observar, proteger.

A continuidade do objecto é apenas quebrada nos pontos de zonas de risco de cheias, em que, tal como será explicado, o meio natural avança sobre o parque, numa tentativa de sobreposição ao meio urbano.

A qualificação de todo este percurso aliado ao desafogo e desobstrução da desorganização urbana neste espaço, contribui para revitalizar a relação do centro histórico com a paisagem natural envolvente, passando assim a população a usufruir da frente ribeirinha esquecida.

O desenho do parque ao representar uma analogia ao recuo urbano, fomenta consequentemente, o avanço do meio natural. A linguagem física do parque, em todas as suas dimensões, tem como objetivo transmitir a sensação de sobreposição e reposição, do

espaço natural envolvente ao projeto do parque urbano, observável quando a flora silvestre se estende e se apodera do território cada vez mais próximo da zona urbana, representando a autonomia e independência da natureza e o controlo que não temos sobre esta.

Estes “braços” da natureza rompem o objecto que é contínuo a todo o percurso em torno do parque e avança com flora predominante do meio natural, sobrepondo-se às materialidades, orgânicas ou inorgânicas, que constituem o parque. O avanço do meio natural coincide, propositadamente, com as linhas de água deste espaço já que antigamente, quando a barra não era aberta para controlar o nível da água da ribeira, era por estas zonas que subia até atingir o limite do centro histórico.

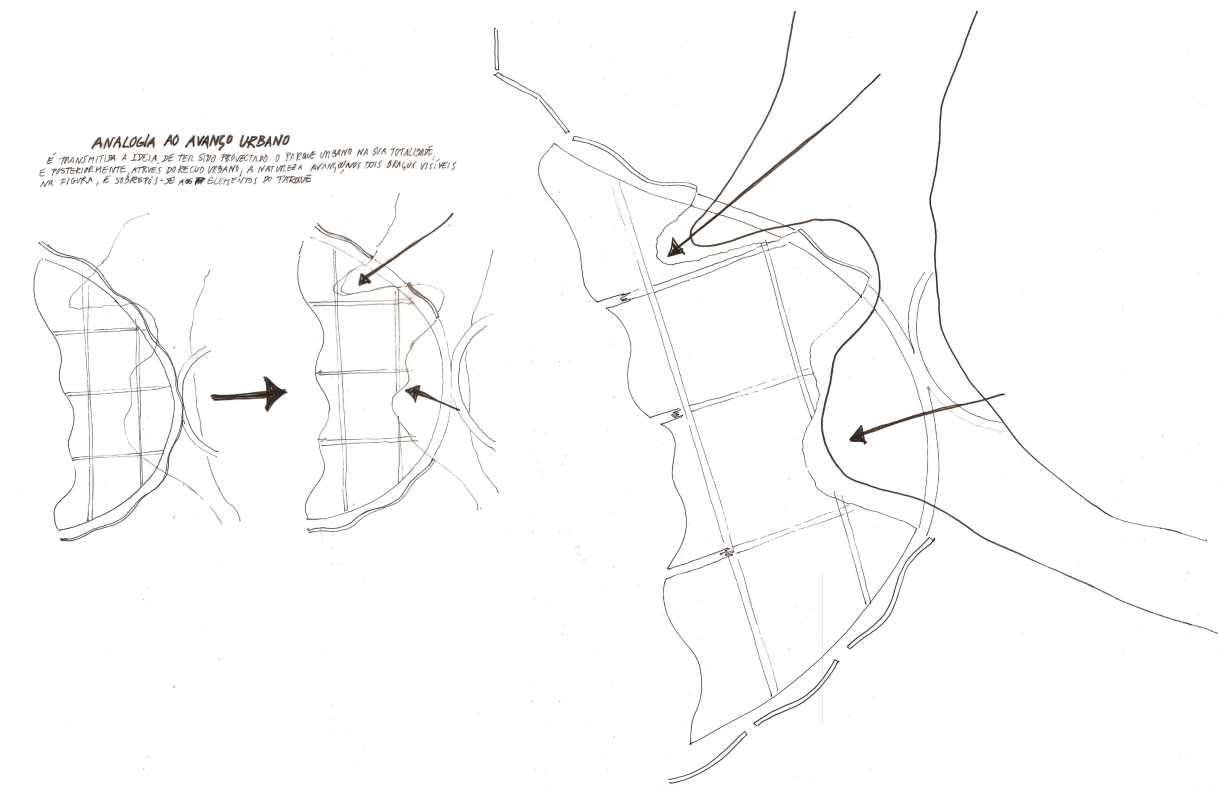


Figura 49 – Avanço do espaço natural sobre o parque urbano.

Pretende-se transmitir a sensação que após a realização do parque urbano, concedendo liberdade e independência ao meio natural, foi consentida a adaptação e avanço da natureza sobre a malha urbana. Assim, tenta-se motivar a presença da população neste espaço e sensibilizá-la para a sua salvaguarda.

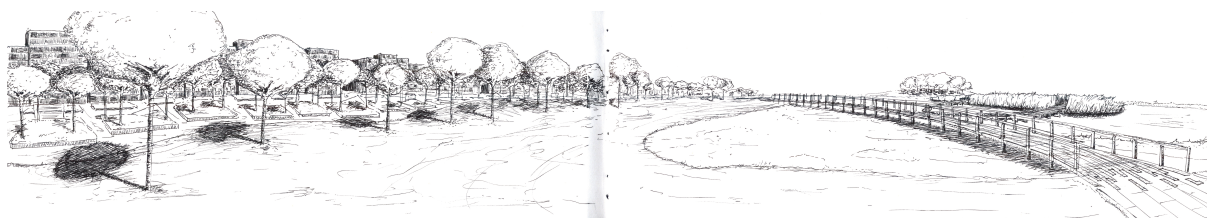


Figura 50 – Perspectiva do parque urbano Sul-Norte.

Como a área onde se pretende intervir é uma zona de risco de cheias, foram feitas algumas adaptações para que o espaço pudesse ser utilizado sem restrições: o percurso que é feito ao longo do parque no sentido sul-norte, eleva-se do solo e passa a ser composto por madeira para que a Natureza e o Homem possam conviver sem atropelos.



Figura 51 – Planta do Parque Urbano em 2 fases de cheia.

O espaço verde proposto estende-se num troço ao longo do Sapal da Ribeira de Alcantarilha e de toda a Av. do Rio. Passa a ser assim possível através deste percurso, circular entre as praias, a Sul, e o parque de campismo, a Norte através do trilho integrado na natureza em detrimento das vias urbanas.

Observando o seguinte esquema é visível a continuidade do percurso da Av. Marginal. Desta forma a R. da Praia passa, de forma panorâmica, a envolver o centro histórico a Sul e a Este, possibilitando caminhar ao longo de toda a frente mar e ribeirinha. O centro histórico fica desta forma estruturado e dinamizado por um “triângulo” de vias e percursos que cria um circuito percorrível formado pela R. da Praia na frente mar e na frente ribeirinha e pela R. Dr. Manuel Arriaga, principal rua do centro histórico.

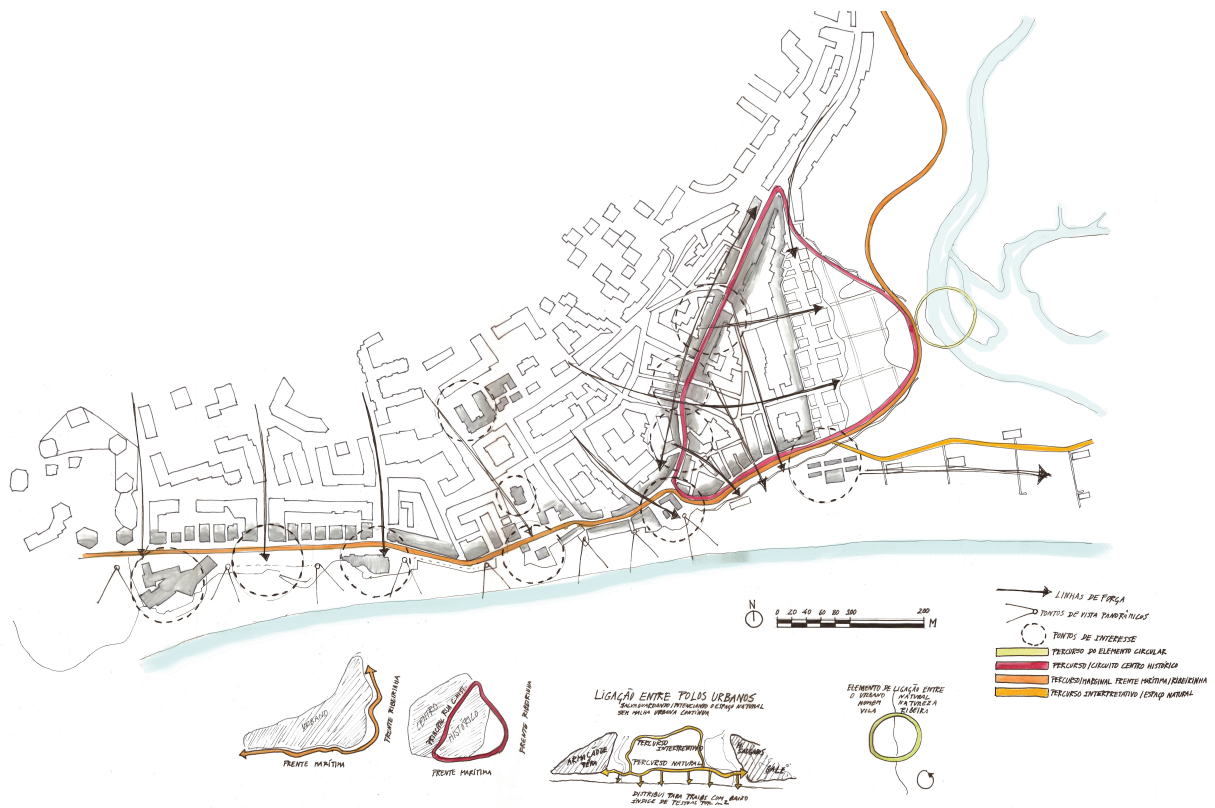


Figura 52 – Planta esquemática do circuito de percursos urbanos.

A proposta do parque urbano evidencia-se como elemento estrutural na vila mas em simultâneo é dada uma atenção especial à dimensão deste para não se encontrar fora de escala em relação à mesma. São criadas as condições para que consoante a malha urbana evolua e se intensifique, o parque possa, e deva, gradualmente estender-se para Norte em direcção ao parque de campismo, ocupando desta forma todo o território em transição, entre o meio urbano e o meio natural.

6.2. Estratégia para o Espaço Natural da Praia Grande

Para a elaboração desta estratégia foram tidas em conta as várias reuniões e encontros de associações e entidades ambientais, como a SPEA e a QUERCUS (Associação Nacional de Conservação da Natureza), com o objectivo de criar uma estratégia harmoniosa e coerente, com uma única direcção, que valorize o espaço natural da Praia Grande. Tendo o autor participado em algumas actividades promovidas por estas entidades, tentou realizar a sua proposta indo ao encontro dos objectivos e prioridades estabelecidos. Assim sendo, a proposta de transformação do espaço natural, insere-se numa clara intenção de o potenciar, salvaguardar e preservar, promovendo a presença do Homem de forma subtil e sensível.

A proposta tem como principais objectivos de implementação urgente os seguintes:

- Monitorização da água, das aves e vegetação;
- Valorização da actividade de observação de aves;
- Seminários de sensibilização com especialistas;
- Observações astronómicas;
- Passeios interpretativos e actividades lúdicas;
- Visitas de estudo;
- Integração do espaço em roteiros.

Para que seja possível realizar estas actividades, são propostas infraestruturas que respeitam a linguagem orgânica e natural do espaço e materializam e integram as funções definidas no plano de objetivos. A dinamização deste espaço é feita através de dois elementos desenhados com a intenção de ter o menor impacto possível nos ecossistemas e na paisagem:

- Rede de percursos pedonais da Praia Grande;
- Observatórios de aves na envolvente da Lagoa dos Salgados;

O primeiro elemento, que consiste numa rede de percursos pedonais no espaço natural da Praia Grande, foi pensado com o objetivo de valorizar e qualificar o espaço, tornando possível visitá-lo e interpretá-lo. Os percursos propostos são de natureza e linguagem diferentes exercendo em simultâneo diversas funções: fazer a ligação entre os polos urbanos da Galé e Armação de Pêra, servir de eixo de distribuição para as praias e por fim um percurso interpretativo.

A rede de percursos pode ser dividida em duas categorias, sendo visível a primeira, a Sul, como o eixo de ligação entre os polos urbanos e de distribuição para as praias, e a segunda, a Norte, de interpretação e fruição da paisagem:

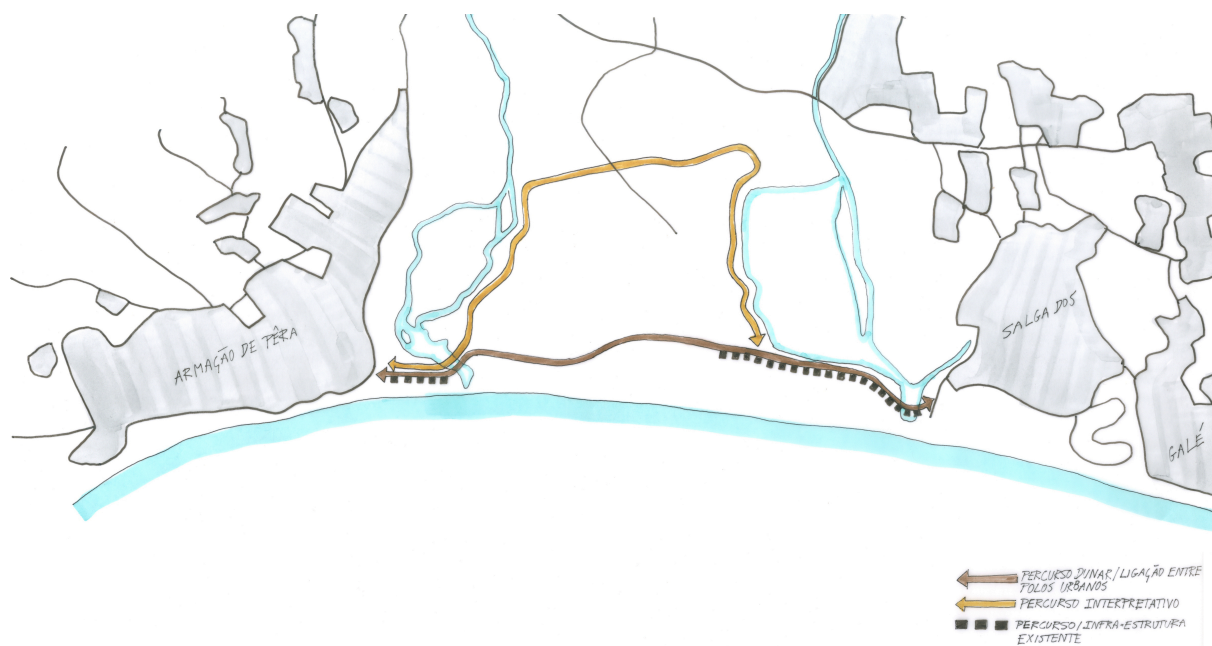


Figura 53 – Intensão de ligação dos polos urbanos através do espaço natural.

O primeiro, assumindo um caráter mais formal, é de natureza mais prática, vencendo barreiras naturais do território, como as encostas íngremes e inconstantes das dunas materializando-se em percursos elevados do chão em madeira que dão continuidade aos passadiços existentes a Nascente e Poente do espaço natural, junto aos respetivos polos urbanos. Desta forma a proposta faz a ponte entre ambos, sendo possível circular e aceder de forma prática e segura às praias. A permeabilidade e acessibilidade do espaço, que resulta numa maior fluidez e aproximação entre os polos urbanos, é importante como acesso prático das populações ao espaço natural da Praia Grande;

O segundo percurso, assumindo um caráter mais informal, é de natureza mais orgânica e híbrida, implanta-se e organiza-se ao longo do território fazendo parte deste e tirando proveito do estado natural do território. Não sendo pavimentado ou sobrelevado como o anterior, encontra no seu estado mais natural, assumindo-se em forma dos trilhos existentes, segundo o *Guia de Percursos Pedestres do Algarve* e a aplicação *STRAVA* (um sítio-web e

aplicação para dispositivos móveis utilizada para localizar e definir trajectórias de actividade física via GPS - <https://www.strava.com>). É um elemento que tanto se destaca como se integra delicadamente na paisagem.

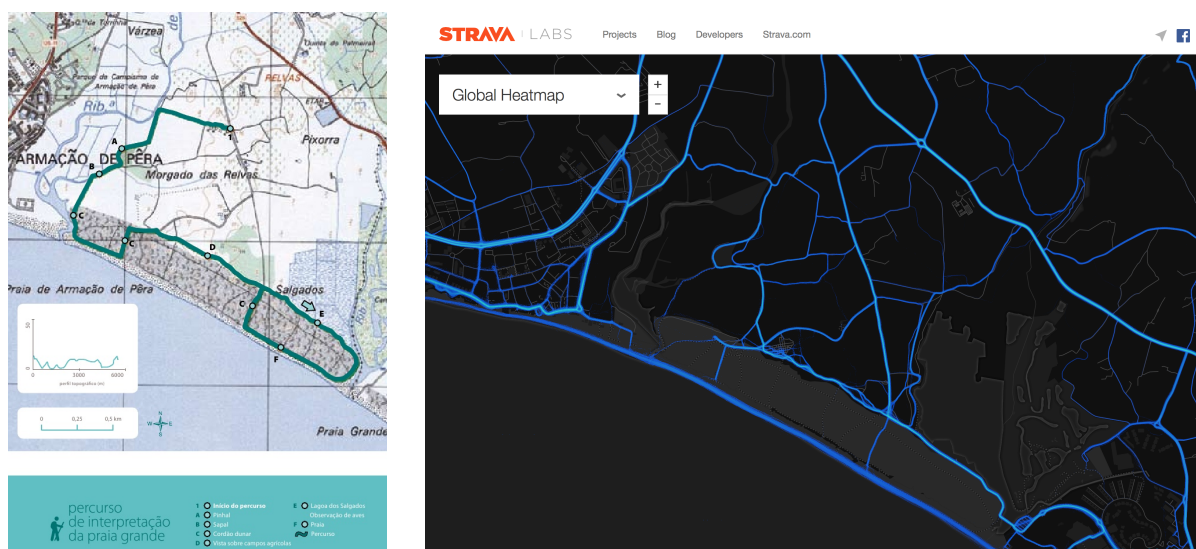


Figura 54 - Trilhos percorridos no espaço natural.

Este percurso interpretativo incorpora sete locais chave de observação sobre a paisagem, estando distribuídos pelo espaço natural da Praia Grande criando um circuito.

Revelou-se essencial que a proposta levasse o visitante a interpretar o espaço natural visando o desvio, o intervalo, a pausa, a contemplação: uma forma de percorrer a paisagem que motiva o diálogo entre o observador e a mesma. O acto de demorar-se é fundamental para a compreensão das particularidades da paisagem que a proposta visa salientar.

O percurso encontra-se em constante transformação. Por vezes materializa-se em toros de madeira, colocados com distância uns dos outros, apontando uma intenção e direção a seguir, não restringindo outros percursos nem constituindo um significativo impacto visual na paisagem. Na aproximação aos pontos de interesse do percurso, este sofre uma

transformação gradual: é visível o encurtamento gradual da distância entre toros, e quando a distância entre estes é muito reduzida, sofrem uma transformação na materialidade, assumindo uma matéria mais crua e contrastante, um perfil contínuo em aço corten. Quando este atinge o ponto de interesse visual sobre a paisagem, assume um plano vertical dando origem a dois planos espaçados entre si, que por natureza do vazio entre estes, criam um enquadramento da paisagem para sua interpretação.

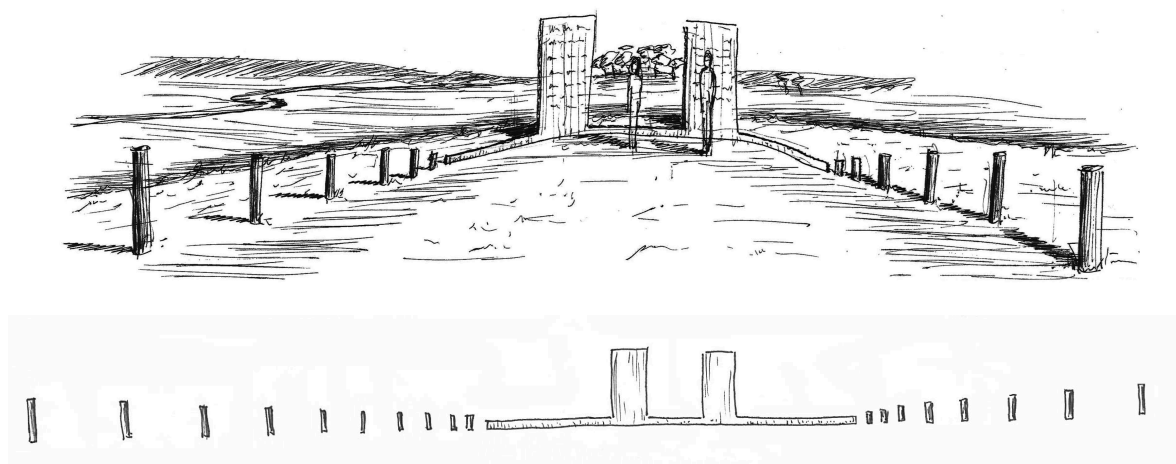


Figura 55 – Transformação do elemento orientador dos percursos.

Este enquadramento consiste numa tela viva já que a paisagem se encontra em constante movimento. Por vias de uma natureza, luz e clima em constante mudança, é seguro afirmar que não há telas mais exclusivas do que estas pois cada utilizador terá uma experiência diferente em cada visita que fizer. A acompanhar estes planos, estará sempre presente, cravada no aço, uma explicação sobre o enquadramento paisagístico em questão.

Uma vez ultrapassado o ponto de interesse, o mesmo objecto, contíguo ao percurso, transforma-se novamente, através do processo referido mas de forma invertida, assumindo a situação inicial, da presença através de toros de madeira ao nível do solo. Este indica o percurso até nova situação de ponto de vista e de interesse sobre a paisagem, sofrendo novamente o mesmo processo.

Os pontos de interesse escolhidos englobam várias temáticas e paisagens deste espaço natural, nomeadamente:

- 1 Observação dos pescadores;
- 2 A “muralha betónica” de Armação de Pêra;
- 3 O pinhal existente no espaço natural;
- 4 As dunas da Praia Grande;
- 5 A Vila de Pêra;
- 6 Os moinhos e campos agrícolas;
- 7 A Lagoa dos Salgados.

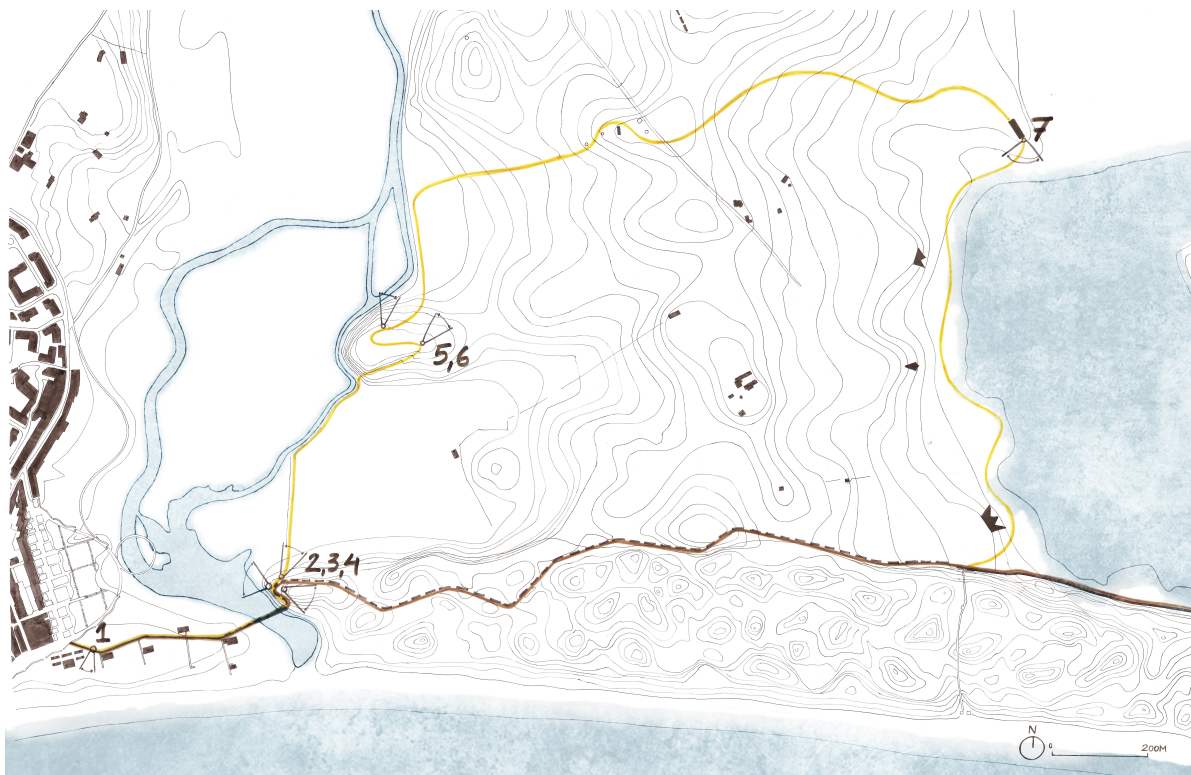


Figura 56 – Planta do percurso interpretativo.

O inspiração para tal dinâmica de interpretação da paisagem surgiu ao percorrer a vila de Armação de Pêra em direcção ao espaço natural da Praia Grande. Esta enquadra de forma natural e não propositada elementos e troços da paisagem. A forma como os enquadramentos individualizam os detalhes contendo o excesso de informação e sensações da envolvente valorizam detalhes e situações que, sem estes, passariam despercebidos ou não receberiam a devida importância e interpretação.

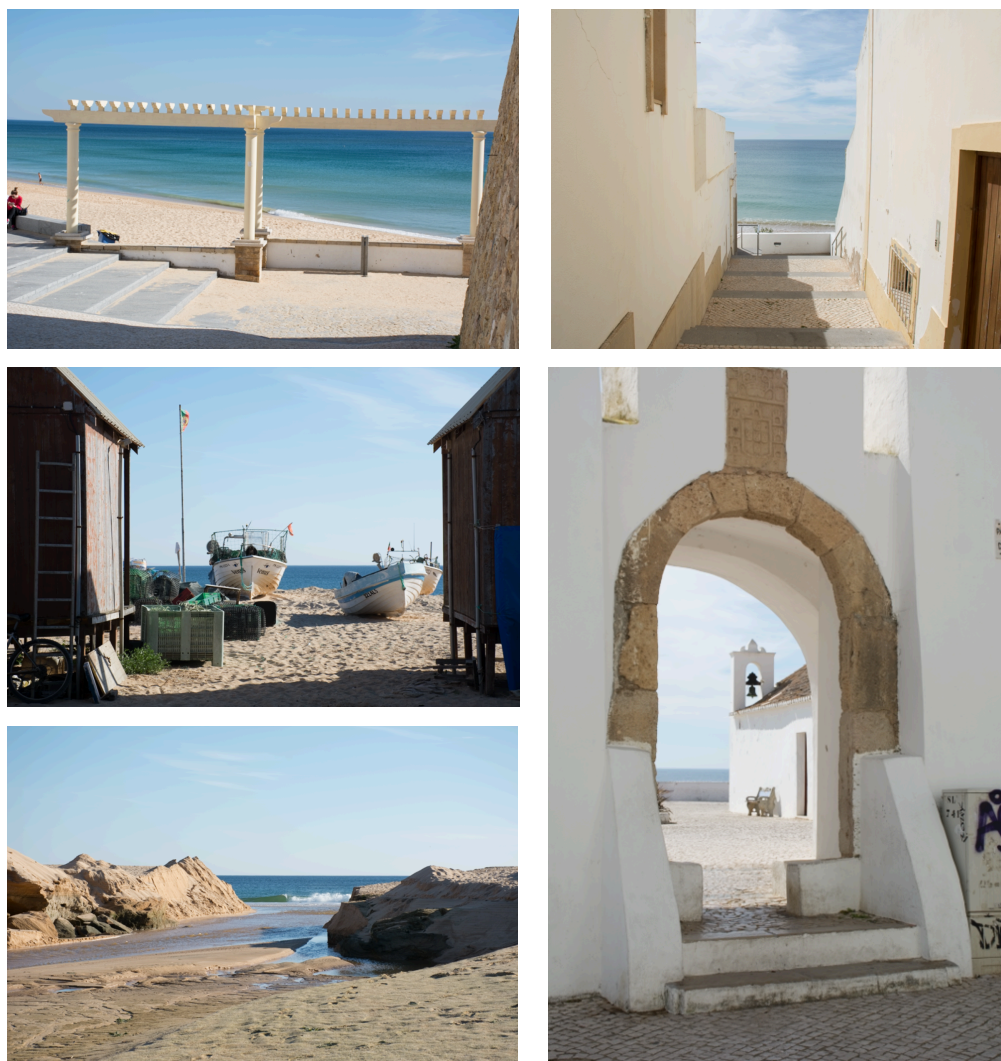


Figura 57 - Enquadramentos.

Da mesma forma pretende-se realçar os detalhes no espaço natural. Sendo a paisagem deste muito diversificada, com uma abundância de diferentes sensações, cores e formas, são enquadradas as situações de maior interesse com o intuito de destacar pormenores que numa situação não controlada passariam despercebidos. É assim possível observar, com a devida atenção e interpretação, as particularidades de cada espaço. Os enquadramentos propostos aliados às explicações dispostas nos painéis sobre o elemento em questão constituem assim fotografias em constante movimento, actualizadas pela própria natureza.

Todavia, a intervenção proposta não compromete nem impede a observação da paisagem de forma panorâmica e com total liberdade.

Como é possível visualizar na figura 56, que identifica os quatro pontos de interesse que contêm 7 enquadramentos, o percurso tem início na Praia dos Pescadores, junto ao parque urbano proposto. Ao iniciar-se no instante em que o espaço natural ganha forma e o urbano desvanece, o primeiro enquadramento proposto está à vista e ao fácil alcance da população da vila, numa tentativa de cativar o maior interesse possível do visitante e valorizar a actividade dos pescadores.

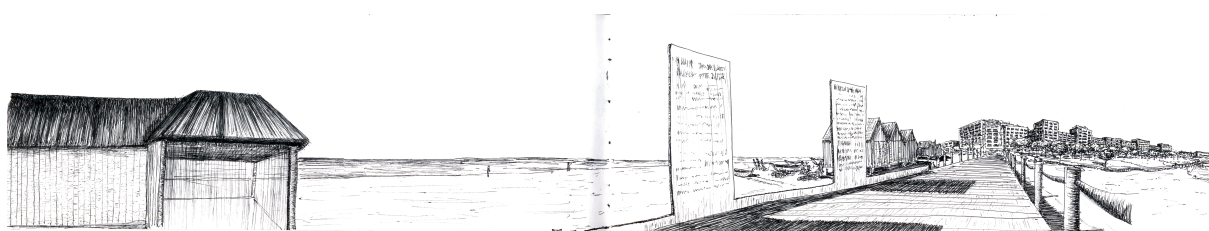


Figura 58 – O primeiro enquadramento – Observação dos Pescadores.

É possível observar a arte da faina e situações a esta relacionadas acompanhada, nos painéis, de uma explicação que introduz a história da vila de Armação de Pêra e da pesca, elemento primordial desta.

Após a passagem para a margem nascente da Ribeira de Alcantarilha, já em pleno espaço natural, é proposto o segundo ponto de interesse que, num terreno de cota mais elevada, de forma a proporcionar uma observação privilegiada, contém em disposição panorâmica sobre a envolvente, três enquadramentos interpretativos. O primeiro visa ilustrar a tragédia urbanística do Algarve, numa tentativa de sensibilizar o visitante para a importância da preservação do meio natural, que enquadra a “muralha betónica” da Av. do Rio sobre o sapal da Ribeira de Alcantarilha.

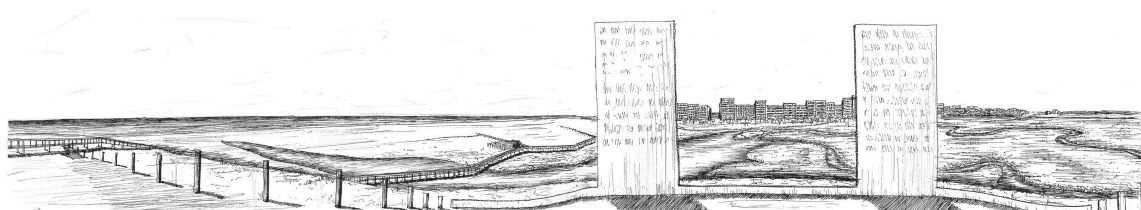


Figura 59 – Segundo enquadramento – “tragédia urbanística do Algarve”.



Figura 60 – A muralha betónica vista do espaço Natural.

O segundo realça as dunas da Praia Grande, contendo uma explicação sobre a história milenar destas e sobre a sua importância ecológica.

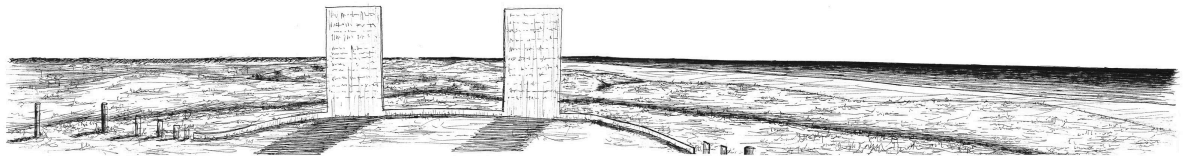


Figura 61 – Terceiro enquadramento – Sistema dunar da Praia Grande

Por último os planos verticais delimitam um troço da paisagem onde se observa o pinhal da Praia Grande que assenta num monte de igual fascínio.

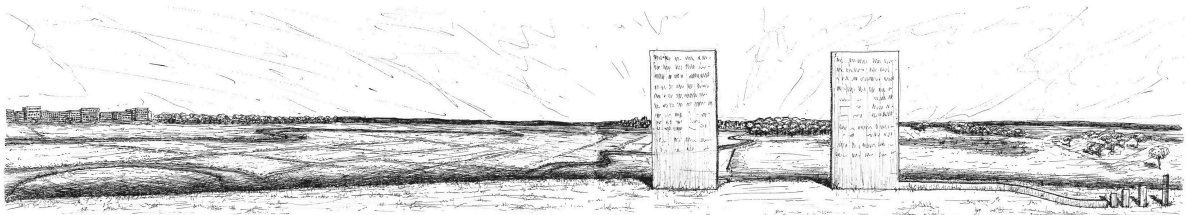


Figura 62 – Quarto enquadramento – Pinhal

Este último assume uma forma diferente pois o percurso toma a direção do pinhal, encontrando-se neste o próximo ponto de interesse interpretativo. Desta forma o percurso tem continuidade através do vazio criado entre os dois planos explicativos que enquadram o Pinhal, transmitindo a sensação que o visitante vai de facto transpor a “moldura” e visitar fisicamente o elemento destacado. Algo que não seria possível observando uma fotografia num espaço fechado como um centro interpretativo.

Seguindo a direção indicada pelos toros de madeira, é atingido o próximo ponto de interesse, o pinhal, onde é possível identificar dois enquadramentos interpretativos da paisagem: o primeiro, contendo os planos verticais explicativos com um espaçamento superior aos restantes, enquadra num primeiro plano duas árvores do pinhal, que por sua vez, num segundo plano, fazem um enquadramento natural da Vila de Pêra. Esta pode ser avistada a norte do espaço natural, onde o território é mais íngreme e Armação de Pêra teve origem.



Figura 63 – O quinto enquadramento – A vila de Pêra.

O segundo por sua vez destaca os moinhos que outrora operaram nos campos agrícolas envolventes. Também neste caso, o percurso continua a realizar-se transpondo os planos que realçam a paisagem, à semelhança da situação anteriormente descrita.

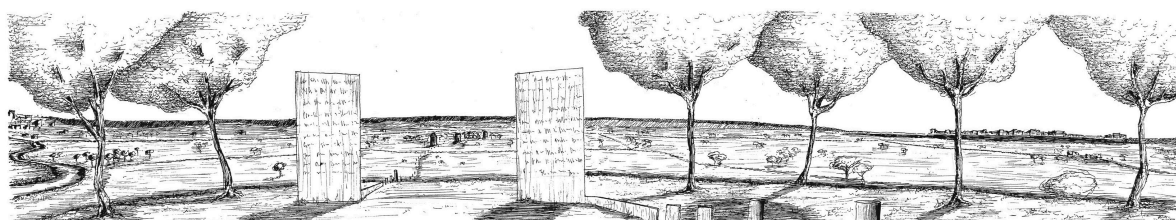


Figura 64 – O sexto enquadramento – Os moinhos e campos agrícolas

Prosseguindo pela natureza, absorvendo a envolvente, é alcançado o último ponto de interesse, que se aproxima da área onde os observatórios de aves se encontram, em volta da Lagoa dos Salgados.

A forma como o elemento, contínuo ao percurso interpretativo, se agrega e apropria de uma ruína existente é única em relação aos anteriores pontos de interesse, e de certa forma irónica pela forma como beneficia e se serve de um elemento urbano que é devoluto e constitui uma barreira e uma presença inconveniente no meio natural. A ruína é “abraçada” e, rematando um parcial vão existente, faz-se o enquadramento da lagoa que se desenrola à sua frente.

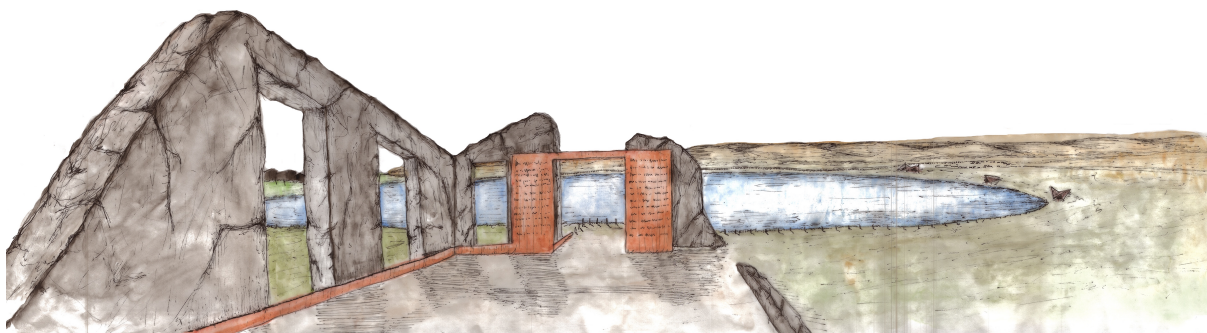


Figura 65 – Enquadramento da lagoa através da ruína.

A estrutura do percurso, ao ter início e fim em áreas de maior acesso e presença humana é intencional pois desta forma é possível otimizar a visibilidade e o despertar de interesse no percurso.

O segundo elemento proposto, para a valorização do espaço natural da Praia Grande visa a dinamização da Lagoa dos Salgados através da observação de aves. São assim propostos três volumes edificadas cuidadosamente dispostos em volta da Lagoa dos Salgados com o objetivo de monitorizar, dinamizar e potenciar sem comprometer o ecossistema e paisagem ou afetar fauna e flora que estes integram.

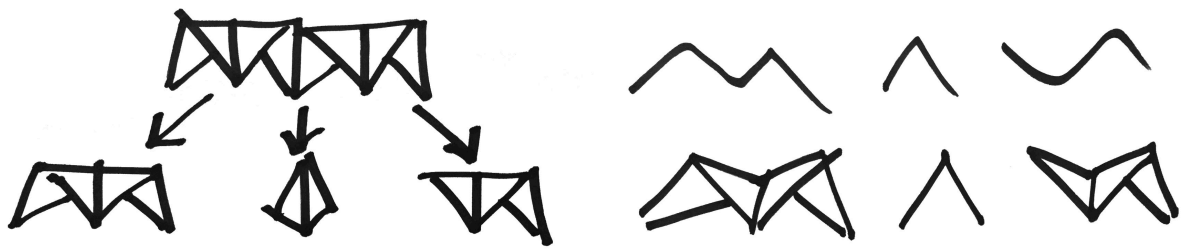


Figura 66 – Composição e analogia ao movimento das asas de um pássaro.

É proposto um conjunto de três volumes edificados em detrimento de um de maior dimensão pois após discussão com especialistas em observação de aves e conhecedores deste território, foi retirada a conclusão que uma intervenção, como é o caso do EVOA (Espaço de Visitação e Observação de Aves – Santarém, Portugal), nesta área, dada a proximidade à lagoa, não seria ideal devido a o impacto que o volume teria nas premissas referidas no anterior parágrafo.



Figura 67 - EVOA.

Dois destes elementos são de carácter público e o terceiro privado. Os dois primeiros, exercem a função de centro interpretativo da Lagoa dos Salgados abrangendo funções e actividades como observação de aves, *workshops*, seminários de sensibilização ambiental e científica, observações astronómicas e visitas de estudo de escolas e grupos turísticos.

Ao terceiro elemento, privado, é-lhe atribuída a função de gestão e monitorização da Lagoa. Este poderá albergar cientistas ou profissionais que estejam a estudar ou monitorizar o local, a sua fauna e flora. Este também assiste os vigilantes encarregues da monitorização e segurança do espaço, por forma a evitar a recorrente pesca ilegal de espécies animais e o uso abusivo do espaço.

6.3. Proposta do Objecto Architectónico

A proposta arquitectónica assenta nas premissas definidas pela estratégia do espaço natural. Neste subcapítulo será desenvolvido, mais detalhadamente, um dos elementos da estratégia: o conjunto de observatórios de aves na Lagoa dos Salgados.

A razão pela qual estes elementos, presentes no espaço natural, foram desenvolvidos a nível arquitectónico em detrimento do espaço urbano, foi porque, apesar de todas as suas potencialidades e mais-valias, este território continua sem qualquer estatuto de protecção, e por esse motivo revela-se urgente perante a sua fragilidade e susceptibilidade a proposta de uma intervenção que permita a sua salvaguarda e protecção.

E, se a transição e relação entre o meio urbano e o meio natural, for criada através do parque urbano, não funcionará na sua plenitude se o espaço natural vizinho da Praia Grande não existir graças à urbanização proposta no Plano de Pormenor. E, mesmo existindo, se não estiver qualificado e dinamizado não será propício à visita e valorização. Porque a questão nuclear do momento é provar às entidades responsáveis que aquele espaço não só tem de ser preservado por questões de sustentabilidade ambiental, como tem um elevado potencial de turismo da natureza, como é caso da observação de aves, sendo esta uma solução muito mais sustentável e viável que o empreendimento idealizado (tendo também

em conta que o empreendimento construído junto à Lagoa dos Salgados está praticamente na falência).

A observação de aves é hoje uma actividade em franco crescimento um pouco por todo o mundo, estando a integrar-se lentamente na vida recreativa, social e turística das sociedades mediterrânicas. Vários motivos são apontados como responsáveis para este aumento, começando pelo maior interesse que as questões ambientais em particular as da biodiversidade captam junto do público em geral. A observação de aves é uma actividade recreativa de natureza muito fácil de praticar, que pode realizar-se em todo o lado, inclusivamente em cidades, acessível a todos os públicos e que não requer um investimento muito elevado, sendo praticada todo o ano, proporciona um contacto fácil e próximo com a natureza e os seus diferentes elementos.

Como é possível observar na figura 64, a proposta do atelier *Plant Architect* para estruturas de observação de aves, num parque em Toronto, Canadá, a sensibilidade com que a intervenção é feita, a nível de integração e dinamização. Foram projetadas uma série de estruturas em aço corten que se assemelham a asas nas quais, perfurada, está inscrita informação sobre o local e as espécies. Estas foram integradas em locais de vista privilegiada propícia à observação de aves. A estrutura pode ser decomposta em dois elementos principais - as coberturas e os painéis informativos. As primeiras permitem o abrigo dos visitantes e os segundos a interpretação do local. É visível o uso de um material que contrasta com a natureza, realçando a intervenção, contudo, não comprometendo o delicado meio envolvente.



Figura 68 - Pavilhões de Observação de Aves – Plant Architect

Outra proposta, também inserida numa área húmida, é o *Centro Interpretativo do Lago Takern*, na Suécia. Este foi projetado pelo atelier *Wingardhs*, e inova pela forma como a cobertura foi concebida para acolher pequenas aves com o intuito de nesta nidificarem. A integração do elemento na paisagem é, novamente, imperativa sendo visível a escolha cuidada no que toca aos materiais para revestimento deste, na disposição estratégica com vista sobre o Lago, e na linguagem que este assume em relação à envolvente.



Figura 69 - Centro Interpretativo do Lago Takern.

Nos dois projetos apresentados anteriormente, é claro o diálogo entre eles e a paisagem envolvente. A cuidada escolha de materiais, a atenção na concepção das formas que estes assumem e a sua disposição na paisagem revela o seu caráter sensível.

As intervenções assumem uma linguagem híbrida, isto é, tanto se integram na envolvente natural, como contrastam com esta de forma equilibrada, o que permite proteger o meio natural da interferência humana, não afetando o ecossistema, e em simultâneo destacar os elementos arquitectónicos promovendo o interesse e visitação destes.

O descrito equilíbrio visual e ambiental, em conjunto com a propositada localização privilegiada, permite aos seus utilizadores observar a natureza sem esta perturbarem.

A nível formal os elementos arquitectónicos traduzem-se numa variedade de programas, relacionados com a observação de aves e outras actividades da natureza, que em conjunto contribuem para a valorização e qualificação dos respetivos espaços naturais.

O elemento arquitectónico proposto pelo autor vai ao encontro da premissa básica apresentada pelos projetos anteriormente referidos que consiste na qualificação do espaço natural através de uma dinamização que, paralelamente, respeite mas contraste na envolvente. A fundamentação arquitectónica dos observatórios assenta numa estreita ligação com o elemento natural preponderante da lagoa, as aves.

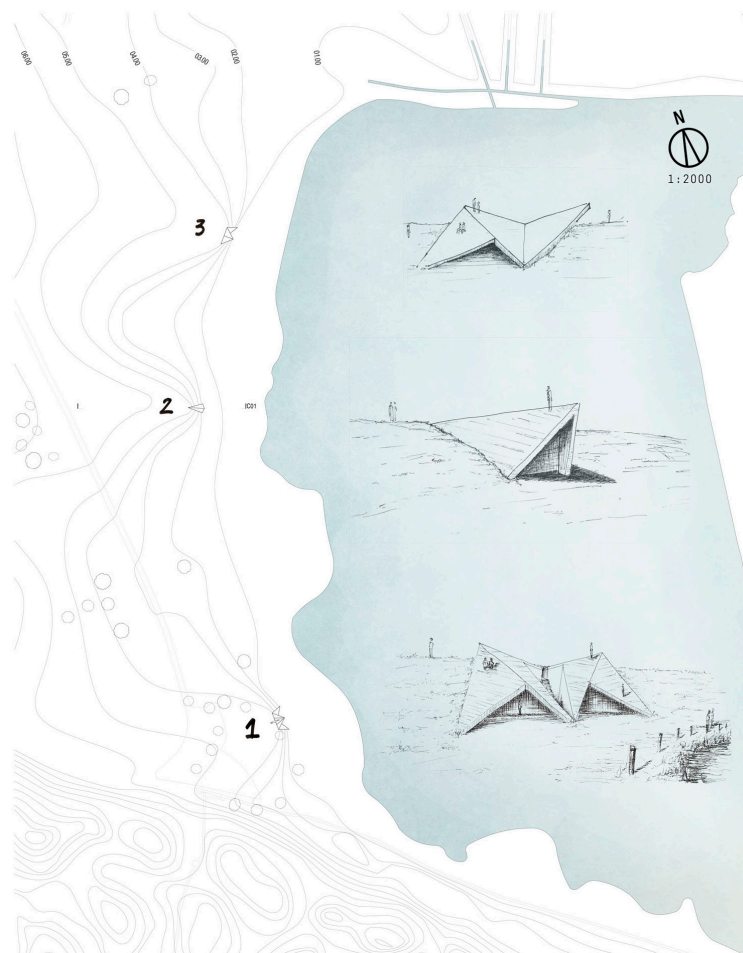


Figura 70 – Planta de Implantação dos Observatórios de Aves.

Os volumes edificados, individualmente, não transmitem directamente a forma de um pássaro mais sim apenas a forma simplificada das suas asas, logo, a cobertura destes simula as asas, abertas ou fechadas, de um pássaro.

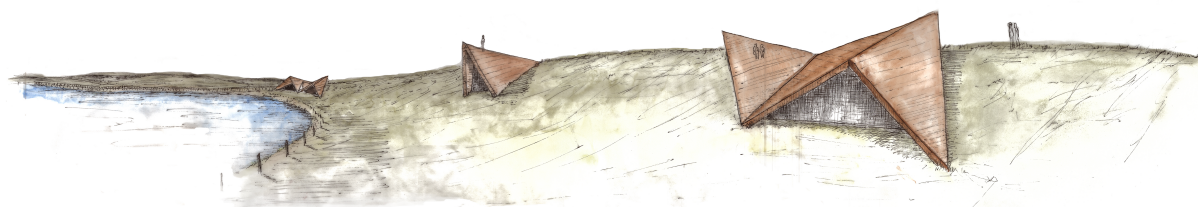


Figura 71 – Os três observatórios de aves propostos ao longo da margem.

Além de ser um elemento da natureza presente na paisagem, as asas de um pássaro, quando este está pousado num ninho, transmitem proteção e segurança às suas crias assim como se pretende que as coberturas dos volumes edificados concedam aos seus ocupantes.

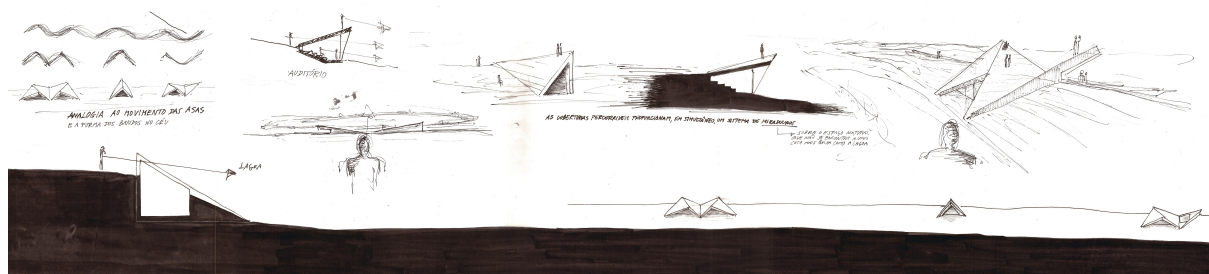


Figura 72 – Cortes e Esquemas da Lagoa e Observatórios.

A cobertura destes “abrigos” abraça o terreno íngreme em que se implantam, acompanhando o seu declive, repousando assim em harmonia com a paisagem. Pelo modo como estes se inserem no terreno não representam uma barreira física ou visual dada a aproximação à Lagoa. Apenas são visíveis os limites da cobertura, de forma a marcar a sua presença de forma não intrusiva. Pela forma como se inserem no terreno e pela natureza da sua linguagem e disposição assumem-se como coberturas percorráveis desempenhando a função de miradouro, sobre a lagoa e sobre o espaço natural.

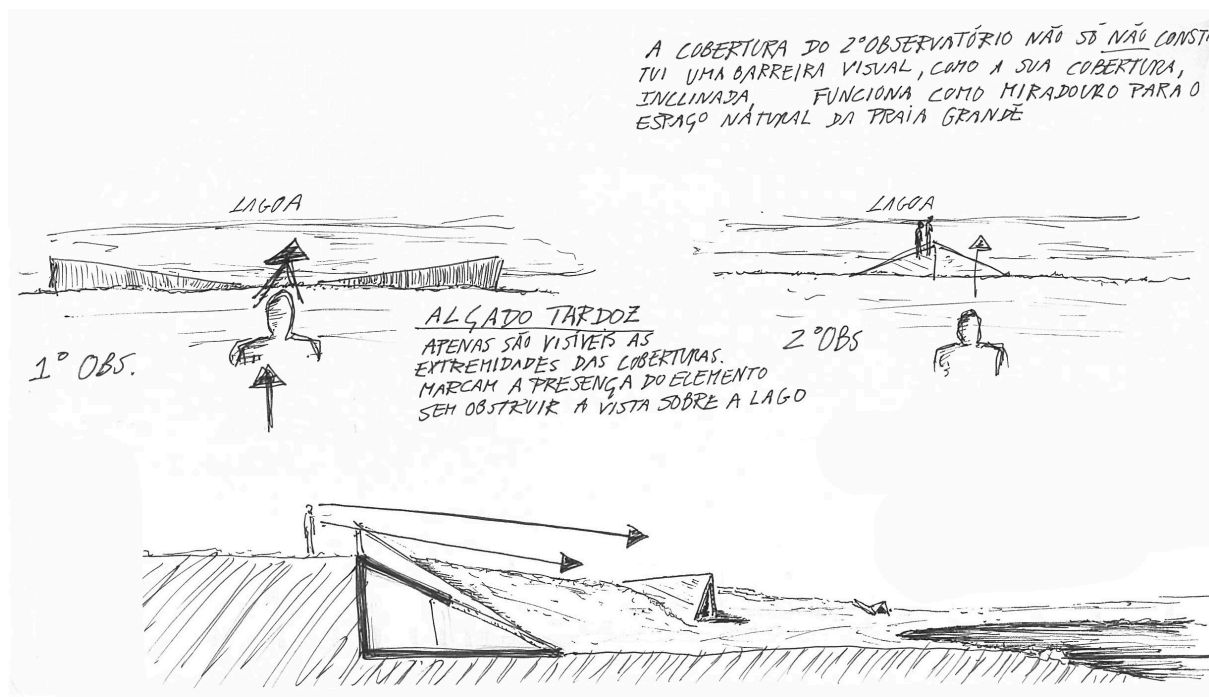


Figura 73 – Desenho esquemático da permeabilidade visual dos Observatórios.

A linguagem global dos observatórios, nomeadamente das suas coberturas, de natureza triangular, assemelha-se à forma que resulta do modo como os pássaros se organizam em pleno voo quando em bando.

Como referido anteriormente na estratégia para o espaço natural, dos três volumes edificadas, dois são de carácter público e outro de carácter privado. O primeiro, de carácter público, insere-se na área adjacente ao parque de estacionamento da Praia Grande já que este é, dos três elementos, o que mais necessita de se destacar pois desempenha a principal função de centro interpretativo da Lagoa dos Salgados. Para maior destaque, aliado à sua localização, surge a sua forma, a de maior dimensão dos três elementos propostos.

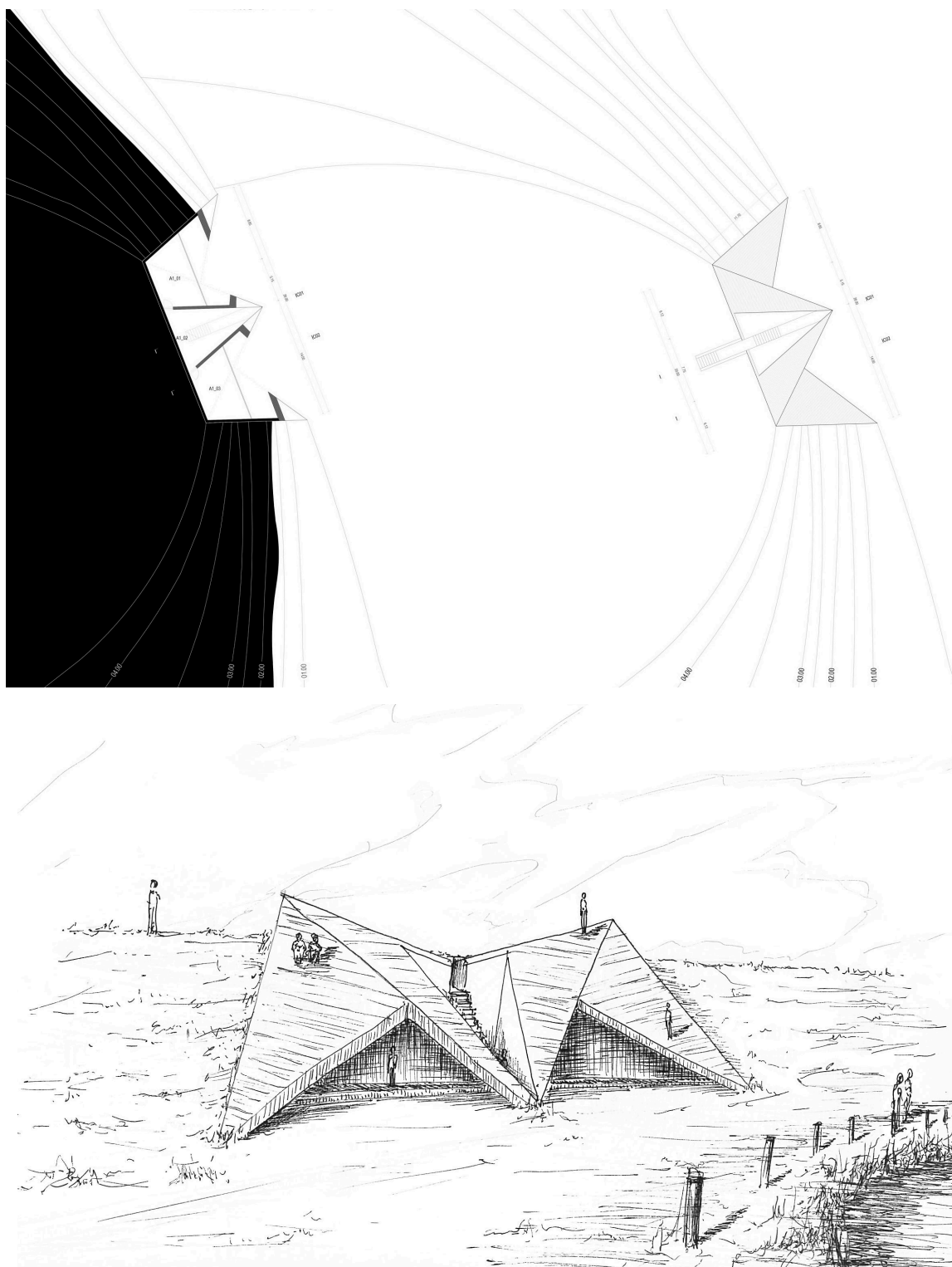


Figura 74 – Planta e perspectiva do Observatório N°1.

Sendo constituído por quatro coberturas, proporciona um ambiente interior em que é possível:

- Incorporar um pátio de recepção ao centro com vista para a Lagoa. Do qual é possível, através da presença de um telescópio próprio para observação de aves, avistar as aves da lagoa;
- Um espaço polivalente, no qual é possível realizar exposições, *workshops* e seminários;
- Um *open-space* que integra a recepção, cafetaria e espaço de esplanada com vista sobre a Lagoa dos Salgados.

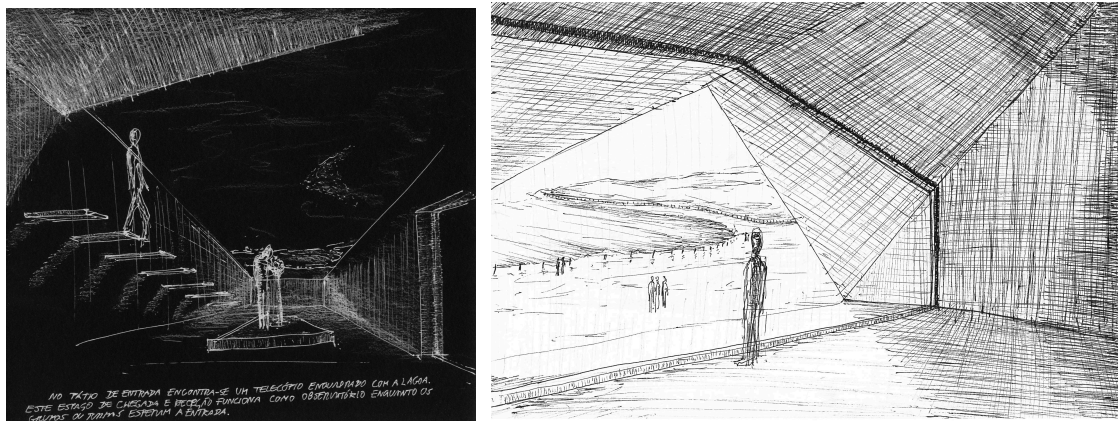


Figura 75 – Perspectiva do pátio do 1º Observatório de Aves.

O segundo volume público, aborda uma linguagem semelhante mas assume uma forma de menores dimensões, pois este funcionando em complementaridade com o primeiro elemento, não deve retirar-lhe o “protagonismo”. O seu espaço interior, delimitado por duas coberturas inclinadas, resulta num auditório que desfruta do declive do terreno existente para as bancadas. A tela de fundo do auditório resulta do único vão existente neste elemento, tendo como conteúdo a Lagoa que à sua frente se desenrola.

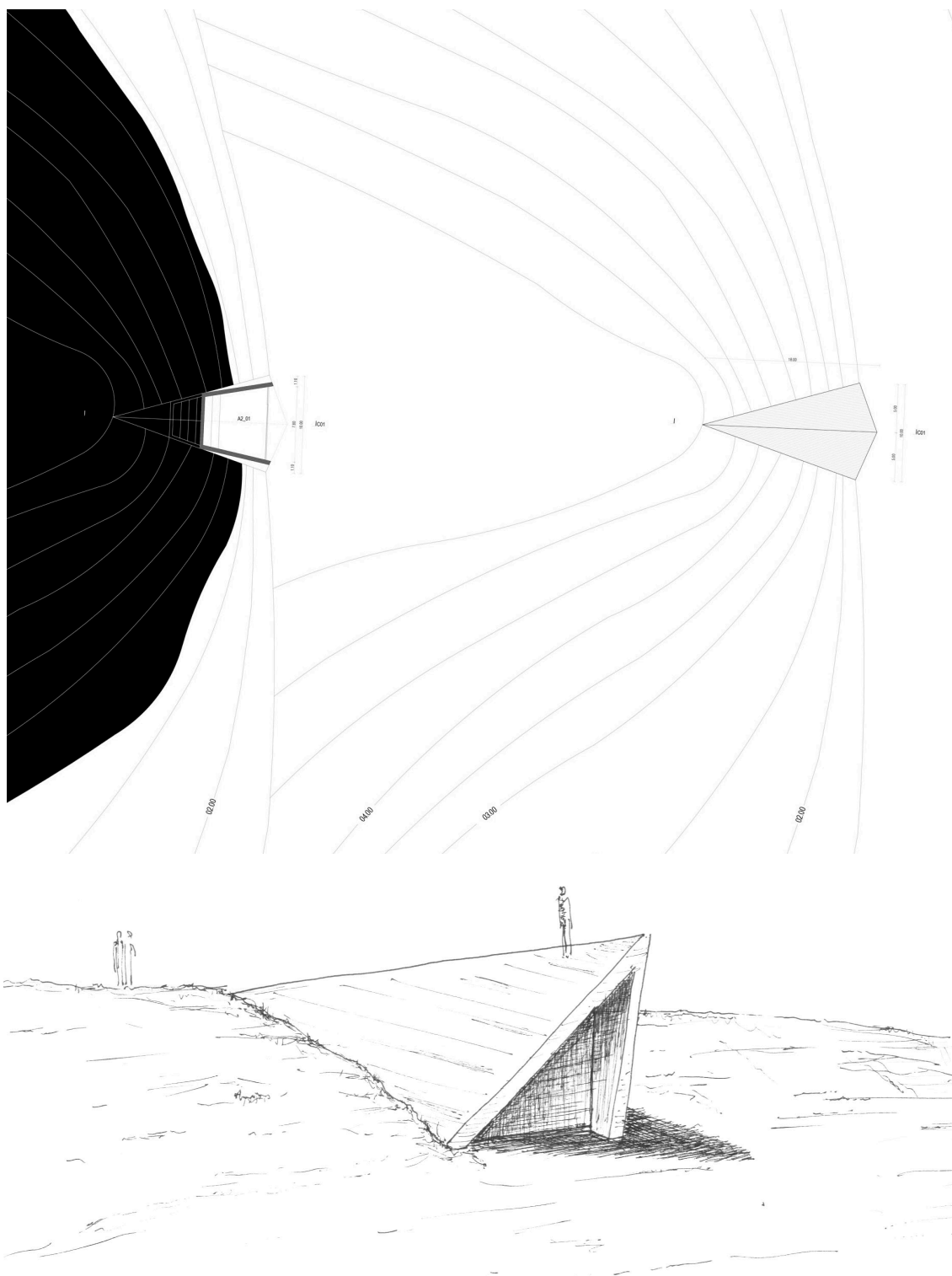


Figura 76 - Planta e perspectiva do Observatório N°2.

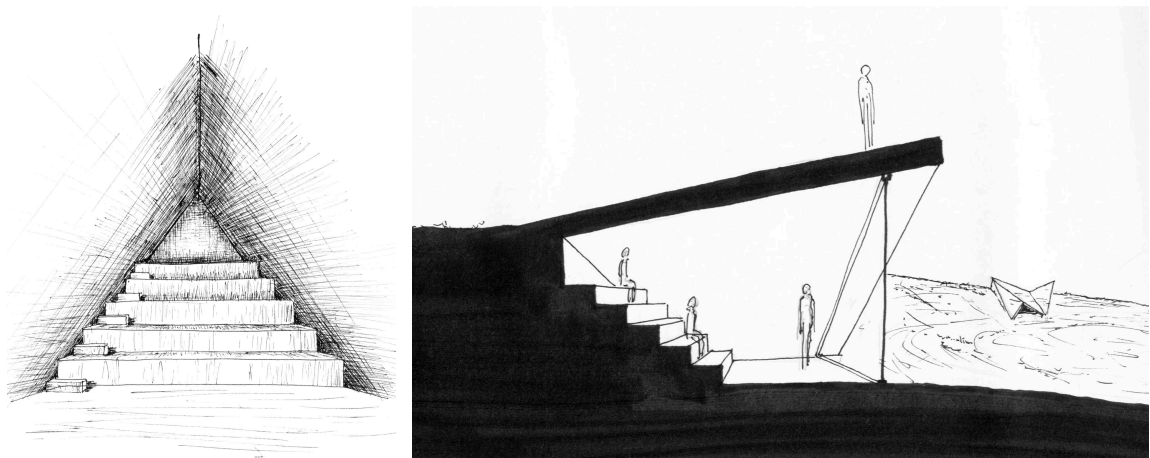


Figura 77 – Desenhos esquemáticos do interior do Observatório N°2.

Por último, o terceiro elemento, de caráter privativo, insere-se na área mais a norte da Lagoa. Sendo dos três o elemento de mais difícil acesso, face à distância que se encontra dos percursos e trilhos do espaço envolvente, é perceptível a sua natureza privativa, não entrando em conflito com o protagonismo dos dois elementos anteriormente descritos. Este é estruturado por três coberturas inclinadas que concebem um espaço interior em que é possível produzir um conjunto de ambientes articulados entre si. Estes exercem as funções de salas científicas de apoio à investigação e monitorização da flora, fauna e da Lagoa, bem como uma área destinada à estadia temporária de quem usufrui do espaço.

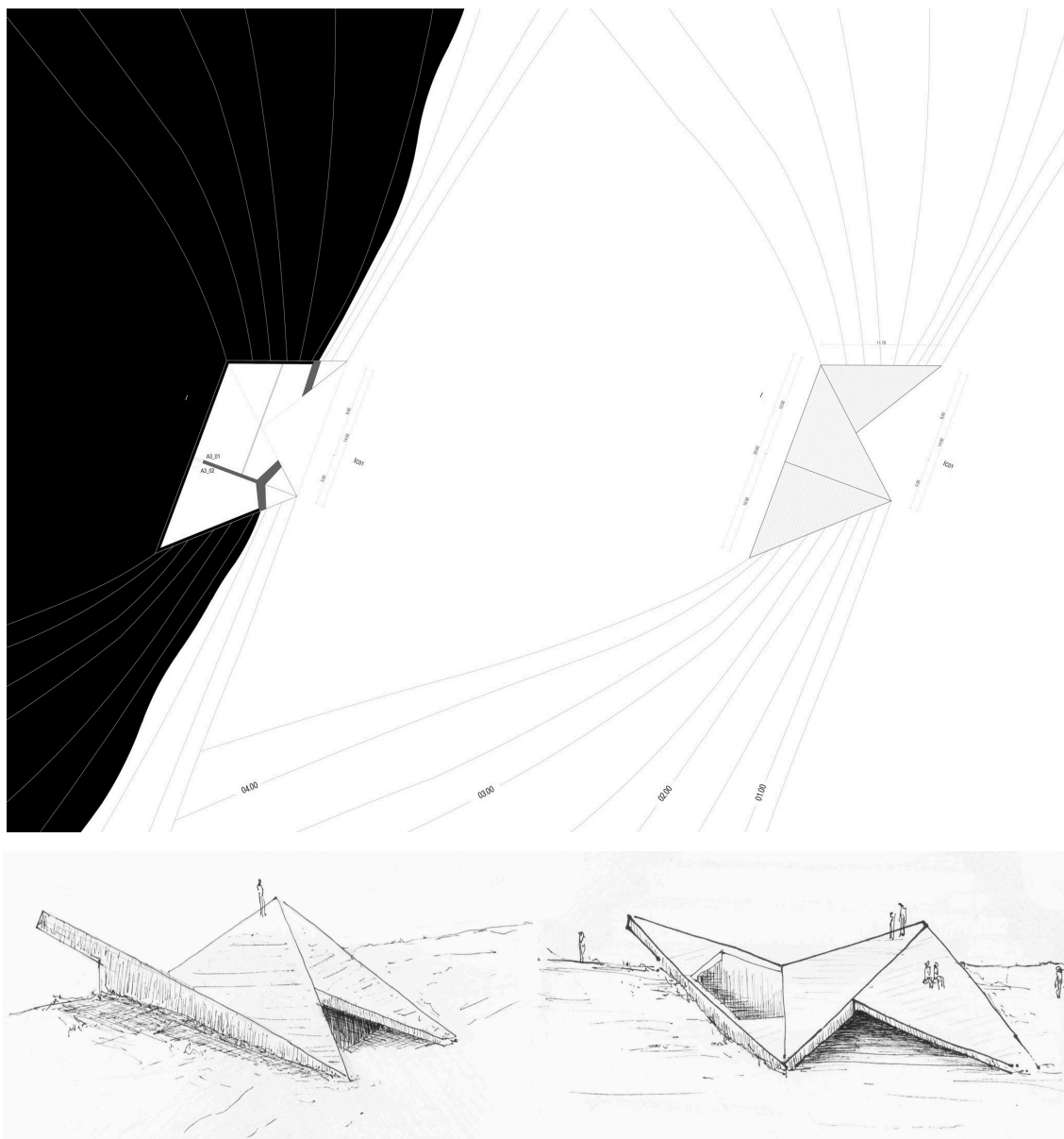


Figura 78 – Perspectiva do Observatório N°3.

Uma vez em conjunto, estes formam um objeto em movimento, à semelhança da dinâmica que resulta da constante mudança e vivências presentes na envolvente natural. Resultam, por natureza dos diferentes ângulos e formas das coberturas, numa analogia ao movimento das asas dos pássaros em voo.

Tal como Norman Foster refere: *"a arquitectura afecta o espírito do homem. Actua a nível de todos os sentidos"*. A analogia descrita, pelo modo estratégico como os observatórios estão dispostos na paisagem, é visível a partir da Estrada Municipal - a norte, da Herdade dos Salgados - a Este, e das dunas em conjunto com o percurso que tem origem na praia dos Salgados - a Sul, com o intuito de melhor expor e potenciar a visibilidade da qualificação do espaço natural.

O elemento arquitectónico possibilita um diálogo próximo entre a natureza e o homem, a Lagoa e a envolvente.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

7.1 Conclusão

Com o crescimento acentuado da população e das urbes, e com a sua expansão ao longo dos séculos, verificou-se a sobre-exploração dos ecossistemas, em Portugal principalmente a partir da segunda metade do século XIX, o que levou ao seu desequilíbrio e degradação. O crescimento urbano e a elevada pressão que lhe está associada são dos principais factores que estão na base da degradação das zonas naturais, devido a vários motivos tais como: reconversão destas zonas para agricultura ou urbanização, contaminação das águas e do solo através de descargas de esgotos, prática de pesca e caça, legislação insuficiente com vista à proteção destas áreas e falta de meios de fiscalização.

Como se pôde verificar neste trabalho, a região do Algarve, a vila de Armação de Pêra e o espaço natural vizinho não são excepção. Os ataques que são feitos e que estão previstos através de planos e projectos de construção de mais edificado, não respeitam as particularidades deste lugar, criando consequências graves a nível biológico, ecológico, cultural e paisagístico. Apesar de estes ecossistemas serem zonas com grande potencial a nível económico, a sua salvaguarda é de extrema importância.

O caso particular da Ribeira de Alcantarilha e da Lagoa dos Salgados, representa um sistema sensível e ameaçado, para o qual é urgente pensar a sua conservação e salvaguarda, e a promoção da sua utilização sustentável. Não basta confiar na riqueza dos factores biológicos e esperar que nada de errado lhes aconteça: é preciso gerir e preservar este importante

recurso turístico, tendo a coragem de não o degradar. O espaço natural em questão é de inquestionável importância, apresentando um elevado nível de diversidade biológica, determinante para a conservação de muitas espécies de aves, além de constituírem locais de alimentação para muitas outras espécies como peixes, moluscos e alguns mamíferos. É de destacar também o importante papel que desempenham na prevenção de inundações, na manutenção de lençóis freáticos, na estabilização da linha de costa e na purificação da água e do ar.

A nível turístico, a importância destas zonas prende-se tanto com o facto de apresentarem um elevado grau de qualidade visual, constituindo paisagens únicas, como com o seu interesse multidisciplinar, a nível biológico e ecológico, paisagístico e histórico-cultural.

Nunca antes se falou tanto em conservação da natureza, fauna, flora, espécies ameaçadas, fotografia da natureza e áreas protegidas. Não se deve negligenciar a necessidade cada vez maior das sociedades modernas, e sobretudo as urbanas, encontrarem refúgios e escapes ao seu quotidiano, surgindo o contacto e a observação da natureza entre as soluções adoptadas por um crescente número de pessoas.

Tentou-se assim com este trabalho, propor uma intervenção não invasiva que funcione como instrumento e veículo para a promoção dos valores e do património natural do Algarve e desta zona do território, protegendo a fauna e flora, conhecendo, respeitando, agindo e mostrando que estes são verdadeiros valores a proteger e a conservar. Estando o turismo no Algarve invariavelmente associado à sazonalidade, procurou-se também contrariar essa tendência, disponibilizando uma oferta turística de qualidade ao longo de todo o ano.

A proposta de intervenção que cria uma relação entre o espaço urbano e o espaço natural, define percursos pedestres interpretativos e preconiza a construção de observatórios de

aves, foi pensada de forma a tirar partido deste ecossistema através da prática de turismo sustentável e de educação ambiental, permitindo que estas paisagens sejam conhecidas e visitadas, interferindo o mínimo possível.

A capacidade que temos nos dias de hoje, de articular diversas áreas de conhecimento e de compreender que um ecossistema é formado por muitos níveis de interações, muito para além das visíveis ou mensuráveis, permite-nos realizar intervenções menos impactantes do que as convencionais que se caracterizam pelo esgotamento gradual dos recursos naturais. Conclui-se assim que devemos, com a intervenção humana em espaço natural, procurar causar o mínimo dano possível, limitando as nossas acções pela previsão das suas consequências e impactos. A intervenção humana será tanto mais produtiva e sustentável quanto mais soubermos trabalhar com a natureza, ao invés de nos posicionarmos contra ela.

8. BIBLIOGRAFIA

AGACHE, Alfred; (1930); Cidade do Rio de Janeiro, remodelação, extensão e embelezamento (Plano Agache); Ed. Foyer Brésilien; Rio de Janeiro

ALCOFORADO, Maria João [et al.]; (2009); Alterações Climáticas e Desenvolvimento Urbano; Lisboa; DGOTDU

ASCHER, François; (2010); François Ascher- Os Novos Princípios do Urbanismo; Paris

BHABHA, Homi K.; (2009); Mumbai em minha mente: reflexões sobre sustentabilidade; Havard

BENEVOLO, Leonardo; (1987); As Origens da Urbanística Moderna; Editorial Presença; Lisboa

BOLUND, P., & HUNHAMMAR, S.; (1999); Ecosystem Services in urban areas. Ecological economics;

BONNET CORREA, Antonio; (1989); Las Claves del Urbanismo; Barcelona, Espanha

BRANZI, Andrea; (2009); Para um Pós-ambientalismo: Sete Sugestões para uma "Nova carta de Atenas"; Havard

BRENNER [et al.]; (2010); Ocean & Coastal Management; Elsevier; Barcelona, Espanha

CARTA DE ALBORG; (1994); Alborg, Dinamarca;

CORBUSIER; (1969); Maneira de Pensar o Urbanismo; Edições Europa-América; Lisboa

CONWAY, H; (1991); People's Parks: the Design and development of Victorian Parks; Cambridge University Press; Cambridge

FADIGAS, Leonel; (2015); Urbanismo e Território- As políticas públicas; Lisboa

FADIGAS, Leonel; (2010); Urbanismo e Natureza- os desafios; Lisboa

FIDÉLIS, T.; (2001); Planeamento Territorial e Ambiente – O caso da envolvente à Ria de Aveiro; São João do Estoril

FERNANDES, José Manuel, JANEIRO, Ana; (2005); Arquitectura no Algarve, dos primórdios à actualidade, uma leitura de síntese; Faro: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve

FORMAN, Richard T. , GORDON, Michael; (1986); Landscape Ecology

Frei João de São José; "Corografia do Reino do Algarve" (in Duas Descrições do Algarve do Século XVI, Liv. Sá da Costa; Lisboa; 1983)

FREIRE, S [et al.]; (2009); Recent urbanization and land use/land cover change in Portugal- The influence of coastline and coastal urban centers; Joranl Coastel Research; Lisboa, Portugal

GRADE, Fernando; (2014); O Algarve Tal Como o Destruímos

KABISCH, N., & HAASE, D. ; (2012); Green spaces of European cities revisited for 1990–2006.
Landscape and Urban Planning

LOBO, Constantino Botelho de Lacerda; (1754); Observações sobre a pesca de Pera de S.
António

MARTINEZ, MI [et al.]; (2007); The coasts of our world: ecological, economic and social
importance

MOSTAFAVI, M, DOHERTY, G; (2014); Urbanismo Ecológico; Havard University

NOWAK, D.J.,& SISINNI, S.; (1993); Plant Chemical Emissions; Miniature Roseworld

OECD; (1996); Innovative Policies for Sustainable Urban Development: The Ecological City;
OECD; Paris

OXFORD UNIVERSITY PRESS; Our Common Future; (1987) Relatório Brundtland; Oxford

PEEL, Charlie – coord.; (2009); Facing up to Rising Sea-Levels: Retreat? Dfend? Attack?;
Building Futures/ RIBA, ICE

SWANWICK, C.; DUNNETT, N.; WOOLLEY, H.; (2003); The Nature, Role and Value of Green
Space in Towns and Cities – An Overview; artigo em Built Environment

TÁVORA, Fernando; (1982); Da organização do espaço; 8º edição; Porto, ESBAP

Turismo do Algarve; (2012); Guia de Observação de Aves no Algarve

9. WEB-GRAFIA

<http://www.spea.pt/pt/>

<http://ibas-terrestres.spea.pt/pt/>

<http://www.icnf.pt/portal>

<http://www.apambiente.pt>

<https://www.wetlands.org>

<http://www.ramsar.org>

<http://www.turismodeportugal.pt>

<http://www.turismoalgarve.pt/home.html>

<http://almargem.org/siteantigo/>

<http://arcaalgarve.blogspot.pt>

<https://www.youtube.com/watch?v=bcoY4OaQM40>

<https://www.wwt.org.uk/news/all-news/2012/08/wwt-london-news/britains-favourite-nature-reserv>

NASCIMENTO, Fausto; 2003; A utopia como modo de vida;
<http://adefesadefaro.blogspot.pt>

TAVARES, Miguel Sousa, 2008, http://expresso.sapo.pt/opiniao/opiniao_miguel_sousa_tavares/paraisos-prostituidos=f376882

10. FONTE DE FIGURAS

- 1 - Guia de Observação de Aves no Algarve – Turismo de Portugal.
- 2 - Elaborado pelo autor com base no Google Maps.
- 3 - <http://photos1.blogger.com/blogger/7905/1473/1600/chalet1930.jpg> + <http://www.origens.pt/explorar/doc.php?id=7500> + <http://blog.turismodoalgarve.pt/2010/08/armacao-de-pera-1964.html> + <http://sacodosdesabafos.blogspot.pt/2008/01/nostalgias.html>
- 4 - <http://armacaodepera.blogspot.pt/2011/01/casino-de-armacao-de-pera-um-bem.html> + <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=430259>
- 5 - <http://armacaoperati.blogspot.pt> + <http://pt.algarveportal.com/city.php?p=3&id=10>
- 6 - <http://www.sulinformacao.pt/2013/04/armacao-pera-freguesia-tem-80-anos/> + http://www.rotasturisticas.com/praiadearmacao-de-pera-armacao-de-pera-praia_2215.html
- 7 - <http://portugalfotografiaaerea.blogspot.pt/2013/03/armacao-de-pera.html>
- 8 - Fotografia do Autor.
- 9 - Fotografia do Autor.
- 10 - Elaborado pelo autor.
- 11 - Elaborado pelo autor.
- 12 - Elaborado pelo autor.
- 13 - Elaborado pelo autor.
- 14 - Elaborado pelo autor.
- 15 - Elaborado pelo autor.
- 16 - Elaborado pelo autor.
- 17 - http://cm-silves.algarvedigital.pt/NR/rdonlyres/B02B5219-B461-4F7B-A86C23D54C308EE4/0/DPTIG_PV_PPPG_IP.pdf + Plano de Pormenor da Praia Grande – Planta de Implantação – Síntese: http://cm-silves.algarvedigital.pt/NR/rdonlyres/D09D1188-3EC2-4C32-A301-7BE516FAEAD1/0/DPTIG_PV_PPPG_I.pdf

- 18 – Elaborado pelo autor.
- 19 - <http://www.tvi24.iol.pt/economia/herdade-dos-salgados/dividas-a-banca-fecham-resort-1-000-no-desemprego>
- 20 - http://expresso.sapo.pt/economia/economia_turismo/salgados-ao-abandono-com-as-dividas-de-carlos-saraiva=f780385
- 21 - <http://www.thebesthotels.org/room-photo-cs-salgados-grande-hotel-spaID1425374.htm>
- 22 - <http://www.sulinformacao.pt/2013/01/lagoa-salgados-avaliacao-ambiental/> + <http://www.sulinformacao.pt/2012/10/«porque-e-que-insistem-em-repetir-os-erros-do-passado-na-lagoa-dos-salgados»/>
- 23 - <http://www.sulinformacao.pt/2015/03/cidadaos-removeram-chorao-das-dunas-da-lagoa-dos-salgados/>
- 24 - Elaborado pelo autor.
- 25 - Elaborado pelo autor.
- 26 - Elaborado pelo autor.
- 27 - Fotografia do Autor.
- 28 - Elaborado pelo autor.
- 29 - Elaborado pelo autor.
- 30- http://www.londontown.com/LondonInformation/Attraction/The_Wetland_Centre/b388/
- 31 - <http://www.archdaily.com/445661/red-ribbon-park-turenscape>
- 32 - <http://www.e-architect.co.uk/portugal/tagus-linear-park-in-povoa-de-santa-iria>
- 33 - Elaborado pelo autor.
- 34 - Elaborado pelo autor.
- 35 - Elaborado pelo autor.
- 36 - Elaborado pelo autor.
- 37 - Elaborado pelo autor.
- 38 - Elaborado pelo autor.
- 39 - Elaborado pelo autor.

- 40 - Elaborado pelo autor.
- 41 - Elaborado pelo autor.
- 42 - Elaborado pelo autor.
- 43 - Elaborado pelo autor.
- 44 - Elaborado pelo autor.
- 45 - Elaborado pelo autor.
- 46 – Google Maps.
- 47 - Elaborado pelo autor.
- 48 - Elaborado pelo autor.
- 49 - Elaborado pelo autor.
- 50 - Elaborado pelo autor.
- 51 - Elaborado pelo autor.
- 52 - Elaborado pelo autor.
- 53 - Elaborado pelo autor.
- 54 - <http://pt.slideshare.net/SouthernPortugal/guia-de-percursos-pedestres-no-algarve> + <http://labs.strava.com/heatmap/#15/-8.34852/37.10107/blue/both>
- 55 - Elaborado pelo autor.
- 56 - Elaborado pelo autor.
- 57 - Fotografia do Autor.
- 58 - Elaborado pelo autor.
- 59 - Elaborado pelo autor.
- 60 - Fotografia do Autor.
- 61 - Elaborado pelo autor.
- 62 - Elaborado pelo autor.
- 63 - Elaborado pelo autor.
- 64 - Elaborado pelo autor.
- 65 - Elaborado pelo autor.

66 - Elaborado pelo autor.

67 - <http://www.archdaily.com.br/br/01-93529/evoa-centro-de-interpretacao-ambiental-slash-maisr-arquitetos>

68 - <http://www.dezeen.com/2016/05/16/bird-watching-pavilions-plant-architect-perforated-weathering-steel-corten-architecture-toronto-canada/>

69 - <http://inhabitat.com/swedens-thatched-takern-visitor-center-is-home-to-100-species-of-birds/takern-visitor-center-wingardhs/>

70 - Elaborado pelo autor.

71 - Elaborado pelo autor.

72 - Elaborado pelo autor.

73 - Elaborado pelo autor.

74 - Elaborado pelo autor.

75 - Elaborado pelo autor.

76 - Elaborado pelo autor.

77 - Elaborado pelo autor.

78 - Elaborado pelo autor.

11. ANEXOS